

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**FLAVIANE DA COSTA OLIVEIRA**

**“Pau neles, não nos nossos”: As representações sociais do tráfico de drogas  
na revista *Veja* (1968-2010) e suas implicações nas dinâmicas identitárias**

Belo Horizonte  
2013

FLAVIANE DA COSTA OLIVEIRA

“Pau neles, não nos nossos”: As representações sociais do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010) e suas implicações nas dinâmicas identitárias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Belo Horizonte  
2013

50  
O48p  
2013

Oliveira, Flaviane da Costa

“Pau neles, não nos nossos” [manuscrito] : as representações sociais do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010) e suas implicações nas dinâmicas identitárias / Flaviane da Costa Oliveira. - 2013.

153 f. : il.

Orientadora: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. *Veja* (Revista) – Teses. 2 Psicologia – Teses. 3. Representações sociais - Teses. 4. Tráfico de drogas - Teses. I. Gianordoli-Nascimento, Ingrid Faria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A Dissertação “**“Pau neles, não nos nossos”**: As representações sociais do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010) e suas implicações nas dinâmicas identitárias”

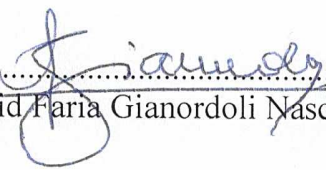
elaborada por **Flaviane da Costa Oliveira**


e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de


**MESTRE EM PSICOLOGIA**

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

  
.....  
Prof. Dra. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento (orientadora)

  
.....  
Prof. Dra. Maria Cristina Smith Menandro

  
.....  
Prof. Dra. Érika Lourenço

## AGRADECIMENTOS

Registro minha gratidão a todos que contribuíram durante esta trajetória, em contatos marcados por sorrisos, críticas, dúvidas ou esperanças. Momentos que serviram de espelho, me mostrando pontos para melhorar e presença zelosa, que combateram a solidão do caminho.

Agradeço a minha orientadora Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento que generosamente dividiu comigo momentos essenciais de construção de conhecimento, me levando a sair da zona de conforto dos territórios percorridos, e com paciência me apresentou possibilidades de aprendizado e crescimento. Sem você o processo de trabalho não teria sido tão enriquecedor, pois nossa relação e parceria foram suporte e catalisador desta produção, me tornando uma pesquisadora e uma pessoa melhor.

Agradeço ao Professor Adriano Roberto Afonso do Nascimento pelas contribuições durante todo o processo de formulação da proposta de estudo e na escrita do texto, principalmente, na interpretação dos dados desta pesquisa; pelas indicações de leituras e trocas vivas nos momentos de estudo, que me fizeram mais apaixonada pelo campo de pesquisa em Representações Sociais.

Agradeço as Professoras Mariana Bonomo e Sibelle Maria Martins de Barros que formaram a banca de qualificação, pelas contribuições dadas que se refletem no trabalho apresentado; e as Professoras Maria Cristina Smith Menandro e Érika Lourenço por aceitarem o convite para leitura final do texto.

Sou grata aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG que durante as disciplinas, os eventos ou mesmo em conversas informais nos corredores da FAFICH, me levaram a novas dúvidas e a busca de respostas; e aos colegas do Mestrado, uma turma inteligentíssima, que me contagiou com seu entusiasmo e inquietações. Meu agradecimento as companheiras de orientação Jaíza Cruz e Emilliane Mattos (que encontro abençoado esse nosso!), pela parceria e escuta atenta. Aos integrantes do grupo de pesquisa Memórias Representações e Práticas Sociais, que fizeram do caminho mais frutífero e menos solitário. As integrantes do grupo de pesquisa Anos de Chumbo, em especial, as bolsistas Thayna Larissa e Janaína Campos que de forma direta contribuíram na coleta dos dados documentais que compõe este trabalho, foram a força e a dedicação interessada de vocês que me levaram mais longe. Agradeço ao colega Ricardo Pedrosa, pelos ensinamentos técnicos e teóricos que tornaram o trabalho possível e serviram de inspiração.

Aos professores integrantes do grupo de trabalho da ANPEPP “Memória, Identidade e Representações Sociais”, que em diversos momentos de contato, me aproximaram da riqueza do conhecimento produzido no campo de pesquisa, e me introduziram novas dimensões da realidade acadêmica. Em especial a Profa. Dra. Zeidi Araújo Trindade que me recebeu de braços abertos, na família de pesquisadores da UFES; e ao Prof. Dr. Lídio de Souza (*in memoriam*), pelos conhecimentos que deixaram a teoria mais humana e mais presente em meu cotidiano, transformando minha visão de mundo de forma definitiva.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa durante a quase totalidade do período do curso, o que permitiu a dedicação exclusiva ao trabalho, impactando o processo de pesquisa e a qualidade do texto final.

Agradeço a Deus pela segurança durante este percurso. E a minha mãe e família pelo investimento e suporte. Nas horas difíceis, nós nos reconfortamos, e a dureza ou leveza de alguns momentos, me trouxeram a “realidade” necessária para manter os pés no chão e administrar a existência.

Aos amigos pra vida, alguns já mencionados aqui, e aos que não citei explicitamente (a lista seria irresistivelmente grande), vocês são parte integrante desta conquista. Agradeço a dedicação e cuidado de todos, que suportaram minhas ausências e me apoiaram me dando força e alegria. Que nosso encontro seja sempre momento de recarregar energias e que o apoio recíproco nos possibilite vôos mais altos sempre!

O problema aqui é o de como uma sociedade representa a si mesma e descobre em sua própria imagem uma fonte de ameaça, de contaminação e perigo. O problema então é de como a alteridade, na maior parte das vezes cuidadosamente mantida à distância, torna-se o centro das representações que uma sociedade desenvolve sobre si mesma.

**Sandra Jovchelovitch**

## RESUMO

Oliveira, F. C. (2013). *“Pau neles, não nos nossos”*: As representações sociais do tráfico de drogas na revista *Veja* (1968-2010) e suas implicações nas dinâmicas identitárias. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Este trabalho focaliza uma das atividades criminosas com maior expressão nos meios de comunicação brasileiros, o tráfico de drogas. Suas estruturas sociais, econômicas, políticas e organizacionais têm despertado o interesse de grande número de estudiosos. A investigação realizada tem caráter exploratório e documental, e busca compreender o processo de construção social do fenômeno ao longo da história recente do país. Pretendemos identificar e descrever os elementos presentes nas Representações Sociais do tráfico de drogas, visando compreender as relações entre representações sociais e as dinâmicas identitárias intergrupais, que se refletem nas produções da mídia de massa e contribuem sobremaneira para as relações e desigualdades sociais. A produção documental jornalística, não apenas registra os fatos vivenciados, mas reproduz/reforça formas de pensar peculiares, em um tempo e espaço, sendo rica fonte de pesquisa para as ciências humanas. Reunimos matérias e fragmentos de matérias da revista *Veja*, do período entre 1968 e 2010, que tratavam da temática. A seleção e coleta dos dados foram realizadas no site do acervo digital do semanário, a partir dos termos: tráfico, traficante e narcotráfico. O conjunto das matérias selecionadas foi depurado, a partir de uma leitura exploratória, incluindo-se um exemplar por mês, o que totalizou 321 itens. O *corpus* foi submetido à análise lexical desenvolvida com o auxílio do *software* ALCESTE. O dendrograma resultante da análise apresentou sete classes, organizadas em dois grandes grupos. Os elementos textuais bordejam o consumo de drogas; os efeitos individuais e sociais; a violência; a ameaça; e o combate ao tráfico de drogas; seus contextos e personagens. Tanto no cenário internacional como no nacional, a estratégia de proteção da identidade social dos grupos dominantes leva a construção de representações sociais do tráfico de drogas como algo que pertence ao estrangeiro ou ao grupo de fora. Assim, os “subúrbios” do globo ou os territórios da pobreza das grandes cidades brasileiras, são vistos como reservatório do risco das drogas, que se expressam de forma emblemática nas favelas e prisões. A figura do drogado não representa a principal preocupação do Estado, os inimigos a serem combatidos são os “produtores do mal”, agricultores ou traficantes de drogas. A maior parte das matérias se organiza em torno de argumentos técnico-científicos de especialistas, características do sistema de comunicação de difusão, que resgatam e reeditam teses científicas eugênicas e



higienistas, nascidas no século XIX, e que embasam a discriminação das “classes perigosas”. Quando o tráfico de drogas é representado como “coisa de pobre”, os consumidores da classe média e alta se mantêm a salvo da crítica social. São pouquíssimas as reportagens que trazem elementos contrastantes, criticando a vitimização da classe média no Brasil. Desta forma, compreendemos que a mídia é importante instrumento de disseminação de versões dos fatos sociais, contribuindo para a construção do reservatório de significados atribuídos ao fenômeno, materializando personagens marginalizados e sem controle, que assolam o imaginário social e se tornam elementos fundamentais nas Representações sociais do Tráfico de drogas.

Palavras-chave: Representações Sociais. Revista *Veja*. Tráfico de Drogas. ALCESTE.

## ABSTRACT

Oliveira, F. C. (2013). *Social Representations of drug traffic in Veja magazine (1968-2010) and its implications on the identity dynamics*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

This paper focuses on one of the criminal activities with higher expression in Brazilian media, the drug traffic. Its social, economical, political and organizational structures have aroused the interest of a great number of scholars. The research conducted has exploratory and documentary feature, and seeks to comprehend the process of social construction of the phenomenon throughout the country recent history. We intend to identify and describe the elements present in drug traffic Social Representations, aiming to comprehend the relations between social representations and the intergroup identity dynamics, that is reflected in mass media production and greatly contribute to the relations and social inequalities. The journalistic documentary production not only records the events experienced, but plays / reinforce peculiar ways of thinking, in a time and space, being a rich source of research for human sciences. We gathered reportage and fragments of reportage from *Veja Magazine* from the period between 1968 and 2010 which dealt with the theme. The data selection and collection were performed at the website digital collection; from the terms traffic, trafficker and drug trafficking. The selected set of reportages was stripped from an exploratory reading, including one exemplary per month, what totalized 321 items. The *corpus* was submitted to lexical analysis, developed with the aid of ALCESTE software. The analysis resulting dendrogram showed seven classes, organized in two big groups. The textual elements cover drugs consumption; the social and individual effects; the violence; the threat; and the combat over drug traffic, its contexts and characters. Both in the international and national levels, the protection strategy of social identity of the dominant groups leads to construction of social representations of drug trafficking as something that belongs to the foreign or to the out group. Thus, the globe "suburbs" or poverty territories of large cities are seen as a reservoir of the risk of drugs, which are expressed emblematically in the slums and prisons. The figure of drug user is not the main concern of the state. The enemies to be combated are the "producers of evil", farmers or drug dealers. Most reportages are organized around technical-scientific arguments of experts, features of the communication system of broadcasting that restore and re-edit scientific eugenic and hygienists theories, which were born in the nineteenth century, and support discrimination against "dangerous classes" . When the drug trade is represented

as "thing of poor people", consumers of middle and upper class remain safe from social criticism. Very few stories bring contrasting elements, criticizing the victimization of the middle class in Brazil. Thus, we understand that the media is an important tool for dissemination of versions of social factors, contributing to the construction of the reservoir of meanings attributed to the phenomenon, materializing marginalized and without control characters, which plague the social imagination and become key elements in Social Representations of Drug Traffic.

Keywords: Social Representations. *Veja* Magazine. Drug Traffic. ALCESTE.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos dados referentes à variável Década (N=321) .....	60
Tabela 2 – Distribuição dos dados referentes a variável Ator (N=321).....	61
Tabela 3 – Distribuição dos dados referentes a variável Antetítulo nas matérias (N=321) .....	62
Tabela 4 – Distribuição das capas entre 1969 e 2010 (N=56).....	65
Tabela 5 – Distribuição dos itens entre as décadas, a partir da ênfase dada nas capas (N=56)	65
Tabela 6 – Distribuição dos indicadores temáticos nas capas (N=56).....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Perfil dos leitores de Veja, distribuição por sexo.....	50
Gráfico 2. Perfil dos leitores de Veja, distribuição por classes de nível socioeconômico.....	50
Gráfico 3. Perfil dos leitores de Veja, distribuição por faixa etária.....	51
Gráfico 4. Distribuição dos dados referentes a variável sexo, entre as décadas (N=321) .....	60
Gráfico 5. Distribuição de chamadas e destaques nas capas da revista Veja (1969-2010).....	66

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Códigos utilizados nas linhas de comando e suas descrições. ....	57
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Exemplos com Chamadas de capa .....	68
Figura 2. Exemplos com Matérias de capa.....	68
Figura 3. Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente, Revista <i>Veja</i> (1969-2010) .....	72
Figura 4. Matérias de Capa. Edição 1896 (16/05/2005) e Edição 2051 (12/03/2008). ....	92
Figura 5. Matéria de Capa da Edição 1175 (27/03/1991) .....	108
Figura 6. Matérias de Capa. Edição 99 (29/07/1970) e Edição 152 (04/08/1971). ....	113
Figura 7. Matéria de Capa da Edição 1965 (19/06/2006) .....	125

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	17
1.1 Apresentação .....	17
1.2 Drogas na fronteira: legalidade, proibicionismo e a origem do tráfico de drogas ....	19
1.3 Comunicação de massa e o tráfico de drogas no Brasil.....	34
1.4 A Teoria das Representações Sociais .....	38
2. OBJETIVOS .....	45
3. MÉTODO .....	46
3.1 Fonte de dados.....	48
3.2 Procedimentos de coleta de dados .....	51
3.3 Procedimentos de análise de dados.....	54
4. RESULTADOS.....	59
4.1 Caracterização dos dados.....	59
4.2 Resultados da análise ALCESTE .....	69
4.2.1 Classificação Hierárquica Descendente.....	70
5. DISCUSSÃO .....	85
5.1 Os EUA e o perigo estrangeiro .....	87
5.1.1 A difusão de teorias sobre o mal e seus antígenos .....	93
5.2 Contexto nacional e inimigos internos .....	100
5.2.1 Teorias sobre o risco: juventude, vício e subversão .....	104
5.2.2 Teorias sobre a ameaça: pobres, favelados e subversivos .....	116
5.2.3 Teorias sobre o terror: as prisões e o crime organizado .....	124
5.3 A ciência psicológica e os processos de exclusão social.....	128
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	132
REFERÊNCIAS .....	134
ANEXOS.....	141



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

O medo foi afinal o mestre que mais me fez desaprender.... Há neste mundo mais medo de coisas más, do que coisas más propriamente ditas.  
*Mia Couto*

A história recente do país, que o situa economicamente entre as principais economias do globo, apenas de longe mascara as desigualdades sociais e as dinâmicas da exclusão social que se processam na sociedade brasileira. Apesar do fortalecimento da economia e da ampliação de políticas públicas voltadas ao combate à miséria e à garantia de direitos básicos da população, a realidade contemporânea continua a apresentar-se como mosaico de vigorosas contradições. Entre extremos de riqueza e miséria prevalece a desigualdade social e crescem problemas sociais, com destaque para a criminalidade e a violência. Este trabalho focaliza um dos problemas sociais com maior expressão nos meios de comunicação brasileiros, o tráfico de drogas.

Como constatado por Zaluar (1994a); Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001) durante as últimas décadas do século XX, a presença da criminalidade nas classes sociais favorecidas segue pouco divulgada nas coberturas midiáticas (Ramos & Paiva, 2007) e a baixa renda da maioria da população agrava, ainda mais, as condições de vida deste grande estrato, intensificando formas de segregação. Deste modo, a condição econômica passa a ser utilizada socialmente como justificadora do processo de criminalização da pobreza (Zaluar, 2004; Coimbra, 2001b) e as relações entre pobreza e tráfico de drogas, ganham ares de interdependência e auto-explicação.

De fato, as estatísticas governamentais dão conta de números crescentes de registros de crimes vinculados ao tráfico de drogas<sup>1</sup> (Brasil, 2009), e são as classes pobres o estrato da população que lida diretamente com as repercussões do cotidiano de violência gerado pelos conflitos “comerciais” entre traficantes (Zaluar, 2004). Não se trata, portanto, de negar os números oficiais, mas de problematizar os processos de estigmatização e exclusão social,

---

<sup>1</sup> Entre os anos de 2004 e 2007, os registros de crimes de tráfico de drogas ilegais, aumentaram no território nacional de um total de 31.368 para 47.747. Em relação ao total de crimes registrados, estes números representam uma média de 0,8% dos registros entre os anos. Em comparação com cada 100.000 habitantes, os registros subiram de 17,46% em 2004, para 29,62% em 2007.

imbricados na construção histórica de depositários (Joffe, 1994/2009) para determinados objetos sociais ameaçadores.

O tráfico de drogas e suas estruturas sociais, econômicas, políticas e organizacionais, tem despertado o interesse de estudiosos, tais como, Zaluar (1994a, 1994b, 2004), Feffermann (2006), Lessing (2008), Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001), Athaíde e Bill (2006), em discussões que ampliam a compreensão dos processos de subjetivação que se desenvolvem na contemporaneidade. Nesta pesquisa, pretende-se contribuir para a discussão do tema, inovando em seu tratamento teórico dentro do campo da psicologia, ao fundamentar-se na teoria das representações sociais (Moscovici, 1978, 2009). Espera-se, ainda, que a elucidação destes processos sociais produza resultados efetivos no conhecimento do fenômeno, incentivando e embasando iniciativas que levem ao aumento da qualidade de vida das populações atingidas por efeitos violentos do tráfico de drogas.

Trata-se de uma investigação de caráter exploratório e documental, que busca através da análise de textos de reportagens, no período de 1968 a 2010, conhecer a representação ou representações sociais (RS) do tráfico de drogas, e desta forma, acessar algumas das condições que fomentaram seu surgimento, desenvolvimento e sustentação. A ausência de trabalhos de caráter exclusivamente documental sobre a temática sinaliza, entre outras coisas, a prevalência de investigações que enfatizam a ocorrência e a organização do tráfico de drogas no tempo presente, através de dados estatísticos ou estudos de cunho etnográfico, sem destacar a construção histórica do mesmo, fator que amplia a importância da pesquisa documental, acessando contextos anteriormente vividos.

Problematizar a produção das informações, seu direcionamento e público consumidor, no caso das mídias de grande alcance, pode revelar alguns vieses vinculados à lógica da relação intergrupos em nossa sociedade, onde determinados objetos ou elementos representacionais são valorizados, enquanto outros são percebidos como ameaça pelo grupo de pertença (Tajfel, 1983). Enquanto registro e testemunha da história (Souza & Menandro, 2007) a mídia impressa merece destaque, sendo fonte privilegiada para pesquisa nas ciências humanas e sociais. A partir deste estilo de investigação pretende-se discutir as dinâmicas identitárias e representacionais envolvidas na construção social do fenômeno, tráfico de drogas, a partir de registros jornalísticos de uma das maiores revistas de circulação nacional.

Pesquisas desenvolvidas durante as décadas de 1980 e 1990 apontam o papel da mídia na construção social do panorama do tráfico de drogas no Brasil. O tratamento dado ao tema pelos veículos de imprensa demarcou historicamente, um perfil para as classes que seriam responsáveis pela origem, disseminação e violência inerentes ao tráfico (Zaluar, 1994a; Cruz

Neto, Moreira & Sucena, 2001). A mídia se encarregou da disseminação de recortes dos fatos, e desta forma, contribuiu para a construção do reservatório de significados atribuídos ao fenômeno. São cenas e personagens marginalizados, ameaçadores e sem controle, que assolam o imaginário social (Zaluar, 1994a).

Neste sentido, pretende-se compreender o processo pelo qual a pobreza se tornou fator explicativo da criminalidade, e em especial, do tráfico de drogas. Queremos nos aproximar de fatores histórico-culturais que favoreceram a integração do tráfico de drogas ao reservatório simbólico de nossa sociedade, a partir dos processos de categorização, comparação e diferenciação social (Tajfel, 1982, 1983) que levaram a segregação (L. Souza, 2005), a perseguição (Coimbra, 2001a, 2001b), a “demonização” e “descivilização” (Wacquant, 2008, p.33) de grupos sociais ao longo das décadas.

Problematizar o tema tráfico de drogas a partir de produções jornalísticas representa, portanto, trabalhar com o medo que uma realidade “desconhecida” e ameaçadora despertou, e continua despertando, em diferentes estratos da população, especialmente entre aqueles que controlam os veículos de imprensa, que ao isolar objetos sociais para fora do grupo próprio, fazem com que às representações sociais cumpram sua função protetora da identidade social (Moscovici, 2012; Wagner, 2000). Deste modo, os grupos sociais que integram a sociedade, nos diferentes tempos e espaços, buscam recursos de compreensão da realidade na tentativa de evitar situações de ameaça e desequilíbrio. Neste caminho, ocorrem processos que buscarão minimizar os riscos para os grupos, de maneira que elementos de risco serão depositados em outros grupos sociais, quase sempre os minoritários (Joffe, 1994/2009; L. Souza, 2004).

## **1.2 Drogas na fronteira: legalidade, proibicionismo e a origem do tráfico de drogas**

Para mapear as representações sociais do fenômeno do tráfico de drogas, faz-se necessário conhecer os aspectos históricos que construíram as relações sociais em torno das drogas, seu comércio e proibição. Pesquisas em variadas sociedades sinalizam os diferentes lugares sociais destinados à droga (seu conceito, sua função/papel e seu controle) (Escotado, 1998; Araújo, 2012). Aspectos culturais, políticos e sociais, desencadearam proibições que levaram a construção jurídica da criminalização das atividades de uso e

comércio de drogas, em diferentes partes do globo. Desta forma, a composição da categoria droga revela inúmeras ambigüidades, indicando alguns destas influências históricas.

Escohotado (1998), em sua obra *Historia General de Las Drogas*, propõe reunir elementos que relacionem registros cronológicos, farmacológicos e culturais relativos às drogas, tendo em vista que seu levantamento apontou a dispersão das informações existentes em diferentes publicações, que por vezes, priorizavam aspectos específicos. Para problematizar a questão das drogas, o autor retoma a origem do termo fármaco, a partir do grego *phármakon* que indica ambigüamente remédio e veneno, ou seja, aquilo que pode curar ou matar a depender de seu uso. Assim, destaca que a utilização de drogas marca a história de diferentes civilizações, mudando-se apenas os substratos selecionados e as diferentes funções que estas substâncias assumem dentro das culturas, tais como: elementos de rituais de purificação, forma de contato com divindades, práticas de socialização, fuga da realidade (embriagues) etc. Estudos como o de Escohotado (1998) revelam que a conotação negativa das drogas em nossa sociedade, não aparece em outros períodos históricos. Entre os gregos, por exemplo, as capacidades benéficas e curativas destas substâncias foram investigadas e formuladas (Araújo, 2012).

Segundo Vargas (2008) há variadas hipóteses para a origem do termo *droga*, possivelmente, vinda do “latim *drogia*, do irânico *daruk* e do árabe *durâwa* e do celta *druko*” (p. 42), além da possibilidade de origem holandesa do termo, derivada da expressão “*droghe vate*” (p. 42), traduzida por “barris de coisas secas” (p. 42). Segundo o autor, esta última hipótese teria relação com o período das grandes navegações, onde o contato entre europeus e outros povos no final da idade média, teria levado a identificação das drogas como substâncias exóticas ou especiarias que provocariam sensações prazerosas (Vargas, 2008). Ainda, não haveria, portanto, um apelo moral para a proibição do uso de drogas, e suas propriedades científicas não eram absolutamente conhecidas.

Escohotado (1998), Rodrigues (2003) e Araújo (2012) indicam variadas diferenciações que ao longo da história estiveram na base das classificações das drogas, priorizando-se diferentes aspectos das substâncias, tais como: mecanismo de ação, efeitos, origem ou uso. Segundo Araújo (2012), no Brasil a diferenciação entre as drogas lícitas e ilícitas é a mais discutida tanto em diálogos do senso comum, quanto no campo jurídico. Ainda assim, como as drogas lícitas (álcool, tabaco, caféina, remédios etc.) dificilmente são identificadas pela opinião pública como drogas, o termo é amplamente associado a substâncias proibidas.

A utilização do termo droga pelos meios de comunicação, nas conversações diárias e também, em publicações técnico-científicas, revela imprecisões dificilmente problematizadas.

Estas indefinições são apontadas por Rodrigues (2003) como mecanismo de generalização, que leva ao agrupamento de substâncias com diferentes propriedades em um grupo único, o que favorece seu combate nos países que criminalizaram seu uso ou tráfico. Rodrigues (2003) descreve o uso indiscriminado dos termos tóxicos, drogas<sup>2</sup> e narcóticos ou entorpecentes<sup>3</sup> em nossa sociedade, fato que se exemplifica na formação de divisões de combate a entorpecentes, mesmo que as classificações científicas revelem que nem todas as substâncias combatidas são depressoras do sistema nervoso central. Segundo Araújo (2012) a Convenção Única sobre Drogas Narcóticas da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1961, levou a disseminação do termo narcótico e de seus sinônimos, para designar variados tipos de drogas proibidas, independentemente de sua ação no sistema nervoso central, assim reuniam-se estimulantes, tais como a cocaína e depressores como o álcool. Desta forma, verifica-se que a definição dessas substâncias sofre importantes influências normativas, culturais e histórico-sociais.

A tolerância ou combate ao uso e ao tráfico de drogas em diferentes contextos, foram influenciados por determinantes históricos, sociais, econômicos e políticos. Escohotado (1998) acentua que o consumo de drogas não é um fenômeno excepcionalmente contemporâneo, mas histórico, sendo recente a transformação do *uso* e *comércio* em práticas que colocam em risco a organização da sociedade como a conhecemos, tanto pelos prejuízos pessoais aos usuários e seus familiares, quanto em termos econômicos e sociais. A afirmação do autor é corroborada por Feffermann (2006) que afirma que “A tradição antropológica demonstra que, em qualquer ordem social, a droga sempre existiu. A droga não é uma invenção da modernidade, mas o tráfico de drogas e a rede de crime organizado que ela envolve constituem-se uma realidade recente” (p.34).

Na mesma direção das reflexões de Escohotado (1998) e Feffermann (2006), Velho (1994) chama atenção para o aspecto cultural que define as substâncias apontadas como drogas nos diferentes tempos e realidades. Velho (1994) problematiza que não é possível estabelecer domínios sociais e simbólicos que sejam substrato para fundamentar “comportamentos e atitudes homogêneos dentro do que se costuma chamar de “mundo das drogas” (p.24). Esta crítica do autor revela que as definições sobre a concepção, o uso e o controle das substâncias tidas como drogas são determinados por fatores culturais e sociais, e não características universais.

---

<sup>2</sup> Desta forma, Rodrigues (2003) defende o uso do termo psicoativo, em detrimento do termo droga, pois o primeiro seria mais preciso ao apresentar diretamente o mecanismo de atuação da substância no organismo humano, ou seja, suas propriedades que geram mudanças de percepção da realidade.

<sup>3</sup> Se partirmos da classificação das drogas a partir dos efeitos provocados no sistema nervoso central, os narcóticos ou entorpecentes, são apenas aquelas que causam relaxamento ou prostração, devido a seu mecanismo depressor, diferenciando-se dos estimulantes e alucinógenos que provocam outras alterações (Rodrigues, 2003).

Feffermann (2006) destaca, ainda, os fatores econômicos e políticos na determinação do controle sobre as drogas:

Assim, a legalidade ou não de um produto psicoativo, num determinado contexto socioeconômico cultural, não se dá em relação à gravidade dos problemas que suscita, mas em razão de critérios econômicos e políticos. Os conceitos sobre toxicomanias estão nas entrelinhas do discurso dominante. Esse discurso que contribui para sustentar relações de poder vigente e o controle nas sociedades disciplinadoras dramatiza os efeitos da droga e concentra suas ações na repressão (Feffermann, 2006, p.33).

A partir das afirmações acima podemos observar que o uso de drogas encontrou diferentes espaços nas sociedades, e desta forma, caso não ocorresse a criminalização ou a proibição das drogas não poderíamos falar em tráfico de drogas, pois as mesmas continuariam a ser comercializadas livremente. Sendo assim, as representações sociais do fenômeno do tráfico de drogas, encontram-se fortemente vinculadas às noções de crime e ilegalidade.

Portanto, buscaremos compreender alguns elementos determinantes do processo de criminalização de substâncias no ocidente, e em especial em nossa sociedade, tendo em vista que em outros contextos as mesmas substâncias encontravam-se integradas à dinâmica social, e não recebem medidas de controle ou combate, ou seja, quando falamos de uma representação de tráfico de drogas é preciso estar atendo aos determinantes locais que se relacionam a construção do fenômeno para um determinado grupo, uma vez que uma representação não é um conhecimento abstrato e geral, trata-se de um conhecimento popular e particular a um grupo social, “uma representação social é sempre representação de alguém e ao mesmo tempo representação de alguma coisa” (Moscovici, 2012, p.27).

Neste sentido, segundo Rodrigues (2003) os questionamentos sobre a legalidade das drogas, ou seja, a discussão sobre a proibição-liberação de seu uso e comércio passaram a figurar no cenário internacional na virada dos séculos XIX e XX. O autor aponta que ainda na primeira década do século XX, não havia no Brasil, qualquer questionamento sobre o uso de drogas. No entanto, com a participação do país em convenções internacionais sobre o tema e conseguinte influência do posicionamento norte-americano de repressão às drogas, idéias de proibição começam a ser problematizadas. Durante o século XX, a influência norte-americana foi marcante na política de combate as drogas no Brasil.

Nos Estados Unidos da América (EUA) a postura proibicionista possui diferentes fatores constituintes. Escotado (1998) destaca: a tradição religiosa; os conflitos sociais decorrentes do processo de industrialização e a proletarização do país; a evolução do conhecimento terapêutico sobre os fármacos; a ampliação das funções assistenciais do Estado que passa a garantir condições básicas de proteção a seus cidadãos; e o conflito entre China e

Inglaterra por causa do mercado do Ópio<sup>4</sup>. Dentre estes fatores, Rodrigues (2003) aponta a “tradição puritana do protestantismo, interpretação do cristianismo radicalmente contrária à busca do prazer em vida e que prega uma conduta extremamente severa” (Rodrigues, 2003, p.26), como a principal influência sobre o posicionamento americano, que desde os seus fundadores foi politicamente movido por princípios tradicionais e conservadores. Esta tradição religiosa teria disseminado idéias moralistas voltadas principalmente ao combate da prostituição, dos jogos de azar e do consumo de álcool.

Araújo (2012), também destaca os valores religiosos como os principais determinantes na participação americana em encontros internacionais, iniciando proibições que ainda hoje compõe as políticas internacionais de controle das drogas. As primeiras leis americanas que regulam a produção e comercialização de drogas psicoativas datam da primeira década do século XX. Neste período, a participação marcante dos EUA em convenções internacionais sobre drogas, levou a disseminação de proibições em escala internacional. Em 1909, iniciou-se a convenção internacional de Xangai (China), encontro promovido pelos EUA, que em 1911 levou a um acordo de restrição da produção de ópio, que teve a anuência de potências produtoras da droga, como Portugal, França e Inglaterra (Rodrigues, 2003).

Os interesses econômicos preocupavam alguns países que demoraram a pactuar com alguns resultados de convenções. Além das sanções contra o Ópio, outras drogas passariam a ser incluídas entre os narcóticos controlados, já na Convenção de Haia (Holanda) iniciada em 1911, dentre eles a morfina, a cocaína e a heroína. Além destes encontros nos anos que se seguiram outras convenções ocorreram, reforçando o combate interno nos países signatários.

Rodrigues (2003) argumenta que a estratégia dos governantes americanos era provocar pressões internacionais de proibição das drogas, e a partir disso, obrigar seu Congresso a adequar as leis do próprio país, concordando com os resultados das convenções. Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a decorrente recessão sofrida, a produção de grãos foi direcionada para o processamento de alimentos, e a fabricação de bebidas é proibida<sup>5</sup> (Araújo, 2012). As motivações políticas e a estratégia econômica levaram a criação da Harrison Narcotic Act (Lei Harrison) de 1914, que pela primeira vez determina a proibição do uso de substância psicoativa, estabelecendo as figuras do traficante e do usuário de drogas (Rodrigues, 2003). “Estava legalmente inaugurado o mercado ilícito de drogas; desenhavam-

---

<sup>4</sup> Inglaterra e China haviam se envolvido em dois conflitos em torno na comercialização do Ópio (Guerras do Ópio entre 1839-1842 e 1856-1860). A China idealizava restringir o consumo da população, mas a Inglaterra conseguiu impor-se mantendo seus negócios. Quando os norte-americanos retomam esta questão na convenção de 1909, havia embutida uma motivação econômica, pois estes pretendiam minar domínios da Inglaterra (Escohotado, 1998).

<sup>5</sup> Esta estratégia política foi chamada de “movimento pela temperança” (Araújo, 2012).

se os primeiros passos da economia do narcotráfico” (Rodrigues, 2003, p.30). A criação destes personagens representa um marco na forma de combate às drogas que se desenvolveria a partir de então, ao traficante destinava-se a prisão e ao viciado o tratamento de saúde.

A reforma da Lei Harrison levou ao surgimento da Lei Seca (1919), que proibia a produção, a estocagem e a comercialização de bebidas alcoólicas (Rodrigues, 2003), no entanto, “ninguém poderia ser preso por beber ou portar bebidas alcoólicas, mesmo que elas fossem obtidas de contrabandistas” (Araújo, 2012). Assim, inaugura-se um forte mercado clandestino, os produtores precisavam disseminar seus estoques, o que passa a ser feito por gângsteres, como *Al Capone*, que antes se dedicavam a outras atividades ilegais. A Lei Seca americana durou 13 anos, sendo revogada em 1933, mas nos anos que se seguiram outras substâncias ganhavam legislação específica, tais como, a maconha com a Marijuana Tax Act (Lei Tributária sobre a maconha) que controlava sua produção em solo americano (Rodrigues, 2003; Araújo, 2012). Junto com as proibições de substâncias, grupos sociais passaram a representar os depositários do consumo e produção de psicoativos. Rodrigues (2002b) detecta o processo pelo qual são erigidas as fronteiras americanas internas e externas, na defesa contra o tráfico de drogas, frente a grupos ameaçadores:

Durante o século XX as idéias proibicionistas americanas são espalhadas internacionalmente, e nas fronteiras internas revelam novos contornos a face do foco de ameaça: ‘comportamentos desviantes’ levados à cabo por ‘indivíduos perigosos’, notadamente negros (‘cocainômanos agressivos’), mexicanos (‘indolentes usuários da maconha’), chineses (‘introdutores do ópio’), irlandeses e eslavos (‘bêbados inveterados’). (Rodrigues, 2002b, p.70)

No cenário brasileiro até o início do século XX, a legislação<sup>6</sup> pouco mencionava a questão das drogas. Na medida em que vícios que antes se restringiam a boemia de jovens abastados começam a disseminar-se entre classes menos favorecidas, iniciam-se pressões pelo controle dos psicoativos e de seus usuários perigosos. A participação brasileira na Convenção de Haia (1912) fez crescer a pressão política para adequação jurídica aos termos desta convenção, mas a ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) dificultou a formação de um compromisso dos países signatários com as determinações. Foi apenas em 1921, com a criação do Decreto nº 14.969, que o país formalizou legislação específica sobre os usos não médicos de substâncias psicoativas, tipificando as penalidades para seus vendedores e o tratamento para viciados, dando início a disseminação de idéias proibicionistas, assentadas em

---

<sup>6</sup> Avelino (2010) apresenta a evolução da legislação sobre drogas no Brasil, situando a primeira menção ao tema nas Ordenações Filipinas que estiveram em vigor nos tempos de colônia, e versavam sobre a proibição do porte de substâncias sem licença. As Ordenações somente foram substituídas pelo Código Criminal do Império de 1830, no entanto, este texto não tratava diretamente da questão das drogas, deixando-as em suspenso. Apenas quando foi reformada pelo Código Penal de 1890, a legislação passou a mencionar o controle sobre a venda de “substâncias venenosas” sem autorização.



argumentos de risco a saúde pública (Rodrigues, 2003). Em 1932 com a aprovação da Consolidação das Leis Penais, o Art.159 deste documento, passa a tratar explicitamente da conduta de tráfico de drogas ilícitas. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com as alterações do Código Penal, em 1940, o Art. 281 passou a definir a política sobre drogas, apontando seu comércio como crime contra a saúde pública. Em todas estas legislações, ainda não havia criminalização do usuário, apenas do traficante de drogas (Avelino, 2010).

As décadas de 1930 e 1940 marcaram a ampliação em escala internacional da produção de drogas sintéticas, sendo fabricadas por químicos pesquisadores ou em grandes laboratórios de conglomerados farmacêuticos; além disso, crescia a investigação científica sobre os efeitos das drogas. Assim, substâncias novas foram incorporadas a tratamentos de saúde, mas, em alguns casos, também foram testadas, descartadas, controladas ou criminalizadas<sup>7</sup>. Fato que se exemplifica durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), onde o uso de drogas sintéticas, tais como anfetaminas e metanfetaminas<sup>8</sup>, disseminou-se entre os militares de ambos os lados em conflito, levando diversos países a aumentar medidas de controle destas drogas que começavam a disseminar-se também entre a população civil (Araújo, 2012). No Brasil o número de usuários de drogas começou a crescer já nas primeiras décadas do século XX. No entanto, os órgãos oficiais e pesquisadores, não possuem levantamentos do período que detalhem a dimensão do problema. Mesmo os registros jornalísticos ainda não enfatizavam a questão<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Este foi o caminho do LSD, batizado originalmente como LSD-25, foi sintetizado pela primeira vez pelo químico Albert Hofmann em 1938, que pesquisava sua origem desde 1935 e descobriu seus efeitos alucinógenos em 1943. Durante a década de 1960 o LSD seria amplamente utilizado pela juventude nos movimentos de contracultura (Araújo, 2012).

<sup>8</sup> Ambas as substâncias são derivadas da efedrina, encontrada em uma planta de uso milenar na medicina chinesa, mas que teve seus princípios ativos isolados pela primeira vez apenas no final do século XIX, passando a ser comercializadas somente na década de 1930 com novas pesquisas de americanos (anfetaminas) e alemães (metanfetaminas). O uso entre militares combatentes devia-se, em grande parte, aos efeitos de “bem-estar” e aumento da disposição e concentração, situação que contrastava com os malefícios causados pela alta dependência (Araújo, 2012).

<sup>9</sup> Os primeiros esforços por conhecer a realidade do uso de drogas no Brasil datam das décadas de 1970 e 1980, nesta época os levantamentos priorizavam a disseminação do uso de drogas entre estudantes (crianças e jovens), como as pesquisas realizadas nos anos de 1987, 1989, 1993, 1997, 2004 e 2010, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas psicotrópicas (CEBRID) da Universidade Federal de São Paulo. Esta dificuldade no acesso a informações históricas e comparativas sobre o uso de drogas durante o século XX no Brasil dificulta a compreensão da evolução geral do quadro, diferentemente de outros países que possuem estudos de levantamento domiciliar anteriores, como é o caso dos EUA. Os primeiros levantamentos domiciliares realizados no Brasil foram realizados nos anos de 2001 e 2005, conciliando metodologias qualitativas e quantitativas. Maiores informações podem ser encontradas em <http://www.cebrid.epm.br/index.php>. Atualmente, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) também disponibiliza publicações, úteis para a discussão sobre o uso de drogas no Brasil, no diretório <http://portal.mj.gov.br/senad/main.asp?Team={7D6555C3-69A4-4B66-9E63-D259EB2BC1B4}>, e também junto ao Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), informações disponíveis em <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>.

Após a Segunda Guerra Mundial, instaurou-se em esfera global a disputa entre dois grandes blocos de países, liderados respectivamente por EUA e União Soviética. Os anos da chamada Guerra Fria (1945-1991) foram marcados por manobras militares e políticas, neste momento, as drogas se tornaram forma de desmoralização do bloco oposto. O uso de drogas era combatido pelos dois princípios ideológicos e econômicos. Capitalistas e socialistas acreditavam que as drogas incapacitavam a juventude para o trabalho (Arbex Jr. & Tognolli, 2004). Além disso, na dinâmica interna dos EUA, o crescimento do consumo de drogas entre grupos específicos da população, tais como negros e estrangeiros, impulsionou a criação da Narcotics Control Act (Lei de Controle de Narcóticos) que em 1956, pretendia condensar as iniciativas das legislações anteriores, debelando o uso de drogas no âmbito interno.

Um grande marco para o período, em relação às drogas foi a realização da Convenção Única de Narcóticos, organizada pela ONU, em Nova York (EUA), em 1961, buscando centralizar as diretrizes internacionais de combate às drogas (Araújo, 2012). Esta convenção teria influências diretas nas reformas da legislação brasileira sobre drogas, refletindo-se no tratamento legal dos usuários de drogas, que passaram a ser criminalizados juntamente com os traficantes, a partir do Decreto 385 de 1968 que alterou o Art.281 do Código Penal. Uma ação legislativa que acompanha o recrudescimento do Regime Militar brasileiro (1964-1985), que naquele momento visava aumentar o controle sobre as ações juvenis, grupo social identificado como principal usuário de drogas e como contestador da ordem política vigente.

A década de 1960 foi marcada principalmente pela disseminação do LSD-25, considerado droga símbolo do período, e também o aumento do consumo de maconha, associados aos movimentos de contracultura<sup>10</sup> nos EUA, os hippies e o *rock'n roll*. Nestes movimentos o uso de drogas passava a representar um posicionamento “político-místico” (Carmo, 2001, p.55) de contestação ou alternativa, em especial, as idéias capitalistas e a Guerra do Vietnã (1955-1975) (Rodrigues, 2003). Também no Brasil, o uso de drogas passaria a estar associado aos grupos de jovens e artistas que defendiam uma alternativa ao regime autoritário vivenciado, a sociedade de consumo e aos valores burgueses.

Diferente das práticas políticas dos partidos tradicionais, deu-se início a uma nova forma de contestação e mobilização social. Consolidava-se cada vez com mais vigor a transformação da juventude como grupo etário, num foco de contestação radical.... A recusa radical da juventude aos valores convencionais entrava em cena com grande alarde. Cabelos longos, roupas coloridas, misticismo oriental, muita música e drogas (Carmo, 2001, p.51)

---

<sup>10</sup> No Brasil, os movimentos de contracultura iniciaram-se na década de 1960, fortalecendo-se nas décadas posteriores (Carmo, 2001).

Nos EUA, para centralizar as práticas de controle das drogas o governo americano criou órgãos especiais ao longo das décadas de 1960 e 1970, até que em 1974, estabeleceu a Drug Enforcement Administration (DEA) responsável por coordenar ações internas e externas que combate as drogas nos EUA e em outros países, inclusive no Brasil. A atuação do DEA em solo brasileiro foi uma das pautas destacadas pela mídia na década de 1970 e 1980. No entanto, a atuação de órgãos brasileiros e a evolução da legislação do país, no tocante ao tráfico de drogas, somente se concretizaria com a Lei 6.368 de 1976 (Lei de Tóxicos).

Durante a década de 1970, o papel do Brasil na dinâmica internacional do tráfico de drogas ilícitas começou a alterar-se. Sendo vizinho de países produtores de drogas como Bolívia, Peru e Colômbia, o Brasil ainda figurava como rota do fluxo internacional e como discreto centro consumidor de drogas (Rodrigues, 2003). O consumo de maconha entre jovens da classe média e a chegada da cocaína ao mercado de drogas, são marcos do período (Fraga, 2003). Observa-se o crescimento das atividades do comércio de drogas nos grandes centros urbanos brasileiros. Dominadas por chefes do jogo do bicho, essas atividades seriam noticiadas amplamente pelos veículos de comunicação. A lógica de divulgação das notícias que priorizava a pauta internacional começa a traçar rotas e conexões entre o contexto social brasileiro e estrangeiro.

No contexto norte-americano, com a derrota na Guerra do Vietnã, o governo de Richard Nixon (1969-1974) teve a missão de promover o patriotismo e a valorização dos ideais americanos (Feffermann, 2006). Durante a década de 1970, em seus pronunciamentos o então presidente americano, passaria a identificar as drogas como o principal inimigo dos Estados Unidos, e desta forma, os países produtores latino-americanos, se tornariam os alvos das ações de combate as drogas. Ao se identificarem com a posição de país consumidor os governantes americanos “negligenciam” o volume de drogas produzidas natural ou sinteticamente no território americano (Rodrigues, 2003), assim o conflito provocado pela ameaça das drogas pode ser externalizado protegendo a identidade do grupo social americano.

Nos EUA, entre os anos 1980 e 1990, com os governos Ronald Reagan (1981-1984 e 1985-1989) e George Bush (1989-1993), seriam intensificadas as tentativas de militarização do combate ao tráfico de drogas na América Latina. Os EUA assumem o esforço econômico de financiar as operações de combate nestes países (Araújo, 2012). Com o destaque para os Estados latino-americanos em associação a produção de drogas<sup>11</sup>, novos personagens são

---

<sup>11</sup> Em especial a cocaína, que por ter sua produção amparada em tradições regionais passou a ser produzida em grande escala (Rodrigues, 2003; Araújo, 2012). Para maiores informações sobre o papel da cocaína enquanto ícone do mal do tráfico de drogas, consultar Arbex Jr. e Tognolli (2004).

acionados para o cenário do tráfico de drogas internacional, tais como políticos, criminosos, agentes de segurança, e em especial, surgem os grandes traficantes de cocaína chefes dos cartéis colombianos, além de associações entre traficantes e grupos guerrilheiros também na Colômbia<sup>12</sup>.

No cenário nacional brasileiro, o tráfico de drogas começa a ampliar-se nos anos 1980, quando além de apresentar-se como pólo de consumo, “[...] o Brasil desponta como rota fundamental para o escoamento da cocaína, com suas regiões selvagens como *locus* privilegiado para centros de apoio logístico e com sua indústria química como fornecedora de insumos necessários ao fabrico [*sic*] da cocaína” (Rodrigues, 2002a, p.104). Alguns fatores são considerados determinantes para a consolidação do comércio de drogas neste período: o aumento das vendas e do volume de maconha negociada, a ampliação do consumo de cocaína, a organização interna aos presídios e a realização de assaltos a banco (Fraga, 2003). O consumo da principal droga comercializada no período, a cocaína (Arbex Jr. e Tognolli, 2004), passa a ser identificado como atividade das classes média e alta, em decorrência de seus altos preços. Se os atores responsáveis pelo consumo de drogas foram personificados, os depositários para o tráfico de drogas, aos poucos também foram encontrados.

Entre os americanos, o mal das drogas foi relegado a grupos estrangeiros, fato que parece ocorrer diferentemente no Brasil. Neste sentido, os processos de categorização, comparação e diferenciação social que estão na base da construção da identidade social dos grupos sociais (Tajfel, 1983), perpassam a discussão que empreendemos neste trabalho, na medida em que, estão na base da construção de representações sociais sobre o tráfico de drogas, e como destacado por Andrade (2000) e Santos (2000), as representações sociais reapresentam objetos sociais a partir da expressão das relações identitárias dos grupos.

Tajfel (1982, 1983) sintetiza a teoria da identidade social ao conceber a dimensão da pertença psicológica como base fundamental para o estudo das relações intergrupos, uma vez que o conceito de grupo, cunhado pelo autor, extrapola os contatos físicos, o que permite a compreensão de relações de solidariedade ou de exclusão que não se baseiam no contato direto entre os indivíduos. Pertencer a um grupo depende da vinculação psicológica a ideais, atitudes ou crenças específicas. Deste modo, “um grupo torna-se grupo no sentido em que existe a percepção de que tem características comuns, ou um destino comum, sobretudo porque existem outros grupos no meio” (Tajfel, 1983, p.294).

---

<sup>12</sup> Sobre a associação entre grupos guerrilheiros e narcotraficantes (“*Capos da droga*” ou “empresários ilegais da cocaína” na Colômbia, consultar Rodrigues (2002b, p. 69).

O autor desenvolve esta dimensão de investigação, pois define a identidade social como a “parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (Tajfel, 1983, p.290). Neste sentido, na comparação social o indivíduo tenderá a valorizar os atributos do grupo próprio (endogrupo), mantendo sua afiliação e eliminando a ameaça a sua identidade, que vem do grupo de fora (exogrupo). Estes elementos de valorização e proteção do endogrupo são cruciais para a compreensão das relações intergrupos que perpassam a construção de representações sociais sobre o tráfico de drogas, uma vez que:

Se um grupo não oferece condições adequadas para a preservação da identidade social positiva, o indivíduo abandoná-lo-á – psicologicamente, objectivamente, ou ambos .... um grupo social só pode preencher esta função de proteger a identidade social dos seus membros, se conseguir manter sua distinguibilidade positivamente valorizada em relação a outros grupos (Tajfel, 1983, p.294)

Desta forma, compreendemos que um grupo social somente se constitui na presença de outro grupo, que possua atributos diferentes do grupo próprio a serem observados durante a comparação social, uma vez que “todos nós temos necessidade de integridade, de respeito por nós próprios e derivamos esse respeito da nossa afiliação a certos grupos que são importantes para nós (Tajfel, 1982, p.24). Nesta tentativa de proteção endogrupal os grupos construirão representações que reforçam atributos positivos próprios, preservando a segurança e afastando as diferenças do “outro” (Tajfel, 1983), como observamos, por exemplo, nos conflitos entre norte-americanos e latino-americanos no que diz respeito a produção e comércio de drogas.

Estas dinâmicas fazem lembrar o estudo de Joffe (1994/2009) sobre a RS da AIDS, quando a autora situa as estratégias protetivas dos grupos frente a fenômenos ameaçadores, enfatizando os mecanismos pelos quais um grupo social passa a encarar o objeto social ameaçador como situada no estrangeiro, em um “outro”, encarado como receptáculo ou depositário do perigo.

Na dinâmica interna brasileira, a tradição pacifista e não-violenta da identidade nacional (DaMatta, 1994; Chauí, 1980; Zaluar, 2007; J. Souza, 2009a) não proporcionaria a segregação de grupos estrangeiros como ocorrera na dinâmica americana. Os processos de exclusão social se processariam por outros mecanismos, elegendo grupos internos como os principais depositários dos malefícios produzidos pelas drogas. Desta forma, repete-se uma lógica binária de leitura da realidade, antes observada entre americanos e estrangeiros, e agora em território brasileiro, entre classes dominantes e classes subalternas. Ainda que o conflito se faça operante nas práticas cotidianas, mecanismos ideológicos se encarregam de aniquilar os

processos de violência, contribuindo para a manutenção do “mito da não violência do brasileiro” (Chauí, 1980), conservando a crença de unidade social e protegendo a identidade nacional.

Neste sentido, a análise desenvolvida por Sawaia (2008a, 2008b) nos ajuda a compreender os mecanismos pelos quais os grupos sociais segregados, se mantêm integrados a dinâmica social e muitas vezes, contribuindo na manutenção da organização social. Como descrito pela autora, os processos de exclusão social representam um movimento dialético, integrante/constituente da inclusão social, que mantêm<sup>13</sup> os segregados como “parte integrante da sociedade” (Sawaia, 2008a, p.9).

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído<sup>14</sup> até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (Sawaia, 2008a, p.9).

Ampliando esta discussão, L. Souza (2004) afirma que as categorias sociais não são neutras, são dotadas de valor na dinâmica social, o que afeta os processos de categorização e diferenciação social podendo levar a relações de violência. Assim, a “violência se articula com inclusão/exclusão, e não se dirige a qualquer ser social. Exclusão social e violência são processos contra categorias sociais específicas, que também são construídas historicamente” (L. Souza, 2004, p.64). Neste sentido, analisando a história recente do Brasil, encontramos inúmeros processos pelos quais diferentes grupos sociais (que por seus comportamentos, ideologia ou condição social), passam a ser encarados enquanto subversivos e, portanto, passaram a ser perseguidos e discriminados (L. Souza, 2005).

Durante a década de 1980, o tráfico de drogas sobe os morros das periferias das grandes cidades brasileiras, ampliando-se a influência dos chefes do tráfico nos “territórios pobres” (Coimbra, 2001b), essencialmente nas favelas, que passam a sofrer com a violência praticada pelos envolvidos com o tráfico, e também, por aqueles que o combatem, os agentes do Estado (Zaluar, 1998). Na história recente do país, Coimbra (2001b), Zaluar (1994a) e L. Souza (2005) descrevem alguns elementos do processo de criminalização da pobreza, com o surgimento das classes perigosas e dos territórios da pobreza, dinâmica essencial para a compreensão da construção social do fenômeno do tráfico de drogas no Brasil.

---

<sup>13</sup> Para uma descrição mais ampla sobre a composição de estruturas sociais de manutenção dos segregados, como indivíduos incluídos na organização social, consultar Wacquant (2008).

<sup>14</sup> Entre aqueles que se sentem integrados a lógica capitalista de produção reina a regra do “esforço próprio” como balizadora do sucesso ou fracasso individual, aniquilando as desigualdades sociais encaradas como produzidas pelas condutas dos indivíduos (Coimbra, 2001b; J. Souza, 2009b).

Entre os anos de 1980 e 1983, Zaluar (1994a) pesquisou importantes aspectos das vivências dos moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus, situado na cidade do Rio de Janeiro, identificando o cotidiano de uma população que lidava diretamente com o fenômeno do tráfico de drogas e com seus efeitos. A mídia da época destacava os crimes bárbaros cometidos por criminosos dos morros e focalizava a ampliação das atividades de tráfico de drogas ilícitas que começava a corromper a juventude da elite, instaurando um regime paralelo ao Estado com a conivência de moradores. Em paralelo, Zaluar (1994a) descreve relações complexas que colocam em conflito trabalhadores e bandidos, ameaçando o convívio pacífico. A autora problematiza a dinâmica identitária que se desenvolve internamente nas classes pobres, revelando os meandros da proximidade e diferenciação entre os personagens destas comunidades (em especial, trabalhadores, bandidos e pobres).

No quadro exposto, o banditismo vinculado ao tráfico de drogas, funcionava como uma extensão de masculinidade, expressa em falas de seus entrevistados como “não fala assim comigo que eu sou homem” (Zaluar, 1994a, p.139), desta forma, o envolvimento com o tráfico, bem como o uso de arma de fogo, articulam-se em torno da defesa da dignidade. O bandido possuía, algumas vezes, o papel de defensor ou justiceiro de seu povo, chegando a ocupar lugares eleitos em associações de moradores. Com o crescimento da organização, da hierarquia e do lucro do comércio de drogas, o poder imposto pelas armas passa a substituir relações de cordialidade entre moradores e traficantes. Apesar das vicissitudes encontradas nas descrições de Zaluar (1994a), a mídia do período parece ter se encarregado de homogeneizar moradores das favelas e bandidos, formulando estereótipos e fomentando preconceitos de classe/étnicos, já que em sua grande maioria as classes pobres são formadas por negros.

Coimbra (2001b) trata do processo de criminalização da pobreza, retomando idéias técnico-científicas que a partir do século XIX, começam a embasar a criminalização das classes pobres, tais como: Paul Broca (1824-1880) e Cesare Lombroso (1835-1909)<sup>15</sup>, que em estudos de antropomorfia teriam descrito “substratos” para o reconhecimento de “bandidos de nascença” (p.85), os naturalmente propensos a criminalidade. Estes fatores uniram-se a estudos sobre a inferioridade de negros, índios, mulheres e outros seguimentos, comuns entre autores brasileiros no início do século XX.

Em especial, no Rio de Janeiro foram implantadas durante o século XX, políticas de urbanização (Zaluar, 1994a) “higienistas” e eugênicas que buscavam a eliminação de

---

<sup>15</sup> Idéias que, ainda hoje, circulam nos meios de comunicação de massa, vide Anexo C.

territórios de pobres, com a realocação das populações dos morros cariocas (Coimbra, 2001b), assim eram caracterizados os territórios da pobreza e também as “classes perigosas” (Coimbra, 2001b, p.88) formadas essencialmente por todos aqueles que estivessem fora do mercado de trabalho.

Com o recrudescimento do regime militar, fator priorizado na análise de Coimbra (2001a, 2001b) e também por Wacquant (2001), as classes pobres passaram a representar o principal perigo para a ordem social, em uma perseguição que se iniciou contra estudantes<sup>16</sup> e deslocou-se para os movimentos sindicais e operários<sup>17</sup>, levando aos poucos a instauração de práticas violentas dos agentes de segurança do Estado para com estas populações, fato que não mais se modificou após a redemocratização. O aparato estatal que institucionalizou a tortura, muitas vezes se fazia efetivo sem que houvesse provas de culpa contra suspeitos de crimes, o que não ocorria apenas em relação a militantes políticos, mas também frente a outros grupos indesejáveis. Realidade que se exemplifica, na reportagem da Folha de São Paulo de 6 de fevereiro de 2013, que noticiou o fim da farsa de um ex-policial civil, que entre 1984 e 2009, viveu com a identidade forjada do irmão, após ter sido condenado pela morte de um motorista, que por ser suspeito de integrar uma quadrilha, mas sem provas, foi submetido pelo policial a atos de tortura que levaram o “suspeito” a morte em 1979 (Takahashi, 2013). Apenas agora histórias como essa são reveladas ao grande público, demonstrando a lógica de perseguição e extermínio instaurada no país, que apesar da reabertura democrática, ainda hoje se mantém de forma ideologicamente encoberta (Chauí, 1980), mas incisiva contra os pobres.

Chauí (1980) corrobora os aspectos levantados por Wacquant (2001) e Coimbra (2001a, 2001b) destacando os mecanismos ideológicos pelos quais aos grupos minoritários, mais precisamente os pobres, passaram a materializar a irracionalidade e os atos violentos, tendo assim, sua exclusão legitimada em nome da ordem e da manutenção da autoridade do Estado, principalmente durante o período de regime ditatorial no Brasil.

Durante o regime ditatorial a violência praticada por agentes do Estado, frente aos grupos subversivos, essencialmente integrantes das classes médias, estabeleceu-se enquanto prática de extração de informações, mas que muitas vezes não cessava mesmo após a assinatura de confissões forçadas. A tortura como recurso de combate aos perigosos (e aos

---

<sup>16</sup> Durante o regime militar brasileiro, o personagem “drogado” foi içado do reservatório do imaginário social, quando junto com a categoria de “subversivo”, passariam a representar uma ameaça à ordem social e política estabelecida (Velho, 1999).

<sup>17</sup> L. Souza (2005) discute a composição de diferentes grupos sociais marginalizados na sociedade brasileira ao longo da história recente do país. O trabalho de Batista (2003) focaliza a mudança da perseguição imposta sobre estudantes que se deslocou para os jovens pobres, devido a associação dos mesmos com a criminalidade e o tráfico de drogas.



“não humanos” ao longo da história, índios, negros, estrangeiros etc.) se consolidaria nos anos de 1990, revelando que “somente em alguns casos – quando se trata de ‘pessoas inocentes’ – há clamores públicos, o que mostra que para ‘certos’ elementos essa medida até pode ser aceita” (Coimbra, 2001a, p.3), a violência policial passaria a ser marca do combate ao tráfico de drogas a partir de então.

Nos anos de 1990 as atividades organizadas<sup>18</sup> do tráfico de drogas no Brasil, foram ganhando amplitude, mantendo seu poder de atração sobre os jovens pobres, em idade cada vez mais tenra (Zaluar, 1994b). Em sua maioria, o tráfico permanece cooptando jovens que são inseridos numa lógica de trabalho informal (Zaluar, 1994b), dotada de regras e obrigações e um contrato social violento e implacável (Feffermann, 2006). A violência exercida nas lógicas de transação do tráfico de drogas, e também exercida pelo Estado visando seu controle, passa a ser naturalizada, como forma de autorizada de combate àqueles factualmente envolvidos com as atividades ilícitas ou potencialmente ofensivos (Chauí, 1980; Coimbra, 2001a, 2001b).

Hoje, as mesmas práticas são aplicadas aos pobres em geral, aos excluídos, aos também chamados “perigosos”, que são aniquilados como simples objetos. O extermínio dos subalternos tem sido plenamente justificado como uma necessária “limpeza social”, aplaudida pelas elites e por muitos segmentos médios de nossa sociedade. Como no período da ditadura militar brasileira também hoje, nesses tempos neoliberais, o “inimigo interno” deve ser não somente calado, mas exterminado (Coimbra, 2001a, p.12)

Reafirmando o novo lugar do país na lógica internacional do narcotráfico<sup>19</sup> (Santana, 1999), a estrutura contemporânea do narcotráfico no Brasil apresenta-se em dois segmentos: um dedicado ao “[...] tráfico internacional, movimentando grandes quantidades de droga e de dinheiro, mas com número de pessoas relativamente reduzido” (Procópio Filho & Vaz, 1997, p.90) e o outro dedicado “à distribuição e venda de drogas no mercado doméstico, particularmente nos grandes centros urbanos, em volume, os maiores mercados de consumo

---

<sup>18</sup> Segundo Rodrigues (2003) durante o período da ditadura militar no Brasil as prisões simultâneas de presos políticos e presos comuns, possibilitaram o contato entre estes grupos sociais, levando a disseminação de idéias comunistas e também a especialização dos presos comuns em práticas como os assaltos a bancos, que foram utilizados como moeda de troca pelos militantes. Este argumento de Rodrigues (2003) não é consensual entre os estudiosos do período, havendo controvérsias sobre a existência e implicações desse contato entre presos, este quadro é exposto por Fraga (2003).

<sup>19</sup> Neste trabalho não se prioriza a diferenciação entre os termos narcotráfico e tráfico de drogas/tráfico de drogas ilícitas, por considerar que o primeiro, inclui as dinâmicas referidas no segundo. De maneira mais precisa, o termo narcotráfico remete a dinâmica do conjunto de processos que vão desde o plantio, a colheita e distribuição de drogas, em transações internas (comércio ou tráfico de drogas) e externas (exportação da produção) nas fronteiras transnacionais (Procópio Filho & Vaz, 1997). A condição internacional das transações parece ser determinante para diferenciação do conceito por alguns autores, como apresentado por Santana (1999, p. 101): o narcotráfico é “[...] a maior empresa transnacional dedicada ao tráfico de drogas ilegais, que não paga impostos e gera os maiores lucros”.

de drogas ilícitas. O tráfico interno mobiliza número significativamente maior de pessoas”. (Procópio Filho & Vaz, 1997, p.91).

No âmbito jurídico, a Lei 11.343<sup>20</sup>, de 23 de agosto de 2006, a nova Lei de Tóxicos, trouxe algumas novidades em relação à antiga legislação de 1976. A mesma institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, e assim, mantém a política de repressão ao tráfico, mas passa a dar maior atenção para o tratamento dos toxicômanos, identificando sua rede de apoio e diretrizes. Traz, portanto, elementos paradoxais, ao embasar-se na defesa da liberdade da pessoa humana, mas mantendo o olhar repressivo do Estado sobre o uso de drogas ilegais. Ou seja, apesar de defender a liberdade de escolha dos cidadãos, mantém sobre julgo do Estado o controle de substâncias psicoativas, e não a cada conduta individual. Desta forma, pode-se apontar a manutenção na escrita da lei, de princípios proibicionistas estruturados durante o século XX, e que permanecem minando a discussão sobre o tema (Araújo, 2012).

Internacionalmente, os EUA permanecem tendo destaque no comando de medidas de controle e combate das drogas, militarizando iniciativas principalmente na Colômbia, mas também nas fronteiras de outros países como o Brasil, levando a discussões sobre a soberania dos países de região amazônica. O Brasil mantém importante papel como rota para o escoamento da produção de drogas na América do Sul, mas agora se preocupa, também, com o combate armado aos traficantes e as classes perigosas, que desde a década de 1990 conta com ações planejadas de intervenções das forças armadas em regiões sob o “domínio” do crime organizado<sup>21</sup> (Coimbra, 2001b). Desta forma, a violência é legitimada como forma de controle legítimo do Estado pela força (Chauí, 1980), em operações de “guerra” amplamente divulgadas pela mídia.

### **1.3 Comunicação de massa e o tráfico de drogas no Brasil**

As informações documentais provenientes de um veículo de mídia impressa de grande difusão, a revista *Veja*, constituirão as fontes de dados desta pesquisa. Desta forma, pretende-se lidar com um campo fértil de construção de representações sociais, uma vez que, os órgãos

---

<sup>20</sup> A escrita da Lei trouxe uma mudança no uso do termo droga, passando a ser adotado o termo substância psicoativa, a fim de adequar-se aos conteúdos do DSM-III-R e do CID-10.

<sup>21</sup> Para uma pesquisa mais ampla do conceito, consultar Zaffaroni (1996) e para a leitura de uma análise que focaliza a associação entre criminalidade organizada e tráfico de drogas, consultar Karam (1996).

de imprensa são “ao mesmo tempo receptores, processadores e transmissores da informação” (Menandro, Trindade & Almeida, 2010, p. 65), configurando-se como importantes atores nos processos de comunicação social que se desenvolvem em nossa sociedade.

Desde o estudo inaugural de Moscovici (2012), publicado originalmente em 1961, os processos de comunicação que atuam na construção e organização de RS, vêm sendo investigados a partir da análise de material jornalístico. Os materiais de mídia impressa representam importante recurso de pesquisa no campo das representações sociais, possibilitando o acesso a universos lexicais e redes de significados presentes em períodos históricos anteriores aos vivenciados. De forma ampla, “Os processos de comunicação são a gênese das representações sociais. Estas são desenhadas na comunicação interpessoal, intergrupar e na comunicação social; são criadas para comunicar e no ato de comunicar” (Ordaz e Vala, 2000, p.111).

Os processos de comunicação são vistos por Jovchelovitch (2000) como mediadores entre realidades múltiplas, entre indivíduos com necessidades diversas e o mundo. Quando estas mediações ocorrem surgem representações sociais, e então acabam por se tornar, também mediadoras, pois re-apresentam objetos sociais nos diálogos cotidianos, facilitando o contato entre os grupos e indivíduos, negociando e construindo conjuntamente a realidade social, uma vez que “o sujeito é condenado a buscar mediações. Outro, palavra e ação constituem – em delicada e intrincada trama – estas mediações: com elas tentamos acalmar as lacunas que constituem o que somos” (Jovchelovitch, 2000, p.183).

Os meios de comunicação de massa ampliam a dimensão destas mediações, na medida em que os veículos de mídia aproximam de forma invisível os sujeitos que compõe seu público, uma vez que:

a mídia penetra cada lar e procura cada indivíduo para torná-lo membro de uma massa... É um tipo de massa, entretanto, que não se vê em lugar algum precisamente porque ela está em todo lugar. As milhares de pessoas que silenciosamente lêem seus jornais e involuntariamente falam como o rádio são membros de uma nova forma de multidão, que é imaterial, dispersa e doméstica... Eles estão cada um em suas casas, mas estão juntos, e parecem ser diferentes, mas são iguais... (Moscovici, citado por Jovchelovitch, 2000, p.86).

O argumento de Moscovici (citado por Jovchelovitch, 2000) facilita o resgate da dimensão de grupo, possível nos estudos documentais com material jornalístico, uma vez que o “jornal se torna um indicador desta visão de mundo” (Bauer, Gaskell & Allum, 2008, p.22) compartilhada por leitores e produtores das reportagens.

A mídia enquanto meio institucionalizado de comunicação é responsável tanto pelo conteúdo apresentado ao grande público quando pela forma como a informação será difundida

à população, desta forma, são produzidas mudanças nas vivências do espaço e do tempo dos indivíduos que terão novos parâmetros para sua orientação, podendo aproximar-se ou distanciar-se de realidades antes desconhecidas,

[...] os meios de comunicação se tornaram constitutivos da vida social. Eles alteraram modos de interação, transformaram o acesso a, e o consumo de, bens simbólicos, re-estruturaram a política institucional e como não poderia deixar de ser eles mudaram radicalmente as fronteiras entre a esfera pública e privada (Jovchelovitch, 2000, p.89).

Neste sentido, cabe mencionar como defendido por Jovchelovitch (2000), que nosso estudo não é um estudo sobre a mídia no Brasil, nem tão pouco, uma análise dos “processos específicos na linguagem da mídia, que permitem o surgimento de representações sociais” (p.92), buscaremos apenas o mapeamento de representações sociais de um objeto social específico que são difundidas e produzidas nestes veículos.

Entre os produtores das informações, durante grande parte do período histórico da pesquisa, exigiam-se dos profissionais jornalistas a diplomação de nível superior<sup>22</sup>, nas antigas redações dos jornais brasileiros ainda se viam, fotógrafos e outros profissionais de baixo nível socioeconômico e que em muitos casos vivenciavam a realidade das classes desfavorecidas. Segundo Ramos e Paiva (2007) aos poucos a classe jornalística foi se tornando majoritariamente composta por pessoas de classe média, produzindo um olhar externo ou estrangeiro na leitura da realidade das classes baixas. Assim, leitores e produtores das matérias, são simultaneamente vinculados às classes médias e altas do Brasil. O público leitor de *Veja* (receptores da informação) pertence majoritariamente às classes A e B em termos socioeconômicos, residente das áreas mais ricas do país (Grupo Abril, 2011). Conhecer os saberes populares produzidos, por esses grupos, denota acessar saberes amplamente divulgados, difundidos e valorizados em nossa sociedade, por estarem associados às classes dominantes.

Em suas pesquisas realizadas na década de 1980, Zaluar (1994a) observa que para os veículos de comunicação e para a população em geral os morros cariocas eram considerados como “antro de perigosos criminosos, assassinos em potencial, traficantes de tóxicos, etc.” (Zaluar, 1994a, p.10). A autora identifica, inclusive, dificuldades em sua entrada no campo de investigação, devido à associação feita pela população, entre seu trabalho e o de uma jornalista. Naquele momento, a população encontrava-se indignada com a mídia que

---

<sup>22</sup> Em 2009 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela não exigência de diploma em Jornalismo para o exercício da profissão, alegando que a exigência feria o princípio da liberdade de expressão. Em 2012, novamente a matéria voltou a ser problematizada, sendo aprovada no Senado a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que retomaria a exigência do diploma, a PEC ainda tramita na Câmara dos Deputados.

danificava ainda mais a imagem das favelas e de sua população que era apresentada como integralmente criminosa.

O noticiário policial, então já não comportava todas as notícias sobre a crescente criminalidade na cidade do Rio de Janeiro se espalhava por outras folhas, anunciando-se às vezes em manchetes de primeira página. O teor dessas notícias era claramente sensacionalista: a criminalidade incontida, a violência cada vez maior cometida durante os assaltos, o clima de guerra em que estavam envolvidos os bairros pobres onde atuavam quadrilhas de traficantes de tóxicos (Zaluar, 1994a, p. 13).

Na mesma direção, a pesquisa realizada por Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001), no início da década de 1990, aponta que grande parte das matérias jornalísticas sobre o tráfico de drogas da época, apresentam narrativas que fomentam atitudes de discriminação com determinados extratos da população, criando um perfil estigmatizante de seus protagonistas: “compromissados com o reduzido espaço e a necessidade de vender exemplares, proprietários, editores e repórteres [...] acham plausível expressar aquelas que julgam ser as principais características dos jovens em uma página com gráficos, ou mesmo conformá-las em um *box* [...]” (Cruz Neto, Moreira & Sucena, 2001, p.84).

Coimbra (2001b) também destaca o papel da mídia de massa na construção das idéias sobre a criminalidade na história recente do país, favorecendo a criação de estereótipos e processos de segregação em relação às classes subalternas, uma vez que as narrativas difundidas “produzem poderosos e eficientes processos de subjetivação; forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões” (p.37).

Estes relatos de pesquisa dão conta de uma das dimensões que pretendemos acessar, ou seja, o papel da mídia na formação de representações sociais para o fenômeno do tráfico de drogas. Os vieses apresentados pelas informações divulgadas pela mídia revelam condições que perpassam este trabalho de pesquisa: se por um lado contamos com rica fonte documental para acessar o tema, por outro, este material é influenciado por aspectos ideológicos, editoriais e políticos (Souza & Menandro, 2007; Ordaz & Vala, 2000), ainda pouco discutidos<sup>23</sup>.

Neste sentido, Ramos e Paiva (2007) apresentam uma reunião de depoimentos e trabalhos jornalísticos que se pretendem críticos em relação às coberturas da violência e da criminalidade no Brasil, destacando que a maior parte dos profissionais e dos veículos de mídia de massa não se preocupa com o posicionamento que assumem na leitura dos fatos sociais, contribuindo para uma construção enviesada da realidade, formada a partir da ótica

---

<sup>23</sup> Ramos e Paiva (2007) apresentam uma reunião de depoimentos e trabalhos que se pretendem críticos em relação às coberturas jornalísticas da violência e da criminalidade no Brasil, destacando que a maior parte dos profissionais e dos veículos de mídia de massa não se preocupam com o posicionamento que assumem na leitura dos fatos sociais, contribuindo para a construção enviesada da realidade, formada a partir da lógica dominante.

das classes dominantes. Corroborando a necessidade de uma leitura crítica dos materiais jornalísticos, Jovchelovitch (2000, p.179) afirma que “alguns grupos possuem mais oportunidades do que outros para assegurar sua versão da realidade. A situação assimétrica de diferentes grupos sociais deve ser considerada seriamente, pois grupos diferentes possuem recursos desiguais no processo de propor e sustentar suas representações”, desta forma, as representações sociais criadas e difundidas em veículos de comunicação de massa, estão inseridas na lógica das relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais.

Como destacado por Noto e Galduróz (1999), a divulgação com pretensão científica produzida pela mídia, acaba por vezes, prejudicando o acesso da população em geral às pesquisas sobre as drogas no Brasil, uma vez que, “a maioria da população tem a mídia como principal fonte de informações, o que é divulgado pelos meios de comunicação de massa passa a ser padrão de verdade” (p.147), consolidando-se estereótipos, atitudes e opiniões (Jodelet, 2001). Deste modo, conhecer os atravessamentos culturais, sociais, econômicos e históricos que incidem sob a produção dos textos jornalísticos, é condição básica para a uma leitura analítica dos fatos narrados.

#### **1.4 A Teoria das Representações Sociais**

Foram as proposições de Serge Moscovici que inauguraram o campo de estudos em representações sociais, com a publicação de *La psychanalyse, son image et son public*, em 1961. Suas concepções nasceram em um contexto teórico onde saberes de pequeno alcance eram preponderantes no campo da Psicologia Social, conservando um olhar individualizante sobre as construções sociais. Ao propor a reunião de conceitos isolados em torno de uma teoria integrativa, o autor compõe, ao mesmo tempo, um argumento crítico e afirmativo da importância dos estudos em Psicologia Social (Trindade, Santos & Arruda, 2011).

Sendo assim, o pensamento de Moscovici (2012) se desenvolve em diálogo constante com as teorias clássicas da Psicologia Social e com os pensadores de sua época. Ao localizar as origens de seu pensamento nos estudos sociológicos de Émile Durkheim, o autor situa sua proposta no conjunto de conhecimentos da Psicologia Social, que se encontrava sob forte influência das ciências positivistas e de pesquisas cognitivistas ou individualizantes (Farr, 2009). Neste sentido, Vala (1996) afirma que a mudança paradigmática proposta por Moscovici (2012), afetaria diretamente a visão de homem difundida no campo de estudo,

apontando para uma postura inovadora sobre o papel ativo dos sujeitos na construção do conhecimento.

Em seu estudo seminal, Moscovici (2012) explora os mecanismos pelos quais conhecimentos científicos (universo reificado) passam a compor saberes populares (universo consensual) sobre determinados objetos sociais. Ao se dedicar ao estudo de conhecimentos socialmente produzidos e partilhados, o autor reconheceria a existência e a importância dos saberes do senso comum, definidores de práticas cotidianas, impulsores das investigações científicas, e determinantes para a escrita da história de uma sociedade.

Para desenvolver sua proposta, Moscovici (2012) partiu de um fenômeno problemático para a sociedade parisiense, a psicanálise, que surgia como nova proposta de ciência que se opunha às formas tradicionais, tendo repercussões em vários dos seguimentos populacionais investigados. Utilizando este exemplo, o autor explica os mecanismos envolvidos na construção dos saberes populares, sinalizando que não são todos os fenômenos que se tornam objetos de representações sociais. A formação das RS ocorre quando certos elementos da realidade social ameaçam a integridade do grupo ou a identidade social deste. Assim, diante de uma realidade ameaçadora: “Para reduzir conjuntamente tensão e desequilíbrio, é necessário que o conteúdo estranho se desloque para o interior de um conteúdo de nosso universo” (Moscovici, 2012, p.55).

Neste sentido, Sá (1998) afirma que para um objeto ser alvo de um estudo de representações sociais, o mesmo deverá gozar de “relevância cultural” e “espessura social” (p.50), estando claramente presente nas práticas cotidianas dos sujeitos (conversações, meios de comunicação de massa etc.). Assim, o pesquisador poderá superar a escolha arbitrária do par sujeito-objeto, evitando estudos com pseudo-representações induzidas por sua própria intervenção no meio social (Sá, 1998).

Wagner (2000) amplia os critérios para definição dos objetos de RS, corroborando o aspecto de relevância social defendido por Sá (1998) e acrescentando: o consenso funcional (ligado à padronização do modo de funcionamento do grupo frente a um objeto social, não implica em consenso numérico); o critério da prática (grande número de integrantes do grupo social tem hábitos/ações que compõem a RS); critério de holomorfose (a RS contém uma meta-informação sobre a forma como os integrantes do grupo próprio e do grupo de referência agirão na presença do objeto); critério de afiliação (permite a conferência objetiva de uma meta-informação sobre o comportamento do grupo de pertença).

Desta forma, Sá (1998) e Wagner (2000) sintetizam duas premissas essenciais na construção de um objeto em RS, a importância do envolvimento do objeto que se pretende

investigar nas práticas correntes do grupo em foco e as relações intergrupais presentes na dinâmica de formação das representações. Neste sentido, o objeto do presente estudo, o tráfico de drogas, parece sustentar-se enquanto objeto de RS, uma vez que se revela entranhado nas práticas cotidianas de grupos sociais amplos, estando presente também em inúmeros registros dos meios de comunicação de massa (Zaluar, 1994a, 1994b, 2004; Cruz Neto, Moreira & Sucena, 2001; Feffermann, 2006; Athaíde & Bill, 2006).

Portanto, para que surja uma representação social, o grupo precisará perceber determinado objeto social como ameaçador ou perigoso, ou seja, a rede de significados sobre os fenômenos, bem como o conjunto de opiniões, crenças ou imagens existentes, não serão mais eficientes para explicá-lo, e a condição de desconhecimento impulsionará<sup>24</sup> o surgimento de um novo saber. As RS são organizações de imagens e linguagem, que realçam e simbolizam atos e situações cotidianas, formando-se a partir de uma descontinuidade da apreensão do objeto percebido (Moscovici, 2012). Nesta descontinuidade, as lacunas apresentadas pelo conhecimento serão preenchidas com informações de outras áreas, situações, ou mesmo de informações propagadas pela mídia.

Quando o reservatório de saberes sociais não dispõe de justificativas ou explicações que garantam comunicação e proteção ao grupo social, a tensão e instabilidade (a nível cognitivo e social) devem ser superadas pela construção de uma nova leitura da realidade, uma teoria popular, distinta dos saberes científicos, mas em constante contato com este,

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, como um objeto prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras do conhecimento científico (Jodelet, 2001, p.22)

Essa elaboração social e partilhada pelos indivíduos é explicitada por Moscovici (2012) a partir dos processos de formação das RS, que de forma geral visam tornar familiar, objetos até então ameaçadores ou não-familiares (Moscovici, 2009). Assim, diante de uma realidade ameaçadora: “Para reduzir a tensão e o desequilíbrio, é preciso que o conteúdo estranho se desloque para o interior de um conteúdo corrente [...] é necessário [...] mudar o universo sem que ele deixe de ser o nosso universo” (p.60).

Os processos sociocognitivos (Vala, 2004) de formação das RS, são chamados por Moscovici (2009, 2012) de objetivação e ancoragem, apesar da separação didática destes mecanismos, ambos costumam se desenvolver de forma simultânea, sem linearidade. O

---

<sup>24</sup> Segundo Moscovici (2012) as condições necessárias para o surgimento de uma nova representação social são: a dispersão da informação, a pressão para a inferência e a focalização.



estudo destes mecanismos será um dos pilares da discussão que se pretende desenvolver sobre a construção histórico-social do tráfico de drogas no Brasil. Uma vez que nos interessa compreender como este elemento ameaçador da realidade é incorporado nas discussões e práticas cotidianas dos grupos sociais que compõe a nossa sociedade.

A objetivação focaliza os elementos que compõe a representação e o aspecto material destes, através desta operação, torna-se real um esquema conceitual, liga a palavra à coisa material, traz para a observação empírica o que era apenas inferência. Através da objetivação o objeto abstrato associa-se a uma imagem quase física vinculada a uma categoria preexistente de objetos (Moscovici, 2009, 2012). Vala (2004) identifica três momentos que compõe a objetivação, quais sejam: 1) a construção seletiva (determinadas informações são enfatizadas pelo grupo social, aproveita-se uma determinada parte do conjunto informações disponíveis no ambiente); 2) Esquemáticação (organizam-se os elementos imagéticos de forma a estruturar o conhecimento); 3) Naturalização (os elementos figurativos passam a corresponder a objetos quase-reais, materiais e naturais, pouco suscetíveis de questionamentos).

Na objetivação ocorre uma soldagem entre a palavra e a imagem material, ou seja, o processo dedica-se a encontrar a face icônica da nova idéia, a partir de elementos de um reservatório anterior, ou seja, “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância” (Moscovici, 2009, p.71-72). Desta forma, como o processo envolve uma simplificação da complexidade da nova idéia (Moscovici, 2012), o acionamento da figura pode assentar-se em personagens (exemplares ou protótipos) daquela realidade. Neste sentido, o estudo de Vala (2004) e Ordaz e Vala (2000) exemplificam a investigação de metáforas e personagens como forma de alcançar o processo de objetivação. Neste processo, o fenômeno investigado ganha uma face simplificada, que por ser naturalizada, tende a resistir a mudanças.

Na ancoragem os grupos sociais convertem o objeto num instrumento utilizável, deixando “de ser aquilo ‘do que falamos’ para tornar-se aquilo ‘por meio do que’ falamos” (Moscovici, 2012, p. 157). Se na objetivação, o interesse é pela face icônica do objeto, na ancoragem interessa-se pela dimensão das categorias sociais acionadas durante o processo, ou seja, sobre a utilidade do novo saber no nível das relações sociais dos grupos (Vala, 2004). Durante este processo conhecimentos anteriores serão acionados e a nova idéia será encaixada “na hierarquia dos valores e nas operações concretizadas pela sociedade” (Moscovici, 2012, p. 156).

Quando ancoramos um conhecimento novo, no âmbito dos paradigmas de categorias sociais precedentes, estamos rotulando (classificando e nomeando) o fenômeno, e esta operação não é neutra, ocorre segundo as hierarquias e relações de poder vigentes na sociedade em questão. Ao encaixar um objeto estranho em categorias, instrumentalizamos o uso do objeto, passando a ser possível falar dele e através dele, dando sentido a realidade que antes se encontrava em risco (Vala, 2004). Se as ancoragens interessam-se relações sociais imbricadas na categorização social, coube a Doise (1990, 1993 citado por Ordaz & Vala, 2000, p.111) resgatar a idéia de que os sistemas de comunicação são, também, sistemas de relações sociais, ou seja, a forma como os discursos apresentam a realidade social indica as relações sociais que balizam as ancoragens, e, portanto, o estudo dos sistemas de comunicação é fonte importante de compreensão deste processo.

Neste sentido, quando de sua investigação sobre a representação social da psicanálise, Moscovici (2012) identificou em sua análise de publicações de meios de comunicação franceses, a existência de três sistemas ou modalidades de comunicação: a difusão; a propagação; e a propaganda, presentes; preponderantemente em três blocos de imprensa distintos, quais sejam respectivamente: jornais de grande circulação; publicações católicas; e a imprensa comunista.

Segundo Vala (2004) a difusão apresenta uma leitura da realidade que elimina as diferenciações e conflitos entre os grupos sociais. Esta visão indiferenciada da sociedade é revelada pela concepção de público alvo presente nos veículos de mídia de massa, ou seja, um grupo pouco específico ou estruturado, sem características francamente determinadas, acessando uma dimensão mais próxima da massa de indivíduos (Moscovici, 2012). Sem posicionamentos claros, evitam-se possíveis resistências de um público tão variado.

No sistema de comunicação difusão não há, portanto, um comprometimento com a apresentação de um quadro específico de idéias, que organizem a visão do grupo social acerca de um objeto social, a mídia “evita a adesão muito nítida a um ponto de vista” (Moscovici, 2012, p.294), o discurso é descontínuo, e desta forma, amplia-se seu aspecto adaptativo as necessidades dos leitores. Assim, o uso da fala de especialistas contribui para a construção de um distanciamento do jornalista frente aos argumentos apresentados, dando uma sensação de neutralidade ou distanciamento, que induz o leitor a uma percepção de liberdade de interpretação, fator que o próprio Moscovici (2012, p. 329) refutaria: “Fala-se de ‘especialistas’ de ‘autoridades’, mas é finalmente o jornalista que transforma a informação para apresentar ao público”.

Na propagação, a realidade social é apresentada de maneira a não dar espaço aos conflitos e divergências, propondo agregar os novos elementos a um quadro específico de normas anteriores. Este sistema vincula-se a um grupo social estruturado, visando uma integração do novo objeto, harmonizando ou reconciliando argumentos, a partir do resgate de características positivas ou similares do fenômeno, e construindo uma nova teoria que altera o objeto social (focaliza ou exclui determinados aspectos) (Moscovici, 2012). Esta modalidade de comunicação se liga a esfera das atitudes (pré-disposição à ação): “a propagação se encarrega, por um lado, de controlar o comportamento já existente estabelecendo ligações mais sólidas entre o grupo e os membros suscetíveis de manifestá-lo e, por outro lado, de estruturar novamente o sentido da coordenação de seus elementos” (Moscovici, 2012, p.360).

Na propaganda os conteúdos cotidianos são organizados, podendo ser aproximados ou distanciados em diferentes momentos, a associação no novo objeto com elementos da realidade social desprezados pelo grupo de referência, pode conduzir a depreciação do novo objeto. O objeto da propaganda é a ação, ou seja, ela “*incita a ação, produz ‘atitudes’ pela criação ou modificação da representação do real*” (Moscovici, 2012, p.406, grifos do autor), revelando as dicotomias sociais, e necessitando de constante diferenciação como forma de proteção para a identidade social, assim, as características do grupo próprio social se contrapõe ao grupo oposto. Como a propaganda vincula-se a ação, sem dedicar-se a justificção ou reflexão, a mesma pode levar a produção de estereótipos, uma vez que a realidade é extremamente simplificada em suas polaridades, deixando opções binárias de ação, gerando reações imediatas.

Como demonstrado por Ordaz e Vala (2000) a compreensão do funcionamento dos sistemas de comunicação, ajudando-nos na tarefa de descrição da relação mídia e representações sociais, tangenciando a discussão que se propõe neste trabalho. Tanto os processos de construção das RS, como os sistemas de comunicação, nos ajudam na compreensão de alguns aspetos das representações sociais do tráfico de drogas, sem que tenhamos a pretensão de esgotar sua investigação (Sá, 1998).

Tendo em vista que os estudos de representações sociais lidam com:

diversos elementos (alguns, às vezes, estudados de modo isolado): informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Contudo, estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. É esta totalidade significativa que, em relação com a ação, encontra-se no centro a investigação científica, a qual atribui como tarefa descrevê-la, analisá-la, explicá-la em suas dimensões, formas, processos e funcionamento (Jodelet, 2001, p.21).

Nossa pesquisa de cunho exploratório e documental, busca apresentar um primeiro panorama sobre o objeto investigado em linhas centrais, que com certeza, sinalizarão novas perguntas sobre a realidade investigada. Afinal, os objetos de representações sociais são complexos, e diferentes formatos metodológicos são capazes de acessar dimensões diversas do fenômeno, como sinalizado por Moscovici (2012) em seu estudo inaugural. Neste sentido, Jodelet (2001) afirma que as RS “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (pp.17-18), restando, portanto, outros contornos a serem enfatizados em outras oportunidades.

## 2. OBJETIVOS

Buscaremos compreender o processo construção social do fenômeno tráfico de drogas ao longo da história recente do país, a partir de matérias publicadas na revista *Veja* entre 1968 e 2010. Pretendemos identificar e descrever os elementos presentes nas representações sociais do tráfico de drogas, visando compreender as relações entre representações, práticas e contextos sociais vivenciados.

Para tanto, apresentaremos um desenho metodológico que possibilite a investigação e análise das relações intergrupos que influenciam na sociogênese das representações sociais do fenômeno. Assim, pretendemos descrever alguns dos processos identitários presentes nas diversas relações intergrupais que se formam em torno do fenômeno tráfico de drogas ao longo do período investigado.

Descreveremos os principais atores, locais e relações que são associadas ao tráfico de drogas e contribuem para a materialização do fenômeno. Neste sentido, destacaremos ainda alguns elementos a serem problematizados quanto ao papel da mídia como construtora e difusora de representações sociais.

### 3. MÉTODO

O crescimento das pesquisas sobre a criminalidade no Brasil, nas últimas décadas do século XX, pôde mapear os contornos do fenômeno, apresentando suas facetas, frequentes marcas dos contextos urbanos (Zaluar, 1994a, 1994b), mas também presente em áreas do interior do país e de suas fronteiras onde a presença do Estado se faz menos evidente.

Os avanços na estruturação social e econômica do tráfico de drogas (Lessing, 2008) levaram o assunto a ganhar cada vez mais espaço no cenário acadêmico extrapolando o âmbito meramente jurídico. Diversos são os aspectos elucidados pelos estudiosos (Zaluar, 1994a, 1994b, 2004; Feffermann, 2006, Lessing, 2008, Cruz Neto, Moreira & Sucena, 2001; Faria, 2009, Athaíde & Bill, 2006), bem como os métodos de investigação e análise aplicados ao tema. Pesquisas de campo de caráter etnográfico unem-se a outros recursos, tais como, dados de ocorrências policiais, na tentativa de fornecer um retrato cada vez mais amplo deste objeto.

Esta pesquisa propõe uma investigação de caráter exploratório e documental, que busca através dos registros textuais de uma revista de circulação nacional, no período de 1968 a 2010, conhecer a representação ou representações sociais do tráfico de drogas, e desta forma, acessar algumas das condições que fomentaram seu surgimento e desenvolvimento. A ausência de trabalhos de caráter exclusivamente documental sinaliza, entre outras coisas, a prevalência de investigações que enfatizam a ocorrência e as estruturas do tráfico de drogas no tempo presente, fator que amplia a importância deste tipo de investigação, que pode aproximar-se de contextos anteriormente vividos.

Souza e Menandro (2007) destacam que a pesquisa documental é via privilegiada de conhecimento de acontecimentos históricos, atuando como uma verdadeira “máquina do tempo” (p.152) ao transportar o pesquisador aos mais inusitados cenários. As fontes documentais são potentes receptáculos dos modos de compreensão de determinados fenômenos que podem ser reconstruídos historicamente. “As noticiais funcionam como verdadeiras testemunhas dos fatos sob análise” (Souza & Menandro, 2007, p. 164).

Os trabalhos de Menandro, Trindade e Almeida (2010) e Pedrosa (2012), também embasados na Teoria das representações sociais (Moscovici, 2009, 2012), inspiraram de forma ampla, o desenho metodológico empregado neste estudo. Estes autores apresentaram aspectos representacionais de fenômenos distintos dos aqui enfocados, mas também se valeram de registros documentais de veículos de imprensa como fonte de dados. Suas

indicações quanto à escolha do material, organização e análise dos dados, foram importantes contribuições que elucidaram caminhos possíveis para esta investigação, uma vez que os objetivos se aproximavam.

O conhecimento dos trabalhos mencionados estimulou a escolha por empreender este formato de pesquisa, como forma de acessar os fatos passados na construção social do fenômeno. Por se tratar de um tema polêmico, de difícil acesso direto a informantes relevantes, e frente ao curto prazo de execução e conclusão do trabalho de pesquisa, apresentou-se como mais realista e viável o presente delineamento metodológico.

O formato documental reserva ao pesquisador vantagens e desvantagens, como sistematizado por Souza e Menandro (2007). Positivamente, os dados não são resultados de indução direta do pesquisador; são estáveis e, portanto, reexamináveis; além de poderem cobrir eventos durante amplo espaço e tempo. Negativamente, algumas fontes de informação, tais como os registros jornalísticos, são atravessados por questões diversas, tais como: política, ideologia, economia e religião. As matérias jornalísticas são resultado de um processo de cortes e editoração que pode, voluntária ou involuntariamente, modificar seu conteúdo original, que, além disso, sofre também influências diretas do produtor do relato, que comunica pontos de vista peculiares do fato narrado.

Além disso, o período de investigação coberto por esta pesquisa inclui os anos entre 1968 e 1976, etapa em que a censura dos meios de comunicação configurou-se como um dos recursos de fortalecimento da ditadura militar no país. Ainda que o regime de exceção tenha perdurado entre os anos de 1964 e 1985, foi após a promulgação do Ato Institucional nº 5 – o AI-5, 13 de dezembro de 1968 – que a interferência dos censores sobre o trabalho da imprensa mostrou-se mais incisiva, seja com a presença dos militares dentro das redações jornalísticas ou mesmo com a determinação de leitura prévia das matérias (Almeida & Weis, 1998; Almeida, 2009; França, 2011). O conteúdo do material produzido nas redações, bem como o próprio trabalho jornalístico, foi amplamente cerceado, as matérias sofreram inúmeros cortes e em muitas ocasiões não puderam ser publicadas. O enfraquecimento do regime militar e os movimentos pela redemocratização marcariam o fim dos anos de 1970 e a década de 1980. Estes movimentos também seriam influentes para os veículos de comunicação, principalmente aqueles dedicados a pauta política (França, 2011).

No âmbito de discussão do tema tráfico de drogas cada uma das décadas selecionadas para estudo, tem importante papel na construção sócio-histórica do fenômeno investigado, passando pelo surgimento, expansão e combate ao mesmo, como fora apontado no levantamento bibliográfico. A inclusão dos anos de 1968 e 1969 deveu-se a importância

histórica do período, marcado por grandes transformações, que se fizeram sentir principalmente no âmbito político em nosso país (Almeida e Weis, 1998). A inclusão do ano de 2010 deveu-se a ocorrência no mês de novembro, da ocupação por forças de segurança (formada pelas polícias militar, civil e forças armadas) das favelas do chamado complexo do Alemão na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Uma operação de repercussão internacional que visava à prisão de traficantes de drogas, gerando múltiplas publicações, e sendo apontado por jornalistas<sup>25</sup> como um marco histórico de combate ao tráfico no Brasil.

O cenário sócio-político influencia a configuração dos materiais documentais e, portanto, os textos selecionados para compor este estudo são carregados por estas marcas. A produção documental, e neste caso jornalística, não apenas registra os fatos vivenciados, mas reproduz formas de pensar que são peculiares, em um tempo e espaço. Como indicado por Olson (1997), ao cunhar a metáfora do “mundo de papel”, o conjunto de documentos produzidos por uma sociedade em determinado tempo dão conta das representações dos grupos sobre os objetos sociais, ou seja, compõe algo mais do que uma reprodução dos acontecimentos, são atos de intenção e interpretação.

Diferenciando-se dos recursos de catalogação e indexação, ou mesmo da análise documental descrita por autores como Bardin (2009), no presente trabalho compreende-se a pesquisa documental como um esforço para além da mera compilação e organização de fontes (textos, acervos etc.), um exercício ativo de interpretação e inferência (Souza & Menandro, 2007). As reportagens jornalísticas apresentam, portanto, pontos de vista parciais, devendo ser entendidas como veículos que apresentam “posições de verdade” (Souza & Menandro, 2007, p. 162) a serem, também, interpretadas pelo pesquisador.

### 3.1 Fonte de dados

Os dados que compõe o *corpus*<sup>26</sup> desta pesquisa provém de matérias, fragmentos de matérias e comentários, publicados pela revista *Veja*<sup>27</sup> entre os anos de 1968 e 2010, e que tratem do assunto tráfico de drogas.

---

<sup>25</sup> Na seção 4.1 deste trabalho, apresentaremos a capa da edição 2193, de 01 de dezembro de 2010 (Rio de Janeiro: 25 de novembro de 2010. O dia em que o Brasil começou a vencer o crime), que apresenta as operações militares de combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro/RJ, como momento em que o Brasil começou a vencer a “guerra” contra os bandidos.

<sup>26</sup>Do latim, corpo. Nas pesquisas históricas ou sociais trata-se da coleção homogeneia de textos sobre determinado tema, utilizada quando o tema investigado possui grande variabilidade e inviabiliza os critérios de amostragem representativa (Bauer & Aarts, 2002).



A revista *Veja* é uma publicação semanal de circulação nacional no Brasil, tendo sua primeira edição datada de 11 de setembro de 1968. Seu projeto inicial surge como semanário de variedades, que teria estilo inspirado em revistas americanas, tais como, a *Time* e a *Newsweek*. Ao reunir repórteres e editores acostumados com o ritmo e a produção textual dos jornais diários, a revista demorou a encontrar seu espaço e seu formato final (França, 2011; Almeida, 2009). Nos quatro primeiros anos de existência as dificuldades técnicas da execução deste novo projeto editorial (mudanças de equipe de trabalho; cortes devido à condição financeira, que ainda não representava lucro; a censura imposta pela ditadura militar etc.), levaram a muitas adequações em seu formato.

Inicialmente, *Veja* tinha três sessões: “Brasil”, “Geral” e “Mundo”. Cada uma destas sessões comportava temas que foram sendo incluídos ou suprimidos com o passar do tempo, fato que se exemplifica na sessão “Geral”, que em 1973 passou a comportar as editoriais de Comportamento, Ciência, Esporte, Educação e Religião (Almeida, 2009). O tema investigado nesta oportunidade, o tráfico de drogas, era comumente apresentado durante a década de 1970, com o antetítulo<sup>28</sup> “Tóxicos”, apresentada junto aos temas da sessão “Brasil” ou mesmo em outras sessões. Com o passar do tempo as notícias passaram a vincular-se ao antetítulo “Drogas”, e em seguida, passaram a não mais ter coluna específica para o tema, estando as matérias de nosso *corpus* de pesquisa vinculado a variadas sessões. O cenário de mudanças de formato de *Veja* parece encontrar estabilidade quando esta passa a enfatizar a pauta política, assim, a revista parece encontrar seu estilo de publicação (Almeida, 2009).

*Veja* surge com a intenção de integração nacional, um princípio defendido por militares e empresários, mas durante os primeiros anos de sua publicação a revista se mantém independente do governo, denunciando condições sociais da população, além de abusos e torturas ocorridos durante o regime militar brasileiro (Mira, 1997). O estilo de contestação política, muitas vezes associado a seu diretor de redação, Mino Carta, leva a “saída” do mesmo do editorial, em circunstâncias relacionadas à pressão vinda dos censores da ditadura militar (França, 2011; Mira, 1997, Almeida, 2009).

A diminuição da censura, após a saída de Mino Carta, e a mudança da posição do semanário no cenário político da época, foram determinantes para sua expansão e difusão pelo território nacional. As idéias de modernização e industrialização, associados a um estilo

---

<sup>27</sup> O nome da revista inicialmente era *Veja e Leia*, onde a segunda palavra aparecia em fonte bem menor que a primeira. Este foi um recurso editorial usado intencionalmente, para evitar o plágio do nome da revista americana *Look*. Quando a americana parou de ser publicada em 1972, a segunda parte do nome foi suprimida, consagrando o semanário apenas como *Veja* (Almeida, 2009).

<sup>28</sup> Palavra anterior ao título, que complementa a informação indicando o assunto tratado na reportagem.

o sintético de reprodução das notícias, e a possibilidade de venda de assinaturas, fazem a publicação ampliar seu número de leitores em todo o país e garantiu seu lugar entre os leitores de classe média (Almeida, 2009).

Conhecer o perfil do público leitor de *Veja* se faz essencial para este estudo, uma vez que “Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam.(...) o jornal se torna um indicador desta visão de mundo (Bauer, Gaskell & Allum, 2008, p.22). Esta afirmação dos autores sobre os jornais pode ser facilmente ampliada para as revistas.

Historicamente, a revista demorou a definir seu público leitor, passando por crises nas vendas e reformulações estruturais. Atualmente, seus leitores são representantes de um grupo social com características bastante específicas. O perfil atual dos leitores da revista *Veja* é o seguinte (Grupo Abril, 2011):

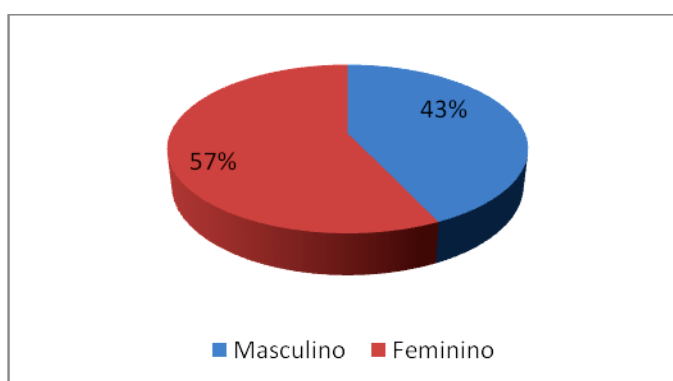


Gráfico 1. Perfil dos leitores de *Veja*, distribuição por sexo.

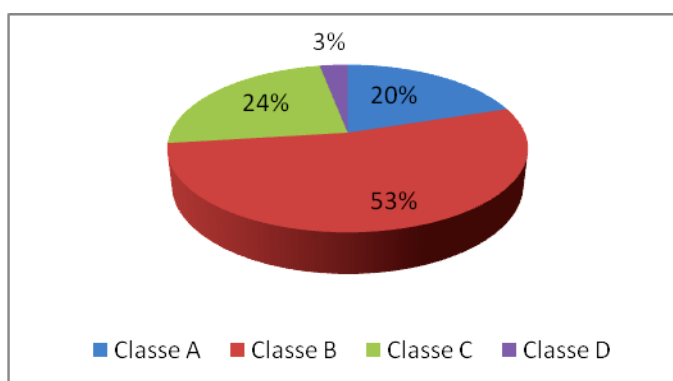


Gráfico 2. Perfil dos leitores de *Veja*, distribuição por classes de nível socioeconômico.

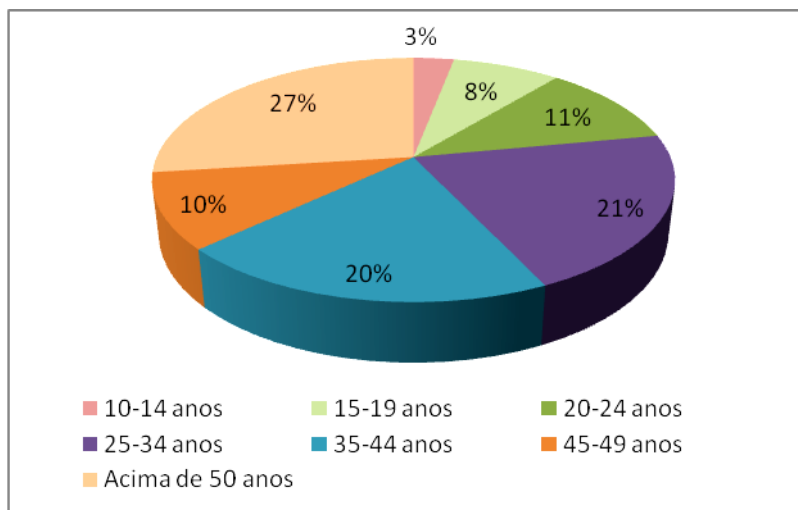


Gráfico 3. Perfil dos leitores de *Veja*, distribuição por faixa etária.

Além disso, a maior parte dos leitores de *Veja* (58%) reside na região sudeste do Brasil, a mais rica do país. Compilando as informações do perfil de leitores da revista, verificamos que a maioria dos leitores se situa nas classes A e B, e situa-se em faixas etárias economicamente ativas (de 20 a 49 anos). Trata-se de um grupo social que atinge maiores graus de instrução e renda, sendo considerado socialmente como formador de opinião, produtor e detentor de conhecimento. Investigar as representações sociais elaboradas em meio a este grupo social parece, portanto, via de acesso a idéias largamente difundidas e fortemente valorizadas por estarem atreladas a posicionamentos de uma classe dominante.

O fato de ser uma revista de circulação nacional, suas características de produção com foco na variedade de assuntos e a quantidade de leitores acessados, foram os principais fatores que levaram a escolha do semanário como fonte de dados para esta pesquisa. Além disso, o modo de acesso aos exemplares requisitados, disponíveis para consulta na rede mundial de computadores, representou um facilitador do processo de coleta dos dados.

### 3.2 Procedimentos de coleta de dados

A seleção e coleta das matérias jornalísticas foram realizadas no site do acervo digital da revista *Veja*<sup>29</sup>. Utilizou-se uma ferramenta presente no site, para buscas avançadas “com a

<sup>29</sup> Endereço do site: <<http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>

expressão exata”<sup>30</sup>, a partir dos termos: tráfico, traficante e narcotráfico. Outras palavras e expressões foram testadas<sup>31</sup>, mas não apresentaram valores expressivos de ocorrências do assunto tráfico de drogas, ou ainda, apresentaram matérias já contempladas pelas três expressões citadas acima. Pensou-se, inicialmente, na utilização da expressão-chave “tráfico de drogas”, mas a utilização desta única expressão para a busca em múltiplos cenários histórico-sociais, distribuídos em quatro décadas, excluía muitas matérias sobre a temática, que por alguma variação terminológica característica do período não utilizava esta expressão-chave.

O uso da ferramenta de busca disponível no site, em substituição a seleção manual do material, a partir da leitura na íntegra das edições (Pedrosa, 2012; Menandro, Trindade & Almeida, 2010), foi uma escolha metodológica que exigiu alguns cuidados da pesquisadora. Uma análise preliminar do material revelou, por exemplo, que entre as décadas de 1970 e 1980 eram comuns os termos entorpecentes e tóxicos, fatos já corroborados na revisão bibliográfica. Estes termos caem em desuso na década seguinte. Em contrapartida, os anos 2000 apresentam diversas matérias que não utilizam mais o qualificador “de drogas” para nomear o fenômeno, mas se referem ao mesmo, apenas como “tráfico”. As mudanças de nomenclatura foram a primeira dificuldade enfrentada na seleção dos dados, uma vez que apenas após sucessivas tentativas foi possível definir as expressões mais adequadas para a busca.

Ainda que a escolha dos termos-chave (tráfico, traficante e narcotráfico), tenha sido eficaz, o conjunto das matérias selecionadas eletronicamente foi depurado, a partir de uma leitura na íntegra das matérias, de maneira a separar aquelas que realmente tratavam do tema em questão. Foram desconsideradas ocorrências que se referiam a outros tipos de tráfico, tais como: tráfico de influência, de prestígio, de crianças, de mulheres, de negros, de animais, de pessoas, de obras sacras, de divisas, de propinas, de órgãos humanos, dentre outros. Também foram desconsideradas as ocorrências em que a palavra tráfico ou traficante era usada sem um qualificador (“de drogas”, “de heroína” etc.) e seu sentido, não ficava explícito por informações contextuais. Matérias que apenas citavam o tráfico de drogas (por exemplo, em uma lista de outros crimes) sem desenvolver nenhuma idéia vinculada ao termo, foram descartadas.

---

30 Esta ferramenta não indicou matérias no período entre setembro de 2005 e julho de 2006. As revistas deste período foram pesquisadas utilizando a busca geral em cada edição, ou ainda, leitura integral das edições, selecionando-se as matérias a partir da leitura exploratória.

31 Tráfico de entorpecentes; Tráfico de tóxicos; Consumidores de droga(s), Comércio de drogas.

O levantamento bibliográfico revelou a mudança da organização, estrutura e atuação tráfego de drogas no Brasil e em outros países do globo, durante o período investigado. Durante a década de 1970, muda o panorama brasileiro do tráfico de drogas, alterando-se a função do país no âmbito internacional do comércio ilegal de drogas, uma rota tradicional de transporte (Rodrigues, 2003), e mudando, também, a dinâmica interna de atuação dos traficantes em nosso território. Nas décadas de 1980 e 1990 o envolvimento intenso da juventude, em especial, nas classes pobres com a venda e uso de drogas passa a configurar um complexo problema social (Zaluar, 2004; Feffermann, 2006). Esta intensificação da dinâmica de atuação do tráfico de drogas em território brasileiro, também parece ser acompanhada pelo aumento gradativo do número de publicações jornalísticas sobre o tema.

Para controlar as diferenças na distribuição do material entre os anos que compõem o estudo, foram adotados os seguintes critérios de escolha do material:

- a) A amostra incluiu um exemplar por mês do semanário *Veja*, mediante a existência de referência ao assunto tráfico de drogas. Nos meses com mais de um exemplar citando o tema, aquele publicado primeiro foi mantido no *corpus*. Desta forma, estimou-se o máximo de doze exemplares por ano ou cento e vinte por década, o que totalizaria aproximadamente quatrocentos e oitenta reportagens compondo o *corpus* geral;
- b) Tal qual no estudo de Menandro, Trindade e Almeida (2010), durante a seleção das matérias, passaram a compor o *corpus* definitivo, apenas os trechos das matérias que se refiram ao objeto investigado, naquelas reportagens que incluam outros elementos temáticos;
- c) No caso dos exemplares com mais de uma matéria que incluía o tema, a matéria com menor número de página foi considerada, ou seja, aquela apresentada primeiramente pela revista;
- d) Mensagens publicitárias e cartas de leitores não foram incluídas, devido a suas características de produção diferenciadas.

O controle do material selecionado se deu a partir do registro em uma ficha de organização, composta das seguintes informações: Edição (trata-se no número identificador da edição da revista e da reportagem dentro do *corpus*, não apresenta repetições); Ano; Década; Data; Termo-chave (palavra utilizada na busca); Observações da leitura preliminar; Antetítulo<sup>32</sup> (palavra anterior ao título da matéria, referente ao tema tratado); Conteúdo

---

<sup>32</sup> Neste trabalho, a variável Antetítulo refere-se a palavra anterior ao título das matérias, como indicação temática, podendo representar um nome de sessão, coluna ou editorial da revista, indiscriminadamente.

(utilização de trecho ou íntegra da matéria); Sexo do envolvido; Ator (caracterização da pessoa envolvida com o tráfico de drogas); Situação (ambiente em que ocorreu o tráfico de drogas, instituição, cidade, estado etc.); Local (classificação dos locais em que o tráfico teria ocorrido), Capa (ênfase dada ao assunto nas edições).

Estas informações foram transformadas em um banco de dados de controle em formato Excel. No banco de dados as respostas das variáveis foram categorizadas, simplificando as informações brutas e facilitando a verificação de possíveis concentrações de dados, o que foi essencial para as análises preliminares do *corpus*. Cada matéria selecionada foi salva em formato PDF (*Portable Document Format*), este tipo de documento não pode receber edições, protegendo os conteúdos originais. Mesmo as matérias em que apenas trechos foram selecionados para o *corpus*, a íntegra do conteúdo foi salva.

Após a definição do *corpus*, o material foi processado e transformado em arquivos de texto editáveis<sup>33</sup>, para que o desenvolvimento da análise de dados. Em alguns casos foi necessário efetuar correções no texto resultante do processo de conversão dos formatos, pois o programa que efetua esta operação, não foi preciso na leitura óptica de alguns caracteres.

### 3.3 Procedimentos de análise de dados

O *corpus* foi submetido à análise lexical ou estatística textual desenvolvida com o auxílio do software ALCESTE (Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto), produzido em 1979, por Max Reinert. A conciliação de diversas análises estatísticas (Classificação Hierárquica Descendente, Análise de Correspondência e Teoria das Nuvens dinâmicas), faz com que o programa seja considerado não somente uma técnica, mas também uma metodologia de exploração e descrição de dados (Kronberguer & Wagner, 2008).

Oliveira, Gomes e Marques (2005) apontam que o ALCESTE utiliza “mecanismos independentes de análise de conteúdo” (p.158) de caráter quantitativo, a fim de conhecer a distribuição e ocorrência das palavras no texto. Segundo Bauer (2008) a análise de conteúdo serve para diminuir a complexidade de conjuntos de textos dando uma descrição curta de suas características, sendo assim, consegue apresentar análises de grandes volumes de material,

---

<sup>33</sup> Esta operação foi realizada com auxílio do software Abbyy Fine Reader.

que não poderiam se perceber de outra maneira. A análise de conteúdo “permite construir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades” (Bauer, 2008, p.192).

O princípio que embasa a análise desenvolvida pelo ALCESTE é o de que um texto formulado por diferentes indivíduos pode apresentar pontos de vistas partilhados pelo grupo social, ou seja, “pontos de referência diferentes produzem diferentes maneiras de falar, isto é, o uso de um vocabulário específico é visto como uma fonte para detectar maneiras de pensar sobre um objeto” (Kronberguer & Wagner, 2008, p.427).

Segundo Oliveira, Gomes e Marques (2005), o ALCESTE busca a mensuração de sentidos presentes nos enunciados, a partir da constatação de padrões de ocorrência de palavras, da “distância lexical” (p.158) ou da observação das “leis de distribuição do vocabulário” (p.160) . A “análise lexical consiste tão somente em selecionar alguns indicadores de bons ‘núcleos de sentido’, a partir da redundância presente nos diversos enunciados, estatisticamente mensurados” (p.195).

Destacam-se duas condições básicas para o uso do programa, quais sejam: o *corpus* deve apresentar coerência temática e deve ser volumoso o suficiente para a execução das operações estatísticas. O tamanho mínimo recomendado para obtenção de uma boa análise deve ser de 10.000 palavras ou 50.000 caracteres (Oliveira, Gomes & Marques, 2005; Kronberguer & Wagner, 2008).

Verificada a adequação de tamanho e conteúdo do *corpus*, antes de ser submetido à análise ALCESTE, o mesmo sofre alguns ajustados para o padrão aceito pelo software (Pedrosa, 2012): a) todo o *corpus* deve ser salvo num único arquivo de texto editável, como “texto sem formatação” com “quebra de linha”, o nome do arquivo deve ser curto e sem espaços; b) foram retirados estilos de fonte e destaques; c) todo o texto deve ser mantido em caixa baixa (letras minúsculas); d) hífens foram trocados por traço inferior (*underline*); e) palavras que devem ser lidas em conjunto foram unidas por traço inferior; f) foram eliminados ou colocados por extenso os caracteres especiais (asteriscos, aspas, apóstrofes, parênteses, colchetes, chaves, percentagem, cifrão e acentos).

Como indicado por Bardin (2009) a análise lexical mediada por computadores viabiliza determinados procedimentos de análise de conteúdo, a partir da instrução clara e objetiva por parte do pesquisador, dos critérios a serem considerados estatisticamente. No ALCESTE o programa irá reconhecer as divisões no texto apresentado a partir da ocorrência de linhas de comando que iram delimitar as Unidades de Contexto Iniciais (UCI), ou seja, as separações iniciais definidas pelo pesquisador no conjunto de textos, como por exemplo, em

matérias, fragmentos ou respostas a uma pergunta. Em nossa pesquisa as UCI são as reportagens, trechos ou comentários vindos de edições diferentes da revista.

As linhas de comando ou linhas estreladas podem começar com um número de identificação ou por uma seqüência de quatro asteriscos. Nela o pesquisador acrescentará variáveis ou palavras estreladas (compostas de informações extra-corpus) essenciais para a análise e caracterização do objeto investigado. O número de palavras estreladas não deve exceder 255 caracteres, nem 18 caracteres por palavra (Oliveira, Gomes & Marques, 2005). No presente trabalho, as linhas de comando tiveram a seguinte configuração:

```
**** *ed_17 *dec_1 *ano_1969 *cont_1 *sex_4 *ator_8 *loc_4
```

A primeira palavra estrelada, “ed” se refere à edição da revista em que a matéria aparece e serve de número de identificação da ocorrência, pois não apresenta repetições. As demais palavras estreladas são variáveis úteis a análise: “dec” representa a década ou período em que a matéria ocorreu; “ano” está ligada a data de ocorrência da matéria, podendo variar entre 1969<sup>34</sup> e 2010; “cont” se refere ao tipo de conteúdo da matéria; “sex” representa o sexo do(s) principal(is) envolvido(s) com o tráfico de drogas apresentado na matéria; “ator” trata no lugar ocupado pelo envolvido na dinâmica social; “loc” refere-se ao local em que o tráfico de drogas é situado pela matéria.

O quadro 1 lista os códigos utilizados nas linhas de comando e suas descrições. O mesmo não inclui as variáveis “ed” e “ano” que tem grande variação numérica.

Códigos	Descrição
*dec_1	Período entre 1968-1979
*dec_2	Década de 80 (1980-1989)
*dec_3	Década de 90 (1990-1999)
*dec_4	Década de 2000 (2001-2010)
*cont_1	Principal (Íntegra)
*cont_2	Secundário (Trecho)
*sex_1	Masculino
*sex_2	Feminino
*sex_3	Homens e Mulheres
*sex_4	Não se aplica
*ator_1	Traficante
*ator_2	Jovem
*ator_3	Político

<sup>34</sup> Apesar de ter sido incluído na investigação, o ano de 1968 não apresenta matérias sobre o tráfico de drogas.



Códigos	Descrição
*ator_4	Polícia/Militares
*ator_5	Criminoso
*ator_6	Artista
*ator_7	Mafiosos
*ator_8	Consumidor
*ator_9	Mulher de militar
*ator_10	Mulher de político
*ator_11	FARC/ELN/AUC
*ator_12	Terrorista
*ator_13	Esportista
*ator_14	Banqueiro
*ator_15	Jogo do Bicho
*ator_16	Menor/Criança
*ator_17	Pastor
*ator_18	Milionária
*ator_19	Não se aplica
*loc_1	Brasil
*loc_2	Internacional
*loc_3	Fronteira ou Conexão entre Brasil e outro país
*loc_4	Não se aplica

Quadro 1. Códigos utilizados nas linhas de comando e suas descrições.

A análise desenvolvida pelo ALCESTE pode ser sintetizada em quatro etapas principais (Kronberguer & Wagner, 2008; Oliveira, Gomes & Marques, 2005; Menandro, Trindade & Almeida, 2010; Pedrosa, 2012):

1ª Etapa: o programa identifica as UCI através da leitura das linhas de comando. Em seguida, realiza a identificação de Unidades de Contexto Elementar – UCE, isto é, afirmativas do texto, dimensionadas em função do tamanho total do *corpus* (em torno de 3 a 6 linhas, com no máximo 250 caracteres), mas respeitando a pontuação e o tamanho das frases. No trabalho com as UCE o programa prioriza as chamadas “palavras com conteúdo” ou “palavras plenas” (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios), em detrimento de “palavras com função” ou “palavras ferramentas” (artigos, pronomes, preposições, conjunções e verbos auxiliares). As palavras são reduzidas aos seus radicais ou raízes (formas reduzidas) e são calculadas as suas frequências. “É a partir da vinculação das palavras do *corpus* a essas UCE que o Alceste vai estabelecer as matrizes através das quais será efetuado o trabalho de classificação” (Reinert, 2000, citado por Oliveira, Gomes & Marques, 2005).

2ª Etapa: ocorre a identificação de classes através da Classificação Hierárquica Descendente. Esta classificação ocorre mediante sucessivas comparações realizadas pelo programa, entre as UCE identificadas e as formas reduzidas das palavras plenas. A etapa inicia-se com a identificação do conjunto das UCE como uma primeira classe (matriz). As divisões em pares serão realizadas sucessivamente até que não sejam mais possíveis divisões posteriores. O critério para a divisão é o qui-quadrado ( $Q^2$ ) das palavras reduzidas, ou seja, a distribuição média de uma palavra é comparada com a distribuição na classe, a fim de identificar vocabulários diferenciados no discurso. As palavras são organizadas de maneira a não se repetirem. O resultado é a chamada hierarquia de classes, baseada no princípio da maior homogeneidade interna a classe e da maior diferenciação possível entre as classes.

3ª Etapa: são apresentados cálculos como as listas de palavras referentes às classes (frequência; porcentagem; qui-quadrado). Ocorre a Análise Fatorial de Correspondência que mensura a dependência entre as classes e a apresentação da hierarquia de classes através de um dendrograma.

4ª Etapa: ocorrem cálculos complementares e a obtenção das “UCE mais características, os segmentos repetidos e uma lista de palavras mais características” (Menandro, Trindade & Almeida, 2010, p.78). O programa fornece a Classificação Hierárquica Ascendente, que apresenta as palavras mais associadas entre si nas classes.

Os resultados serão discutidos tendo em vista o papel interpretativo do pesquisador (Souza & Menandro, 2007; Menandro, Trindade & Almeida, 2010) que fará inferências em diálogo constante com as teorias que embasam o estudo. “A análise ALCESTE, desse modo, não permite interpretar o que é dito, mas saber em que meio é dito” (Oliveira, Gomes & Marques, 2005, pp. 167-167), caberá ao pesquisador a leitura dos resultados, a nomeação das classes apresentadas pelo ALCESTE, e a interpretação das relações apontadas pelas análises estatísticas, que somente farão sentido mediante o conhecimento prévio do pesquisador sobre o campo empírico e teórico acerca do objeto.

## 4. RESULTADOS

A dor da gente não sai no jornal.  
*Chico Buarque*

### 4.1 Caracterização dos dados

Durante o processo de coleta de dados algumas informações foram observadas com intuito de obter uma visão preliminar da forma como o fenômeno tráfico de drogas foi apresentado nas edições de *Veja* entre os anos do período investigado. Estas variáveis serviram para ampliar o conjunto de conhecimentos da pesquisadora, fornecendo uma visão complementar às referências bibliográficas acessadas. Este material compôs um banco de dados apresentado na seção Metodologia. Nesta seção, apresentamos aspectos quantitativos (frequência simples e percentual) destas variáveis.

Como pode ser observado na leitura dos procedimentos metodológicos deste trabalho, algumas variáveis do banco de dados foram incluídas nas linhas de comando do programa Alceste e serão, ainda, problematizadas durante a discussão dos resultados (Década; Sexo; Ator; Conteúdo). Duas variáveis apresentadas, a seguir, Antetítulo e Capa, não fizeram parte na análise Alceste, mas serão destacadas por revelarem importantes contornos e oposições que bordejam a discussão empreendida neste trabalho.

O total de itens incluídos no *corpus* para análise com o auxílio do programa Alceste, foi de 321 matérias ou edições, sendo o primeiro destes registros datado de 1º de janeiro de 1969. Apesar de a investigação ter incluído o ano de 1968, não foram encontrados exemplares nesse ano, que por outro lado traz importantes contornos para a compreensão do fenômeno no país em função das condições políticas e sociais impostas pelo regime militar. Os critérios de seleção do material possibilitaram a reunião de um número semelhante de itens por período (aproximadamente 120 matérias), mas ocorreu uma considerável variação desta estimativa. Nos anos iniciais (1969-1979) os dados são próximos à metade estimada, e entre anos finais (2000-2010) os dados superam noventa edições. Em nenhum dos casos a quantidade total máxima de exemplares por período foi encontrada, apesar de a investigação ter coberto todos os exemplares quando o primeiro não satisfazia o critério de seleção. A média de 80 edições por década representou apenas 66,7% do número total possível (estimativa de 120 exemplares), o que revela que o assunto tráfico de drogas não foi tratado de forma constante ao longo de todo o período (1969-2010).

Tabela 1 – Distribuição dos dados referentes à variável Década (N=321)

Período	Frequência	%
1969-1979	67	20,9
1980-1989	82	25,5
1990-1999	81	25,2
2000-2010	91	28,3
Total	321	100,0

Os resultados apresentados na tabela 1 corroboram o levantamento bibliográfico, que revelou a mudança da organização, estrutura e atuação tráfico de drogas no Brasil, e em outros países do globo, durante o período investigado. A intensificação da dinâmica de atuação do tráfico de drogas em território brasileiro, também parece ser acompanhada pelo aumento do número de publicações jornalísticas sobre o tema.

De forma ampla, há uma predominância de homens entre os envolvidos<sup>35</sup> com o tráfico de drogas, chegando a 84,4% entre as matérias que indicavam a descrição dos sujeitos de forma detalhada (desprezando-se 31,8% da opção “Não se aplica”, ou seja, as matérias de cunho teórico, que propunham análises gerais do tema, ou que não apresentavam um ator específico para as atividades criminosas). As matérias não destacaram a presença de mulheres (3,7%) entre os atuantes no tráfico, e quando apontaram a presença destas, em sua maioria, estão associados a homens (6,9%).

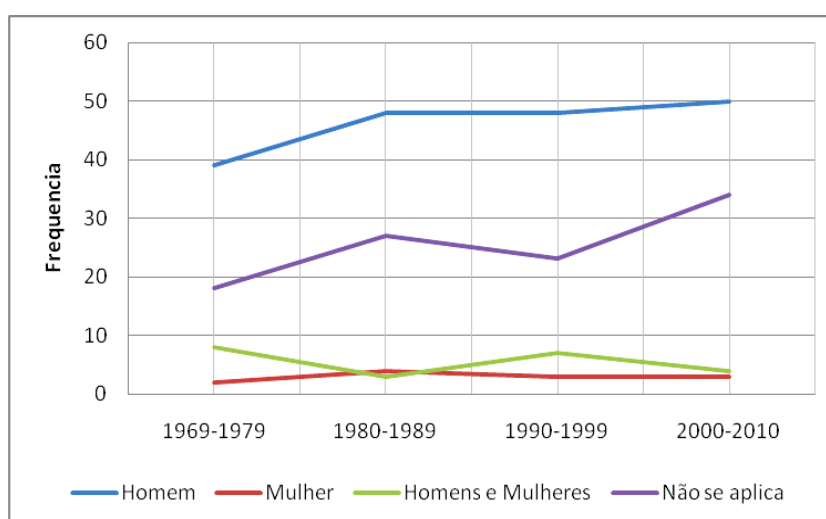


Gráfico 4. Distribuição dos dados referentes a variável sexo, entre as décadas (N=321)

<sup>35</sup> Neste trabalho, o termo “envolvido(s)” será usado para referir-se a qualquer pessoa que mantenha relações com o tráfico de drogas, em quaisquer de suas transações, desde a produção ao consumo.

Esta característica prioritariamente masculina dos criminosos já foi aferida por outros autores (Coimbra, 2001b; Pedrosa, 2012), seus estudos apontam que a participação de mulheres em atos criminosos revela-se de forma minimizada pelos veículos de imprensa, indicando a influência das relações de gênero, que sustentam concepções tradicionais dos lugares ocupados por homens e mulheres no cenário social. Estas concepções tradicionais associam o feminino ao lugar do cuidado, da maternidade e da inocência, tornando a figura da mulher “incompatível” com o ato criminoso.

Nesta seção de caracterização dos dados, não podemos deixar de mencionar que apesar de nosso *corpus* sinalizar uma primazia de crimes cometidos por homens, pesquisas atuais tem revelado que o crime de tráfico de drogas vem crescendo de forma marcante entre as mulheres, sendo considerado o principal motivo para seu indiciamento, com crescimento de 13,9% em 2001, para 19,5% em 2007 (Brasil, 2009). Na população carcerária feminina, 59% dos crimes cometidos envolviam entorpecentes. O tráfico de drogas configura-se como o crime de maior incidência entre mulheres (Brasil, 2008), diferentemente dos homens onde o crime de roubo ainda é mais expressivo.

Ainda que atuem de forma incisiva no tráfico de drogas, muitas mulheres desempenham funções subalternas na organização do tráfico (Barcinski, 2009) reproduzindo hierarquias próprias das relações de gênero em nossa sociedade, que acabam por impedir que estas mulheres alcancem posições de poder e chefia no universo do crime. Não somente a sociedade, mas também nos meandros do tráfico de drogas, podemos observar que a posição da mulher tende a ser distanciada da posição de criminosa.

A análise dos dados revelou o traficante de drogas como o principal envolvido com tráfico (44,9%), mas observou-se, também, a presença de outros atores sociais que foram agrupados em 19 categorias, apresentadas na tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Distribuição dos dados referentes a variável Ator (N=321)

Ator	1969-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2010	Total	%
Traficante	31	33	30	50	144	44,9
Jovem	5	3	7	3	18	5,6
Político	4	4	12	5	25	7,8
Polícia/Militares	8	3	2	1	14	4,4
Criminoso	3	2	3	-	8	2,5
Artista	1	5	1	4	11	3,4
Mafioso	2	3	-	-	5	1,6
Consumidor	-	1	-	-	1	0,3
Mulher de militar	-	-	-	1	1	0,3
Mulher de político	-	-	1	-	1	0,3

Ator	1969-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2010	Total	%
FARC/ELN/AUC	-	1	1	2	4	1,2
Milionária	-	1	-	-	1	0,3
Esportista	-	-	4	1	5	1,6
Banqueiro	-	-	1	-	1	0,3
Bicheiro	-	3	2	-	5	1,6
Menor/Criança	1	-	1	1	3	0,9
Traficante e esportista	-	-	-	1	1	0,3
Traficante e polícia	3	-	-	-	3	0,9
Traficante, político e polícia.	-	2	-	-	2	0,6
Não se aplica	9	21	16	22	68	21,2

Podemos perceber que algumas categorias apresentam-se especificamente em algumas décadas, tais como: o mafioso das décadas de 1970 e 1980; e os bicheiros das décadas de 1980 e 1990. A atuação de políticos tem destaque da década de 1990 e a de policiais/militares nos anos de 1970. O envolvimento de jovens oscila pouco entre as décadas, fato que também ocorre com os traficantes, que tem maior destaque na década de 2000. A categoria “Não se aplica” (21,2%) revela a presença de matérias com análises dos aspectos políticos, econômicos ou sociais do tráfico de drogas, que não associam o fenômeno a um ator específico.

A análise da variável Antetítulo (referente a chamada apresentada antes do título, para sintetizar o tema a ser tratado) mostrou-se essencial para compreendermos como o fenômeno foi construído nas páginas da revista ao longo das décadas. Os resultados apontam para setenta e cinco ocorrências de antetítulos diferentes, mas apenas dezesseis destes, representaram mais de 1% do total de matérias. A distribuição dos resultados é apresentada na tabela 3. As demais indicações foram agrupadas na categoria “Outros”.

Tabela 3 – Distribuição dos dados referentes a variável Antetítulo nas matérias (N=321)

Antetítulo	Frequência	%
Brasil	46	14,3
Polícia	32	10,0
Entrevista	21	6,5
Internacional	17	5,3
Datas	15	4,7
Drogas	15	4,7
Especial	14	4,4
Radar	14	4,4
Tóxicos	12	3,7
Crime	9	2,8
Rio de Janeiro	9	2,8

Antetítulo	Frequência	%
Comportamento	7	2,2
Carta ao leitor	5	1,6
Colômbia	5	1,6
Justiça	5	1,6
Esquadrão	4	1,2
Outros	60	18,7
Total	321	100

Os dados indicaram possíveis associações entre a temática investigada e objetos do cenário social mais amplo, tais como, o crime e a justiça. São revelados contornos históricos importantes e que variam internamente no período investigado, tais como, a associação com o Esquadrão da Morte (muito evidente na década de 1970). Os locais em destaque, tais como, Rio de Janeiro e Colômbia, demarcam duas realidades que ao longo dos anos foram ganhando destaque nos cenários nacional e internacional do tráfico de drogas.

Quando agrupamos todos os países (exceto o Brasil) junto a categoria Internacional, o percentual sobe para 14%. Ao reunir as reportagens do antetítulo Brasil com outros estados e cidades, o percentual sobe para 20,6%. Esta oposição entre os espaços interno e externo ao território brasileiro, é de fundamental importância para a compreensão das representações sociais do período estudado, pois revela os mecanismos de proteção grupal presentes nos textos jornalísticos, como forma de distanciamento frente a uma realidade ameaçadora.

Complementando esta leitura a variável Local, revela as regiões indicadas pelas reportagens, como cenário para a dinâmica do tráfico de drogas. Apesar da grande maioria das matérias terem sido construídas em torno de acontecimentos nacionais (63,9%), somando-se o valor referente a outros países, com os itens relacionados a territórios de fronteira, chegamos a 33,6% das matérias, um número bastante expressivo de casos. Estes dados revelam, também, a importância da pauta internacional para a composição das matérias da *Veja* e ancoram nas representações os locais do tráfico, reforçando as imagens do perigo.

A apresentação do Brasil como rota para o tráfico internacional de drogas, serviu principalmente nos anos 1970, como recurso de aproximação de uma realidade ameaçadora, de forma a proteger a identidade social do grupo próprio, admitindo a existência do objeto ameaçador, mas o mantendo circunscrito ao meio externo, representando a sociedade brasileira como passiva diante do fenômeno, em um cenário onde as causas e atores das atividades criminosas seriam estrangeiros. Como destacado por Rodrigues (2003), foi nas décadas de 1970 e 1980 que o papel do Brasil no cenário internacional do tráfico de drogas começa a mudar, com o desenvolvimento de um importante mercado interno consumidor de

drogas. Esta dinâmica pode ser observada nas figuras do Anexos A e B, que apresentam os mapas distribuídos ao longo das matérias que compõem o *corpus*. Apesar de não serem o foco de análise deste trabalho, as imagens de rotas apresentadas nas reportagens, ilustram a transformação nas relações com o objeto ameaçador. O tráfico de drogas deixa de figurar como objeto estrangeiro, fruto das disputas/transações comerciais entre os territórios interno e externo; e o fenômeno passa a ser materializado dentro do cenário interno. Assim, ocorre a ampliação gradativa de ilustrações (vide anexos A e B) que admitem as atividades de tráfico de drogas em território brasileiro, seja no plantio ou no varejo da venda de drogas, reproduzindo-se, assim, a mesma operação de exclusão efetivada no cenário internacional pelos países desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos. Agora se encontra um alvo interno para o objeto, ampliando-se principalmente o mapeamento de áreas do estado do Rio de Janeiro, ou mais precisamente, nos “territórios da pobreza” (Coimbra, 2001b), os morros e favelas. Nota-se ainda assim, que reportagens atuais insistem na descrição de rotas de tráfico dentro do Brasil, o que interpretamos como a preservação de um recurso de proteção da identidade social brasileira.

Para acessar a forma como o tráfico de drogas foi apresentado ao longo dos anos pelas reportagens, buscamos conhecer o espaço dedicado ao tema pela revista, informação que compôs a variável Capa. Esta variável não foi incluída na análise Alceste, pois apresentava baixa relevância estatística, estando relacionada a um pequeno número de itens do *corpus*. No entanto, a baixa relevância estatística não elimina a dimensão qualitativa que a variável consegue acessar, dando um quadro geral do crescimento do fenômeno ao longo das décadas<sup>36</sup>.

Como o vocabulário (termos e expressões) referente ao tráfico de drogas variou durante o período investigado, criamos indicadores para acessar a temática, de forma preliminar, pela observação das capas de todas as edições publicadas no período de 1969 a 2010. Os indicadores foram: Tóxicos ou Drogas (referente a consumo/tráfico), Esquadrão da Morte, Jogo do bicho, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A escolha destes termos pautou-se em temáticas abordadas na revisão de literatura.

---

<sup>36</sup> Na última década deste estudo, os anos 2000, encontramos uma Edição Especial da revista sobre o crime no Brasil (n° 1990), que destaca a questão da violência e os cenários do tráfico de drogas no país. A capa da edição encontra-se reproduzida no Anexo B. Os Anexos B e C trazem ilustrações que exploram os principais conteúdos da reportagem. A reportagem especial desta edição tem um total de quarenta e uma páginas, neste sentido, cabe destacar que apenas as páginas 50, 51 e 52, que trazem a primeira matéria sobre tráfico de drogas, foram incluídas no *corpus* para análise ALCESTE.



Foram encontradas cinquenta e seis capas que mencionavam o assunto entre 1969 e 2010. Do total de 321 edições incluídas no *corpus* da pesquisa, apenas vinte e quatro itens (7,4%) foram extraídos de edições com capas sobre o assunto. As demais capas encontradas (N=32) não fizeram parte da composição do *corpus*, em função dos critérios metodológicos de seleção das matérias, pois estavam próximas a outros exemplares que integraram o *corpus*, e o critério de seleção não permitia a inclusão de mais de uma edição por mês.

A distribuição das cinquenta e seis edições no decorrer das décadas investigadas é apresentada na tabela 4:

Tabela 4 – Distribuição das capas entre 1969 e 2010 (N=56)

Período	Frequência	%
1969-1979	8	14,3
1980-1989	11	19,6
1990-1999	16	28,6
2000-2010	21	37,5
Total	56	100,0

Nota-se um crescimento gradativo no número de capas entre as décadas, o que parece sinalizar maior espaço dado a esta pauta dentro das edições. Dois tipos de citações em capas foram incluídos nesta análise, estes tipos foram classificados em dois grupos: Chamada de capa (existência de frase indicando o assunto dentro da edição); Matéria de capa (principal assunto da edição). Nota-se que entre as Chamadas de capa há um crescimento gradativo e relativamente constante, entre as décadas, já entre as Matérias de capa ocorre um salto entre as décadas de 1980 e 1990, com quase o triplo de exemplares em relação às duas décadas iniciais (tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição dos itens entre as décadas, a partir da ênfase dada nas capas (N=56)

Período	Chamada de capa		Matéria de capa	
	Frequencia	%	Frequencia	%
1969-1979	4	16,0	4	12,9
1980-1989	7	28,0	4	12,9
1990-1999	5	20,0	11	35,5
2000-2010	9	36,0	12	38,7
Total	25	100,0	31	100,0

As curvas das linhas apresentadas no Gráfico 5 demonstram que ambos os tipos de ênfase nas capas permanece ao longo do período, mas chamam atenção dois picos de frequência das ocorrências: as Chamadas de capa tem seu auge em meados dos anos 1980, dado interessante para pensarmos como o assunto tráfico de drogas começou a ganhar espaço

nas edições; entre as Matérias de capa o maior número de frequências se concentra no final dos anos de 1990 e se mantém nos anos 2000, demonstrando o maior espaço fornecido a um fenômeno conhecido e marcado no espaço social brasileiro.

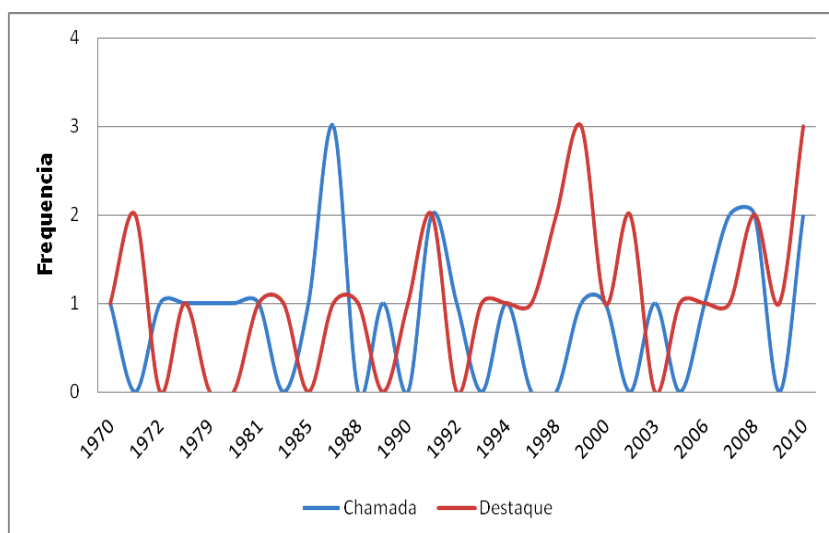


Gráfico 5. Distribuição de chamadas e destaques nas capas da revista Veja (1969-2010)

A ocorrência dos indicadores temáticos (Tóxicos ou Drogas; Esquadrão da Morte, Jogo do bicho; PCC; e FARC) utilizados para a seleção das capas encontra-se sintetizada na tabela 6. Notamos que alguns indicadores aparecem apenas em alguns contextos, tais como, o Esquadrão da Morte que aparece apenas no primeiro período investigado. O Jogo do Bicho não aparece nas capas do período de 2000 a 2010, enquanto PCC e FARC aparecem apenas neste espaço de tempo.

Tabela 6 – Distribuição dos indicadores temáticos nas capas (N=56)

Indicadores temáticos	Tipo de capa	1969-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2010	Total
Tóxicos/Drogas	Chamada	3	5	4	3	15
	Matéria	2	4	11	9	26
Esquadrão da Morte	Matéria	2	-	-	-	2
Jogo do bicho	Chamada	1	2	1	-	4
PCC	Chamada	-	-	-	3	3
	Matéria	-	-	-	1	1
FARC	Chamada	-	-	-	3	3
	Matéria	-	-	-	2	2

Priorizando as capas obtidas pelo indicador Tóxicos/Drogas, notamos que a forma como as edições apresentam à temática sintetizam e ilustram a construção sócio-histórica do fenômeno tráfico de drogas, na leitura do grupo social em questão. Para ilustrarmos as ocorrências de capa presentes nos grupos (Chamada de capa e Matéria de capa), selecionamos

seis edições que são apresentadas nas figuras 1 e 2, estas são emblemáticas, resumindo alguns dos sentidos e idéias associadas ao tráfico de drogas.

A figura 1 apresenta seis edições da revista *Veja* onde constam chamadas sobre o tema tráfico de drogas. Como este grupo de capas apresenta-se preponderantemente nas duas décadas iniciais deste estudo, nota-se a presença de elementos iniciais de uma discussão sobre o assunto (Rodrigues, 2003), onde o Brasil passa do lugar de rota de trânsito de substâncias ilícitas (Edição 86 - 29/04/1970, Exclusivo: a rota do tóxico), para um país detentor de um mercado consumidor (Edição 1251 - 11/11/1992, Drogas: o fim do glamour); e, portanto, inserido em um plano mundial de combate as drogas. A década de 1980, onde as capas com chamadas têm seu auge, foi um período intensamente marcado pelas transações internacionais envolvendo carregamentos de cocaína (Edição 946 - 22/10/1986, Cocaína: A maior apreensão no Brasil), agravando a questão do consumo (principalmente nos países desenvolvidos) e fazendo com que a principal potencia econômica ocidental da época, os Estados Unidos da América, indicassem o tráfico de drogas como principal inimigo a ser combatido pelo governo (Edição 589 - 19/12/1979, A guerra do tóxico; Edição 861 - 06/03/1985, Cocaína: a guerra chega ao Brasil; Edição 1804 - 28/05/2003, Reportagem especial: O tráfico se alastra e aterroriza o Brasil - A força do Império das Drogas.).

Entre as matérias de capa sobre o tema (Figura 2), na década de 1970, se expressa o medo de uma sociedade, frente a um fenômeno ainda em construção (Edição 146 - 23/06/1971, Tóxicos as razões do medo; Edição 937 - 20/08/1976, A reação contra as drogas). No Brasil, a partir do texto da Lei 6.368 de 1976, a conduta do Traficante foi claramente explicitada e punida, surge neste momento, um agente específico do tráfico de drogas. As matérias da década de 1970, nomeavam o envolvido com o tráfico, como bandido ou criminoso de forma menos específica, o que já não se apresenta nos anos 1990. Aos poucos este agente/ator traficante, vai deixando de ser identificado como estrangeiro e passa a ser brasileiro. Antes encarado como submetido às leis (Edição 1188 - 26/06/1991, Cocaína: a rendição do maior traficante do mundo), passa a impor-se pelo desprezo do aparato jurídico (Edição 1769 - 18/09/2002, Ele zomba da lei), e que como tal, precisa ser combatido em uma guerra franca. Esta guerra não mais se apresenta apenas na esfera moral e ideológica, mas se estabelece como iniciativa do Estado brasileiro por meio da força de seu aparelho militar (Edição 1627 - 08/12/1999, NarcoBrasil; Edição 2193 - 01/12/2010, Rio de Janeiro: 25 de novembro de 2010. O dia em que o Brasil começou a vencer o crime).



Figura 1. Exemplos com Chamadas de capa



Figura 2. Exemplos com Matérias de capa



## 4.2 Resultados da análise ALCESTE

Esta seção apresenta os resultados da análise ALCESTE, a partir de um corpus composto por 321 matérias ou trechos de matérias da revista *Veja*, no período entre 1969 e 2010. O desenho metodológico desta pesquisa buscou lidar, portanto, com o desafio da investigação de um período superior a quatro décadas da história recente do país, uma etapa de intensas e sucessivas mudanças políticas, econômicas e sociais que influenciam e são influenciadas pelas representações sociais em circulação.

Antes de apresentarmos os resultados da análise lexical, convém mencionarmos que cada um dos quatro grupos, de aproximadamente uma década (presentes na variável *Década* ou *\*dec*), foi submetido à análise ALCESTE separadamente, o que revelou índices aceitáveis de aproveitamento do texto (70%), o que também ocorreu com a análise do conjunto total de matérias. Cada uma destas etapas de investigação revelou aspectos peculiares do cenário histórico-social vivenciado, bem como, o aumento da complexidade das relações entre os grupos de classes apresentadas nos dendrogramas resultantes da Classificação Hierárquica Descendente. Cada um destes recortes poderá ser explorado em profundidade em estudos futuros, mas neste trabalho, optamos por apresentar uma análise exploratória do quadro mais amplo da construção do fenômeno tráfico de drogas, partindo dos pontos que receberam destaque na análise do *corpus* total, ou seja, elementos acentuados mesmo diante do maior volume e diversidade presente no conteúdo do *corpus*.

Assumimos, portanto, certas limitações do presente estudo, pois estaremos lidando com elementos que estão na superfície de um fenômeno com ricas variações internas em sua constituição. Positivamente, o trabalho revelou que elementos relacionados há todas as décadas se mantêm no quadro total, o que indica que certos aspectos iniciais da discussão sobre o fenômeno, continuam mantendo relação com noções atuais, demonstrando a plasticidade das representações sociais que ao assimilarem os elementos contextuais diversos, garantem sua funcionalidade e manutenção.

A disposição da apresentação dos dados da estatística lexical foi inspirada no texto proposto por Pedrosa (2012). A seguir apresentamos os resultados da Classificação Hierárquica Descendente, a partir de um dos elementos gráficos utilizados pelo ALCESTE para condensar e organizar os dados, o dendrograma de classes.

### 4.2.1 Classificação Hierárquica Descendente

Apresentamos, inicialmente, uma síntese das classes e das relações que compõe o dendrograma. Em seguida, cada uma das classes é apresentada detalhadamente, indicamos as vinte e quatro palavras plenas e as quatro variáveis (palavras estreladas) com maior qui-quadrado nas classes, e as seis UCE mais significativas para cada classe. Na apresentação das UCE e na articulação geral do texto, as palavras plenas com maiores valores de qui-quadrado em relação às classes, serão destacadas com formatação em negrito.

A nomeação das classes se desenvolveu a partir da consideração das palavras plenas e das UCE, mas os nomes indicados para os agrupamentos ou relações entre as classes, foram formados, também, a partir do conhecimento da pesquisadora sobre o fenômeno investigado e sobre o campo teórico que norteia a análise, possibilitando o exercício de inferência e interpretação.

Na composição do *corpus* o ALCESTE indicou 5187 (76.60% de ocorrências potencialmente analisáveis, frequência > 3 das formas reduzidas), deste total 3761 foram analisadas (72,51%) . A Classificação Hierárquica Descendente utilizou dois procedimentos envolvendo 19 e 22 palavras reduzidas.

O dendrograma resultante apresentou sete classes, organizadas em dois grandes grupos que se opõem e se complementam. O primeiro grupo é composto da Classe 1 (“Envolvidos”), Classe 2 (Depoimentos vividos) e Classe 7 (Favelas e prisões). As três classes apresentam elementos do contexto brasileiro do tráfico de drogas, e mais do que isso, revelam uma lógica interna de organização do fenômeno, apresentando os atores envolvidos (policiais e bandidos) e o discurso daqueles vivenciam esta realidade, isto é, indivíduos de baixo nível socioeconômico. Apresenta a modificação das relações cotidianas dos envolvidos e seus familiares, e os principais locais onde a dinâmica se desenvolve (morros e penitenciárias). As classes 1 e 2 possuem relação direta, e encontram-se ligadas a Classe 7, as três apresentam aspectos opostos e complementares sobre uma mesma realidade, que acessa a dimensão das peças que vivem ou convivem com a realidade do tráfico no Brasil, por isso este agrupamento foi denominado “Problema doméstico”.

O segundo grande grupo é composto por quatro classes, sendo que duas destas se ligam diretamente em separado das outras duas, são elas: Classe 3 (Leis e políticas de controle) e Classe 6 (“Drogas de classe”); Classe 4 (Produto de importação e exportação) e Classe 5 (Combate). O conjunto das classes 3 e 6 recebeu o nome “Discursos de

especialistas”, pois apresenta o discurso técnico-científico como forma de balizar a relação do indivíduo comum com as drogas. O agrupamento das classes 4 e 5, denomina-se “Ameaça e combate”, pois as classes apresentam os principais países do circuito internacional do tráfico, muitos onde o sistema econômico formal depende dos lucros das drogas, e onde os EUA atuam amplamente para inibir as transações ilegais do tráfico (plantio, refino, exportação das drogas etc.). Os elementos trazidos por este universo semântico referem-se a um problema externo ao grupo de referência (aquele que emite a mensagem), ou seja, tratam de um problema sobre o qual a classe com maior poder aquisitivo ou o grupo de países desenvolvidos, propõem sua análise e intervenção. Os problemas do consumo e da economia do tráfico, são apontados nas classes 6 e 4, problemas que devem ser combatidos (Classe 5), e frente ao qual a figura do especialista é convidada a opinar (Classe 3). O conjunto das quatro classes foi nomeado por “Drogas na fronteira”.

A figura 3 apresenta o dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente, em seguida cada uma das sete classes será apresentada, individualmente, segundo a ordem das relações expostas no gráfico.

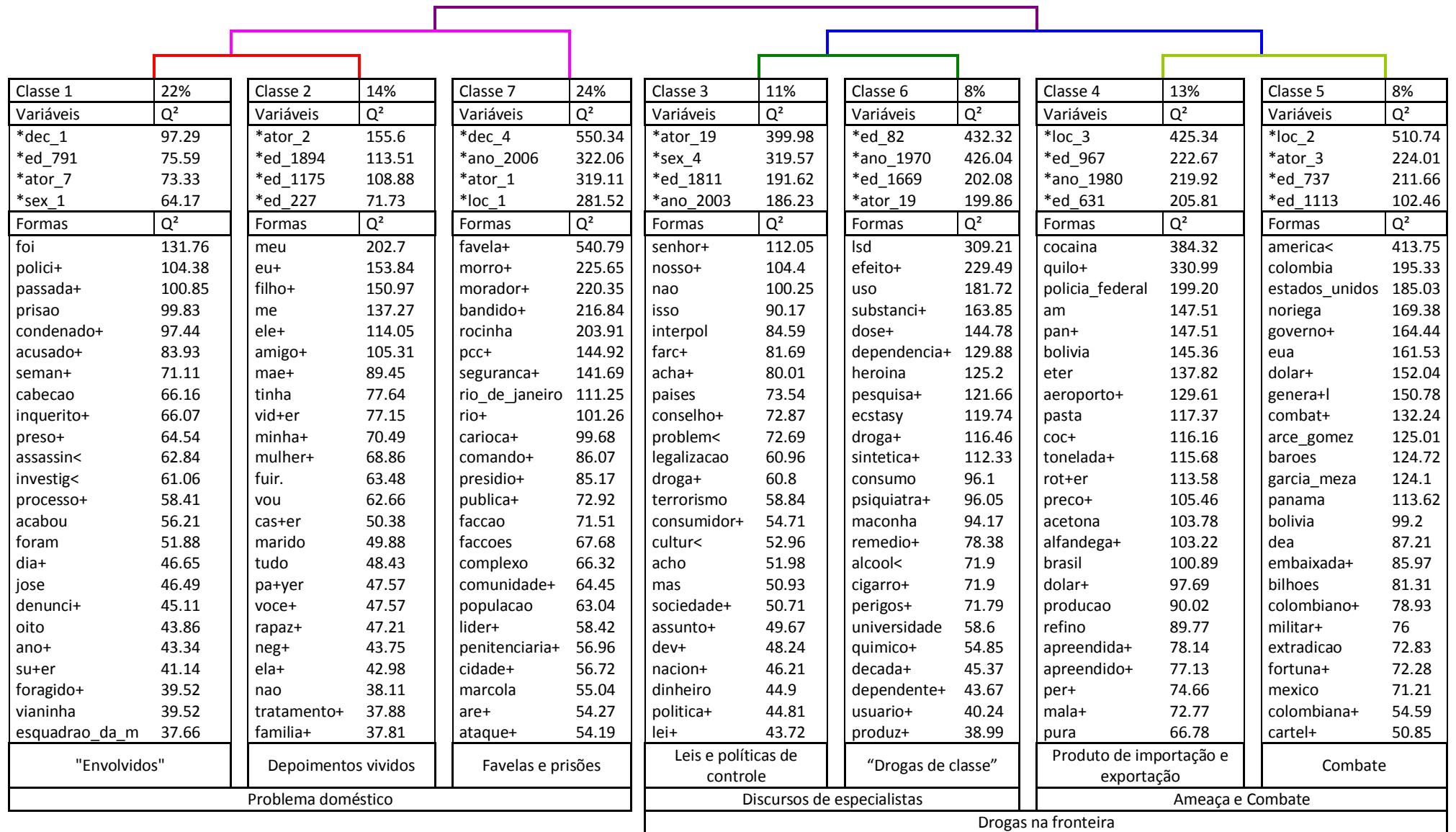


Figura 3. Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente, Revista *Veja* (1969-2010)



## CLASSE 1 – “Envolvidos”

Esta classe é composta por 826 Unidades de Contexto Elementar, que correspondem a 22% do corpus. Trata-se da segunda maior classe do corpus. As palavras plenas indicadas na análise, em conjunto com a leitura exaustiva das UCE proporcionou a nomeação da classe. Seu conteúdo revela os personagens relacionados ao tráfico de drogas, entre eles, bandidos e policiais. Dando conta dos mecanismos de **denúncia, investigação, acusação e condenação** dos envolvidos.

Como destacado, anteriormente, “envolvidos” são todos os que mantêm relações com o tráfico, participando de sua lógica de funcionamento. A classe apresenta um universo semântico altamente associado à primeira década investigada, os anos de 1970. Neste contexto, a associação entre policiais e o tráfico, foi objetivada na atuação do esquadrão da morte<sup>37</sup>, policiais que transitavam entre limites da lei e do crime. Ainda assim, como apontado no dendograma, estes elementos encontram-se em relação direta com o conteúdo da Classe 2 (Depoimentos vividos), e ambas em oposição a Classe 7 (Favelas e prisões). As classes 2 e 7 são altamente relacionadas com as dinâmicas dos anos de 1990 e 2000, o que indica a manutenção de certos aspectos e a inclusão de outros no quadro geral da representação social.

Os altos valores de qui-quadrado referentes às variáveis *ed\_791* (Manchete: *Poderoso ex-chefão*. Data: 02/11/1983), *ator\_7* (Mafioso) e *sex\_1* (Masculino), condensam a referências do final da década de 1970 e início da década de 1980, onde os criminosos associados ao tráfico eram identificados como parte de conexões latinas com famílias mafiosas italianas e ítalo-americanas.

A seguir apresentamos as seis Unidades de Contexto Elementar (UCE)<sup>38</sup> mais significativas para a Classe 1 (“Envolvidos”) apontadas pela análise ALCESTE. Estas são precedidas de seus valores de qui-quadrado. As palavras antecidas pelo sinal gráfico # são aquelas, que o programa selecionou como possuindo alguma associação com a classe, as palavras em negrito, são as que possuem os maiores valores de qui-quadrado. Esta forma de apresentação dos dados será repetida em relação às UCE das outras classes do dendograma.

<sup>37</sup> Grupo de policiais envolvidos em crimes, principalmente, no extermínio de indesejáveis (Guerra, 2012): jovens com idéias de contestação política, durante a ditadura militar; ou mesmo, criminosos comuns, especialmente traficantes e bicheiros, em decorrência de acordos ilegais com outros criminosos, ou em ações que se justificam pela adoção de idéias higienistas de eliminação de pobres e bandidos.

<sup>38</sup> O texto das UCE segue a formatação utilizada para leitura do programa ALCESTE, e desta forma, desconsidera acentuação, caracteres especiais etc., como descrito na sessão de Metodologia.

## Q<sup>2</sup> Unidade de Contexto Elementar

39 #na #semana #**passada**, as #buscas da #**policia** #pelo #cadaver de tim\_lopes revelaram que elias e #seu bando nao #tinham limites. pedacos de #corpos reduzidos a cinzas e #cinco arcadas dentarias ja #**foram** #encontrados no #local #onde o #jornalista #**acabou** #executado.

27 juntamente com dois #**policiais** que o ajudavam #na tarefa de roubar eletrodomesticos. #durante #sete #horas da #ultima #sexta\_feira, #porem, #**vianinha** e outros implicados \_ #oito #**policiais**, dois ex\_militares e dois assaltantes #**acusados** de crimes de #morte \_ nao #**foram** a #julgamento,

27 #na #semana #**passada**, o #piloto, que #teria #sido forçado por #membros da quadrilha de #escadinha a ajudar #na #fuga, #foi #**condenado** a dois #anos de #**prisao**. por ser reu primario, #porem. maia teve #direito a sursis e cumpre pena #em #liberdade. logo #depois de #escapar do presidio, #escadinha reuniu #seu bando no morro do juramento e reorganizou o trafico de drogas.

25 segundo esses comentarios, #fininho, #numa de #suas #ultimas viagens a sao\_paulo, #teria se livrado definitivamente de meireles, #assassinando e sumindo com o #cadaver. #executado ou nao, meireles sera a #segunda #testemunha de #acusacao a desaparecer misteriosamente. a #primeira #foi alzira marcelino bernardes #um #ano atras.

25 #**condenados**: louise margareth #martins, 36 #anos, viuva do compositor gonzaguinha, a #quatro #anos de #**prisao**, por trafico de drogas. ela #foi #presa #em #flagrante #em #agosto #deste #ano, acusada de armazenar maconha e cocaina. #dia 7, pela decima #segunda vara #criminal de #belo\_horizonte.

24 #depois, o comissario apanhou o quepe e #foi embora. #dias mais #tarde, o detetive vigmar ribeiro #entrou #num #apartamento da avenida copacabana e #prendeu o estudante alvaro #martins caldeira, 22 #anos.

## CLASSE 2 – Depoimentos vividos

A Classe 2 possui 511 UCE e representa 14% do conteúdo total analisado. O léxico apresentado revela, em sua maioria, falas de pessoas que convivem com os envolvidos do tráfico de drogas em uma dimensão social próxima (**filho, amigo, mãe, mulher, marido** etc.), em sua maioria familiares. Este lugar de fala é importantíssimo para a leitura dos dados, pois os depoimentos apresentados acessam a dimensão de algo vivido por estes indivíduos. Reproduzem, mais uma vez, aspectos da esfera nacional do tráfico de drogas.

Muitos depoimentos revelam mudanças na rotina familiar e no comportamento dos indivíduos ligados ao tráfico de drogas, não se restringindo a descrição do cotidiano de grandes traficantes, mas principalmente, de **jovens** (ator\_2; qui-quadrado=156) que lidam com as rotinas do tráfico. A forte relação entre as classes 1 e 2 indicam visões

complementares, onde a primeira classe apresenta os envolvidos com o tráfico, e a segunda classe os depoimentos destes e de seus entes.

As principais reportagens associadas à classe ed\_1894 (Manchete: *Senhor, tenha piedade*. Data:02/03/2005) e ed\_1175 (Manchete: *Na carteira ao lado*. Data:06/03/1991) referem-se a histórias de jovens de classe média envolvidos com a venda de drogas. O trecho da reportagem ed\_227 (Manchete: *Assalto! Assalto! Assalto!* Data: 10/01/1973) selecionada para compor o *corpus*, trata de bandidos que “aprenderam” desde jovens a prática de crimes, sendo estes pobres ou não, ou seja, os tóxicos começavam a ser um problema que atingia a todas as classes sociais.

As reportagens incluem depoimentos de pessoas próximas e dos próprios envolvidos com as atividades criminosas do tráfico de drogas. Desta forma, apresenta-se a visão de quem vive uma realidade perpassada pelo fenômeno, uma dimensão da experiência vivida e de suas dificuldades, independentemente do nível socioeconômico destes. Uma vivência que se apresenta entre classes baixas e médias como se pode observar nos conteúdos das UCE. Abaixo apresentamos as seis principais UCE relacionadas à classe 2:

## Q<sup>2</sup> Unidade de Contexto Elementar

48 nao #fez a sua parte. #agora e a hora de #fazer a #coisa #certa. nessa quebrada #sempre foi #tudo lindo e #elegante, nao e #agora que #vai #ficar quadrado, #certo, meus irmaos? #entao e o #seguinte, esse salve e prioridade e o irmao que nao acatar #vai #ser cobrado a #altura.

43 #tentou varios negocios e fechou todos. a #**familia** dizia; #ele #nunca #vai dar #certo, #so da preocupacao. mas eu falava: #gente, #voce nao acham que, se #ele pudesse, tambem gostaria de ter #uma profissao, uma #mulher, #**filhos**.

38 o #menino #nega que #ele e seus #colegas jogassem futebol ou mesmo que estivessem #com #uma bola #quando severino #chegou. foi o fotografo que #pediu pra #gente arrumar #uma bola para jogar, #explica.

35 #quando a bola do #meu #**filho** caia no quintal #deles, eu tocava a campainha e gritava, mas #eles #nunca respondiam, #diz #uma vizinha. na rua, abadia escondia o rosto #com bones, gorros e olhos escuros. funcionarios do condominio estranhavam os habitos do #casal: a #**mulher**, #uma loira muito bonita, #nunca #saia de #casa.

33 vendia a droga nas #portas de #escola e #era #famoso entre os estudantes. para #**minha** #filha, que #agora esta #com 18 anos, #nunca faltava #nada e meus pais #sempre acharam que o dinheiro vinha do bar e #uma loja de armarinho que montei para #**minha** #**mulher**.

33 talvez #ele tenha pensado em se reabilitar #diante da #**familia**. #**meu** #**filho** mais #velho e engenheiro civil, #**minha** #filha e farmaceutica e bioquimica, la o #rodrigo #nunca conseguiu se aprumar na #vida entrou em quatro faculdades e nao terminou #nenhuma.

## CLASSE 7 – Favelas e prisões

A classe 7 possui o total de 909 UCE ou 24% do conteúdo textual analisado. Trata-se da maior classe em termos percentuais, e que, portanto, possui grande importância no cenário atual apresentado no corpus. Note-se que algumas palavras e variáveis possuem qui-quadrado bastante expressivo o que sinaliza um contexto bastante peculiar.

O conteúdo lexical explicitado remonta a lugares ou locais associados ao tráfico de drogas, intimamente relacionados, as esferas cotidianas onde vivem os envolvidos e seus entes. Com o maior qui-quadrado entre todas as palavras plenas analisadas neste estudo, o termo **favela** ( $Q^2=540,34$ ) revela o principal contexto brasileiro onde o tráfico se estabelece. São mencionados diversos nomes de **favelas**, tais como, **Rocinha, Alemão, Dona Marta e Borel**, além de palavras sinônimas, tais como: **morros, complexos e comunidades**.

Trata-se também da esfera dos **presídios (Bangu, penitenciárias e detentos)** e da dimensão das **organizações** ou **facções criminosas** que desafiam o poder de controle e o aparato regulador do Estado brasileiro.

A grande associação com a variável dec\_4 (2000-2010) que possui o maior qui-quadrado entre as variáveis construídas pela pesquisadora ( $Q^2=550,34$ ), demonstra que o conteúdo exposto na classe 7 (Favelas e Prisões), possui elementos bastante característicos da contemporaneidade, mas como este conteúdo encontra-se em relação com as classes 1 (Envolvidos) e 2 (Depoimento vividos), não podemos dizer que trata-se de algo exclusivo deste período de tempo. São elementos expressivos que encontram ressonância em outros momentos históricos, ou seja, podem estar atualizando aspectos historicamente marcados.

Entre os anos de publicação das matérias (variável Ano) nota-se que os anos finais da década de 2000 (2006, 2007 e 2009), são bastante relacionados à classe. A variável ator\_1 (Traficante; qui-quadrado=319) é uma das mais associadas à classe, o que demarca com clareza alguns pontos: esta classe apresenta as atividades de um ator bastante específico em um território peculiar, o traficante e a favela.

Abaixo serão apresentadas as principais UCE associadas à classe 7.

### Q<sup>2</sup> Unidade de Contexto Elementar

51 3 \_ pavao pavaozinho \_ esta situada numa #das regioes mais densamente povoadas da #cidade. e a #base avancada da #faccão #criminosa #comando #vermelho na #zona #sul do #rio 4\_ vidigal\_ o #ponto de venda de drogas #ali e alvo frequente de #disputas.

44 segundo ele. 300 #criminosos do #pcc se aliaram a #faccoes originarias tio #estado, como o primeiro #comando de #mato #grosso do #sul, e #hoje controlam boa #parte do trafico de drogas #dentro e fora #dos #presidios.

36 a reuniao do #bando durou o dia inteiro. a policia nao apareceu. o reino dividido #dos robin\_hood #cariocas a solidariedade #dos #moradores do #morro do juramento ao #traficante escadinha e apenas uma amostra #das aliancas entre os reis do #crime no #rio e #parte #dos #habitantes #das 410 #favelas da #cidade.

36 a #cidade que o #medo construiu a #guerra de #traficantes na #rocinha parou o #rio\_de\_janeiro e expos a tragedia #urbana produzida pela proliferacao de #favelas #nas grandes #cidades brasileiras.

36 a decisao do #estado de retomar o #controle #das #favelas #cariocas rompe com a logica da complacencia e da frouxidão com a bandidagem, que contaminou as politicas de #seguranca #publica do #rio #nas ultimas decadas.

35 subcomandante marcos: o #lider #dos zapatistas virou idolo de encomenda do #bandido #carioca #trinta anos, #bem #falante, nascido numa familia de sente humilde e honesta, e vivendo numa #favela da #zona #sul do #rio\_de\_janeiro.

### CLASSE 3 – Leis e políticas de controle

Esta classe possui 431 UCE, que representam 11% do conteúdo analisado. Para sua composição o programa selecionou conteúdos relacionados a opiniões de especialistas (políticos ou acadêmicos) sobre como o fenômeno tráfico de drogas pode ser explicado, controlado, ou mesmo, solucionado. Desta forma, o texto articula-se em torno de temas que incluem aspectos legais, econômicos e políticos do tráfico de drogas, ou mais precisamente, sobre o controle das drogas.

São em sua maioria depoimentos destes especialistas sobre uma realidade da qual não participam diretamente, e sobre a qual podem se debruçar, distanciando-se para uma análise que visa controlar ou evitar as consequências nocivas do **problema à sociedade**.

O texto destaca a associação entre **terrorismo** e o **narcotráfico**, especialmente, no contexto colombiano, onde se destaca a atuação da **FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)** e de outros grupos de guerrilheiros de inspiração comunista, mas que, segundo as reportagens, sobreviveriam de ações vinculadas a seqüestros e tráfico de drogas.

Apesar do destaque a situação colombiana, as principais variáveis associadas à classe (\*ator\_19, \*sex\_4 e \*loc\_4) representam a categoria “Não se aplica”, ou seja, demonstram outro perfil de matérias – muitas delas entrevistas – que não especificam as características dos

envolvidos e do local onde o tráfico de drogas ocorre. Trata-se, portanto, de textos informativos e argumentativos nos quais se apresenta o tema de forma geral e abrangente, dando ênfase menor a contextos específicos.

A matéria \*ed\_1811(Manchete: *Agora é guerra*. Data: 16/07/2003) é a que apresenta o maior qui-quadrado (191,62) estando associada a classe. A edição apresenta uma entrevista com Álvaro Uribe, ex-presidente da Colômbia (2002-2010), onde fala sobre sua posição em relação ao **narcotráfico** em seu país. O conjunto de textos parece estar fortemente associado ao ano de 2003, que parece ter fornecido textos bastante representativos da classe.

As seis UCE mais significativas para a classe 3, foram:

## Q<sup>2</sup> Unidade de Contexto Elementar

42 o que o **#senhor** #tem a #dizer #para quem pensa #assim? uribe \_ o presidente lula compreendeu #muito bem **#nosso #problema** e nos ajuda #bastante #para que a comunidade #internacional #entenda #nossa #luta, que e combater o **#terrorismo**.

39 o sistema **#nao** funciona #atraves de #regras #tao crueis. #essa crueldade #esta arraigada com #muita forca na #nossa **#cultura**, na #nossa #economia. #como o **#senhor** explica que desse #mundo autodestrutivo #tenha saido uma musica criativa #como o rap? e uma incrível demonstracao de vitalidade.

35 #mas aqui eles #sao #simplesmente pistoleiros. e #muita hipocrisia #alguem no #exterior defender a guerrilha e esquecer #os milhares de vitimas dos **#guerrilheiros**. felizmente, #essa percepcao erronea #esta mudando. #mesmo na europa #ja #nao se #defende #tanto a guerrilha. #os europeus #estao entendendo que aqui **#nao** #ocorre um conflito #social, e #sim acoes de **#terrorismo** sistematico contra o povo colombiano.

34 #mas #esses grupos delinquentes, #como pcc, **#farc** e paramilitares da colombia, #vivem do narcotrafico. e, enquanto o narcotrafico estiver aumentando, e #esta. e dificil #dizer que eles #nao voltarao a #agir. #erros e acertos brasileiros o brasil, #assim #como #outros #países, erra no combate a #criminalidade por dissociar as **#politicas** #social e repressiva.

33 a **#senhora** concorda com #isso? **#nao** conheco a **#lei** brasileira, e por #isso **#nao** posso comenta\_la. #mas #nossa **#politica** e #clara a #esse #respeito: vemos a descriminalizacao #como um pe na porta da **#legalizacao**.

32 sera #possivel #para a cidade sediar a olimpiada? a #resposta #existe. #sim, e #possivel. #mas #para **#isso** #precisa #tomar #como norte as #palavras do secretario de seguranca do rio.

## CLASSE 6 – “Drogas de classe”

A Classe 6 representou 8% do conteúdo do corpus, totalizando 308 UCE. Trata-se de uma das menores classes do dendrograma em termos de tamanho, juntamente com a Classe 5.

O conteúdo lexical trata do **uso** e da **dependência** de drogas, que ameaçam um público específico, pessoas que economicamente podem **consumir** estas **substâncias**.

A maior parte dos textos, também, é de entrevistas e opiniões de especialistas sobre o uso de **substâncias**, formando um conjunto de saberes médicos-científicos que servem para nortear posicionamentos práticos em relação às drogas. Em muitos casos apresentam-se como resultados de **pesquisas** em formato de prescrição. Como podemos ver na leitura das UCE mais significativas para a composição da classe:

## Q<sup>2</sup> Unidade de Contexto Elementar

87 o #numero de #viciados e relativamente pequeno, mas preocupa as autoridades #medicas. nao existe #droga mais #perigosa do que a #heroína. fabricada a-partir-do #opio, #causa #dependencia depois de #poucas #doses, provoca sintomas de abstinencia terriveis, e e dificilimo abandona\_la.

53 toma\_se por via oral em psiquiatria, e #usado para analise dos #sonhos e para diagnosticos. #tambem e utilizado por muitos #psiquiatras americanos para desintoxicar os #alcoolatras. #causa extase, ilusoes e alucinacoes. a producao clandestina de #lsd com impurezas e muito #grande. ha um extenso #consumo de #doses excessivas.

42 #ecstasy #mata #especialista em #dependencia diz que e tolice acreditar que #drogas #sinteticas sejam menos letais veja \_ qual sua opiniao sobre a legalizacao do #maconha? levounis \_ a legalizacao #pode ate reduzir o #numero de crimes associados ao #uso e ao trafico de #drogas mas esse e so um #aspecto dentro de uma sociedade em que a #dependencia e um problema de #grande extensao,

41 foi a #grande moda dos barbituricos, as pilulas para dormir que ate 1961 podiam ser #vendidos sem receita #medica. #embora possa ate matar e crie #dependencia, o barbiturico comparado a #heroína, por #exemplo, tem #efeitos muito menos deleterios e \_ quem dele fazia #uso constante nem era #considerado como #viciado.

40 e #usado em #psiquiatra. #causa euforia e diminui a irritabilidade. barbitu #ricos \_ sao as bolinhas mais #antigas, sintetizadas em 1903: acido\_barbiturico. amoberbital. peritobarbital. os #medicos as vezes os recomendam para insonias. diminui a ansiedade e provoca o sono. anfetaminas \_ #existem tres #tipos: as anfetaminas, a dexanfetamina e a dernitoximetilanfetamina.

40 assim, como o similar natural, o fentanil cria #dependencia grave. mas ha uma diferenca fundamental, do ponto de #vista do #viciado. o fentanil #custa #apenas uma fracao do custo da #heroína. a grama da #droga natural pura, #dificil de encontrar no brasil, que rende entre #dez e uma #dose dependendo se o #usuario e iniciante ou #viciado, #custa perto de 3 milhoes de cruzeiros.

Nota-se que a Classe 6 (“Drogas de Classe”) reúne elementos textuais de diversos períodos de tempo, não sendo possível aferir sua associação com alguma década em especial. A década com maior associação a classe 6 é a década de 1970 (qui-quadrado=100,58), fator que se explica pela constante associação entre tráfico e uso, presente neste período histórico,

principalmente, entre classes socioeconômicas média e alta. Tal qual a Classe 3 (Leis e políticas de controle), com a qual se relaciona diretamente, a classe apresenta associação com as variáveis *\*ator\_19* e *\*sex\_4*, que representam a categoria “Não se aplica”, esta característica ocorre por se tratarem de matérias que não especificam traços para um agente específico do tráfico.

Tratam-se, de textos argumentativos sobre a relação entre o tráfico e consumo, a discussão sobre o uso e a dependência, leva a uma grande associação da classe com nomes de substâncias (qui-quadrado entre 309,21 e 71,9), tais como: **LSD, heroína, ecstasy, maconha, drogas sintéticas, álcool e cigarro**. Quando nos referimos à classe, pelo título “Drogas de classe”, fizemos referência ao uso de drogas relacionado à classe média e alta, uma vez que os textos selecionados tratam do aumento do consumo, principalmente, entre jovens e/ou estudantes destes grupos sociais (*\*ed\_82* e *\*ed\_1669*). Nota-se a menor associação da classe com drogas de baixo preço e uso predominante entre pessoas de baixa renda, tais como, o crack (qui-quadrado= 22,67).

Além dos elementos mencionados, também chama a atenção a presença nas UCE nas palavras plenas, de elementos sobre a relação do saber médico com as drogas (dose, pesquisa, psiquiatra, remédio, médica, etc.), retomando a origem de algumas drogas em experiências com fins terapêuticos, ou também associando o contexto de **estudo químico em laboratório** como aspecto principal na evolução/potencialização do poder de ação, principalmente, das drogas **sintéticas**.

#### **CLASSE 4 – Produto de importação e exportação**

Esta classe apresenta 471 UCE que equivalem a 13% do conjunto de textos do *corpus*. Este conteúdo lexical apresenta elementos relacionados às transações e etapas incluídas no tráfico de drogas internacional, são operações que destacam o papel dos países produtores (**Peru, Bolívia e Colômbia**) e dos países rota ou de trânsito (**Brasil**). Algumas substâncias também são mencionadas pela classe, tais como **éter** e **acetona**, mas a substância com relações mais significativas para classe é a **cocaína**, que inclusive apresenta o maior qui-quadrado entre todas as palavras plenas da Classe 4 (Produto de importação e exportação). Os principais países produtores são aqueles, onde tradições culturais autorizam o plantio de folhas de **Coca**, que tem uso tradicional pela população andina, e ao serem refinadas em laboratórios clandestinos, dão origem à **cocaína**. Dentro do país de trânsito, os agentes do



tráfico tentaram, inicialmente, burlar o sistema legal de transportes, incluindo drogas em **malas de vôos** comerciais, como forma de driblar as fiscalizações **alfandegárias e da polícia federal**, presentes nos **aeroportos**. A classe é marcada também pela descrição de **apreensões**, de **quilos a toneladas** de substâncias ilícitas.

Por envolver o transporte clandestino ou o contrabando de drogas entre países, a variável que teve associação mais significativa com a classe foi \*loc\_3 (Fronteira ou Conexão entre Brasil e outro país), ou seja, o local onde se desenvolvem estas operações de importação e exportação de substâncias são as fronteiras dos Estados. Em relação a variável Década, a principal associação do léxico se dá com o período dos anos de 1980, mas como, mencionado anteriormente neste trabalho, não se trata de conteúdo exclusivo ou característico apenas deste período, pois encontra-se em relação com a Classe 5, diretamente, e com as demais classes de forma menos impactante.

As duas edições mais significativas para o conteúdo da classe foram: \*ed\_967 (Manchete: *Nas asas da Pan Am*. Chamada da matéria: Desbaratada a quadrilha de traficantes de cocaína formada por funcionários da Pan American que agia nos Estados Unidos e no Brasil. Data: 18/03/1987) e \*ed\_631 (Manchete: A frente ampla do pó. Chamada da matéria: Militares da Bolívia, comunistas do Peru, empresários da Colômbia e índios do Brasil se unem a policiais no bilionário comércio da cocaína. Data: 08/10/1980). Nota-se que as chamadas das matérias<sup>39</sup> dão a dimensão dos principais atores envolvidos, nas operações apresentadas: \*ator\_3 (Político, muitas vezes os ditadores na América do Sul) e ator\_4 (Polícia/Militares, estes últimos, que poderiam ter ascendido ao poder). Estes agentes foram facilitadores para todas as esferas do comércio ilegal de drogas que floresceu na década de 1980, como podemos observar nos trechos das UCE mais características da Classe 4 (Produto de Importação e Exportação):

## Q<sup>2</sup> Unidade de Contexto Elementar

47 o **#peru**, **#maior #produtor** de **#folhas**, fornece ao trafico outros 25 **#por\_cento** da **#cocaina** e a **#bolivia**, pouco mais de 12 **#por\_cento**. a droga colombiana, um sal refinado **#por #laboratorios #clandestinos** em bogota, medellin e outras cidades **#importantes** do pais, **#vale #cerca de 1, 5 #milhao de #cruzeiros o #quilo**.

45 3\_a **#cocaina** a colombia, embora **#pequena #produtora** de **#coca**, **#fabrica** com a **#pasta** contrabandeada do **#peru** e da **#bolivia** mais de 40 **#por\_cento** da **#cocaina** comercializada ilegalmente **#no mundo**.

---

<sup>39</sup> Pequeno texto síntese ou resumo do conteúdo da matéria, que é apresentado logo abaixo dos títulos dos textos, tendo função de introdução.

45 #no #aviao, embalados em dez sacolas de #viagem e duas #malas, estavam 194 #quilos e 200 #gramas de #cocaina #pura, o #maior #carregamento ja #apreendido #pelas autoridades do pais.

44 #no continente, o #maior #produtor de #folha e #pasta de #coca e, de #longe, o discreto #peru \_ onde tradicoes analogas as #bolivianas garantem a existencia de plantacoes legais de #coca.

42 ali, entao, foi #encontrada a #maior #quantidade de #cocaina jamais #apreendida de uma so vez #no #brasil \_ o #recorde #anterior era de 10 #quilos \_ e avaliada em 36 #milhoes de #cruzeiros.

39 julio viajava mes a #bolivia ou a colombia, com #malas recheadas de milhares de dolares, para #comprar a #pasta de #coca. embarcados em #avioes #particulares fretados pelos traficantes, os #carregamentos chegavam a #clandestinos na #regiao de bauru, onde petenucci estava a espera para o #transporte ate a destilaria #montada #no #sítio.

A última UCE mencionada acrescenta a dimensão mais atual do comércio internacional das drogas, onde o transporte é feito em meios de transporte próprios dos agentes, e não mais apenas com as transações entranhadas no sistema de transporte legal. Ainda que sejam elementos de uma discussão mais recente encontra-se em ampla associação com elementos de épocas anteriores.

## CLASSE 5 – Combate

A Classe 5 possui 305 UCE, que equivalem 8% do total do conteúdo analisado. Encontra-se em associação direta com a Classe 4 (Produto de Importação e Exportação) , pois se contrapõe a lógica das operações presentes nos países produtores e países de trânsito. A classe apresenta, portanto, o discurso daqueles que tentam se proteger contra a invasão de um inimigo clandestino, o tráfico de drogas. O **combate** empreendido pelos **Estados Unidos da América (EUA)** às transações apresentadas na Classe 4, são a principal lógica apresentada no conteúdo textual associado a classe.

As ações protetivas americanas incluem entre outros, o auxílio financeiro em operações de **combate** e a exigência de **extradição** dos envolvidos para que sejam julgados no país, uma vez que suas atividades colocaram em risco o bem-estar da população americana.

A classe 5 (Combate) destaca nomes de ditadores e políticos latino-americanos acusados pelo governo americano de envolvimento com o tráfico de drogas: **General Garcia Meza**, presidente da **Bolívia** após golpe militar em 1987, e o ministro do Interior deste

governo, Coronel **Arce Gomez**; além do ditador do **Panamá**, **General** Manoel Antônio **Noriega**.

Desta forma, as duas principais variáveis que se associam a classe, tratam do local onde se desenrolam as operações de **combate** americanas, \*loc\_2 (Internacional), além da forte associação com países como **Colômbia** e **México**.

As matérias com maior associação a classe foram \*ed\_737 (Manchete: *Uma revoada na Bolívia*. Chamada da matéria: Terroristas internacionais, generais da cocaína, traficantes de droga e o grupo nazista de Klaus Altmann estão na mira de Siles Zuazo. Data: 20/10/1982) e \*ed\_1113 (Manchete: *Homem de mil caras*. Chamada da matéria: Livro dissecou a carreira amoral de Noriega e compromete meio mundo, de Bush a Fidel. Data: 17/01/1990). Duas matérias que marcam o início e o final do período mais significativamente relacionado a classe \*dec\_2 (1980-1989).

A seguir apresentamos as UCE mais significativas para a Classe 5:

## Q<sup>2</sup> Unidade de Contexto Elementar

76 #agentes dos #eua brigam no brasil o #governo #americano quintuplicou o dinheiro destinado #ao brasil para o #combate #ao #narcotrafico. a #ajuda sera de 1 milhao de #dolares. mas o que os #chefoes da policia\_federal brasileira querem mesmo e que os #agentes da cia e do #dea, o #departamento do #governo #americano #encarregado de #repressao #ao #trafico, parem de brigar entre si.

75 auto\_retrato: anne w. patterson como #embaixadora #americana em #bogota entre 2000 e 2003, anne w. patterson ajudou a articular a mais ambiciosa #campanha de #combate #ao #narcotrafico, o #plano #colombia.

67 hoje, 70 por\_cento da cocaina #consumida pelos #americanos passa pelo #mexico. os #carteis #mexicanos ofuscaram o crime organizado da #colombia, diz thomas constantine, diretor da #dea, #orgao #encarregado do #combate #ao #trafico nos #estados\_unidos.

61 entrevista juan manuel santos homem da guerra e da #paz o #novo #presidente da #colombia diz que #mantera o #combate a #guerrilha e #ao #narcotrafico. com os paises vizinhos, que viviam as turras com seu antecessor, ele quer boas #relacoes. os #estados\_unidos investiram 6 #bilhoes de #dolares no #combate #ao #narcotrafico nos termos do #plano #colombia.

52 dentro de um pacote #antidrogas em preparacao pelo #governo #americano, que envolvera #recursos de 8 #bilhoes de #dolares. nos #proximos meses, entre cinquenta e 100 assessores #militares #americanos deverao desembarcar na #colombia para treinar policiais e #militares no #combate #ao #trafico.

50 o nome mais citado dessa lista e o #coronel #luis #arce\_gomez, #ministro do interior do #novo #governo e ex\_chefe do #poderoso servico de inteligencia do exercito ate o #golpe #militar de #julho.

Em conjunto as Classe 4 (Produto de Importação e Exportação) e Classe 5 (Combate) apresentam as dinâmicas de produção das drogas nos países latino-americanos, e o combate empreendido pelos países desenvolvidos, principais consumidores, para inibir o tráfico internacional de drogas, que traz risco a saúde de sua população e prejuízos econômicos. Tal qual as demais classes do conjunto “Drogas na fronteira” (classes 3, 6 e 4), a Classe 5 (Combate) apresenta olhares externos sobre o problema do tráfico de drogas, tanto no que se refere ao âmbito internacional do comércio de drogas, quanto no âmbito nacional da discussão, onde a partir do olhar das classes dominantes, o grupo social não se inclui entre os agentes do tráfico de drogas, mas se identifica com as vítimas ou os afetados por um problema que pertence ao “outro”, vindo de fora. Essas dinâmicas serão esmiuçadas na sessão a seguir.

## 5. DISCUSSÃO

Porque negro, suspeito e culpado é razoável que suma.  
*Elio Gaspari*

A dimensão de análise apresentada neste trabalho enfoca a construção social do fenômeno tráfico de drogas, entre os anos de 1969 e 2010. Nossa investigação acessa duas dimensões descritas por Sá (1998) para o estudo das representações sociais (RS): além de seus conteúdos, interessa-nos, também, compreender como o objeto social foi processualmente introduzido na rede de significados em circulação nas dinâmicas de comunicação dos grupos sociais. A ampla divulgação das idéias que compõem os registros jornalísticos – nossa fonte de dados – contribui para a conformação de um novo saber, de caráter popular e socialmente compartilhado, que visa à manutenção e proteção das identidades (Moscovici, 2009, 2012).

Este texto busca apresentar o retrato instantâneo e parcial de uma representação social (Sá, 1998), que se faz compreensível apenas quando interpretado em conjunto com seus determinantes históricos, políticos e sociais, sem os quais não poderia se constituir. As RS são, portanto, um saber diferenciado, fortemente associado às práticas e conversações de grupos sociais, capazes de explicar, indicar comportamentos e justificar dinâmicas sociais. Quando o objeto social é estranho, este precisa ser incorporado ao conjunto de demais saberes, retirando os indivíduos de um estado de desajuste e ansiedade pela incompreensão do fenômeno. Eliminar as dificuldades de comunicação entre os membros do grupo é função dos processos sociogênicos de construção das RS, quais sejam a objetivação e a ancoragem. Assim, “a objetivação transfere a ciência para o domínio do *ser* e a ancoragem a delimita no do *fazer* para contornar o impedimento de comunicação” (Moscovici, 2012, p.156, grifos do autor).

Os processos de construção das RS não se desenvolvem de forma seqüencial, e, portanto, a separação didática dos mesmos não deve conduzir a uma visão estagnada da representação, pois seu funcionamento e manutenção baseiam-se em um campo em movimento, desenrolando-se no cotidiano de forma dialética, impregnando as práticas sociais e sendo ao mesmo tempo modificadas por estas. Ambos os processos são apontados por Moscovici (2009, 2012) como mecanismos que visam tornar um objeto estranho em algo integrado ou familiar às comunicações e práticas dos grupos sociais, ou seja, “a finalidade de todas as representações sociais é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (Moscovici, 2009, p.54).

Desta forma, “conhecer socialmente algo é falá-lo” (Moscovici, 2012, p.212), ou seja, conhecer um objeto ou representá-lo implica em falar sobre e através dele. O objeto da representação social encontra-se entranhado nas conversações, no discurso dos meios de comunicação e nas práticas cotidianas. Assim, o novo objeto será inserido em um conjunto de conhecimentos anteriormente formulados e as palavras utilizadas anteriormente, podem ganhar novos sentidos, ou mesmo, um novo vocabulário pode ser criado e incorporado à linguagem. No entanto, “a comunicação requer muito mais que a simples justaposição de léxicos. Por meio de ‘mistura’ apropriada ela provoca uma correspondência e soldagem das cadeias verbais” (Moscovici, 2012, p.213), desta forma, o objeto “deixa de ser aquilo ‘do que falamos’ para tornar-se aquilo ‘por meio do que’ falamos” (Moscovici, 2012, p.157).

As instâncias ou substitutos institucionais e as redes de comunicação informais ou da mídia intervêm em sua elaboração, abrindo caminho a processos de influência e até mesmo de manipulação social... Estas representações formam um sistema e dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significações... [que] expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão definição específica ao objeto por elas representado (Jodelet, 2001, p.21).

Neste sentido, os recursos empregados pelos veículos de comunicação de massa na divulgação de informações e reportagens, terminam por produzir “poderosos e eficientes processos de subjetivação; forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões” (Coimbra, 2001b, p.37). Como destacado por Zaluar (1994a); Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001) um bom exemplo foi a década de 1980, na qual a mídia teve papel de destaque na construção de estereótipos de grupos ameaçadores, como o menor de rua, o pivete etc., formulando o que nas palavras de L. Souza (2005, p. 133) representou uma “campanha de insegurança” entre as classes médias na sociedade brasileira. Estereótipos que perduram até os dias de hoje e que definem as práticas sociais em torno desses grupos.

O exemplo acima se concretiza quando vislumbramos que a construção dos fatos sociais se faz a partir das práticas cotidianas e dos processos de comunicação, uma vez que a realidade não existe de forma independente do olhar de um observador humano, que interpreta os estímulos, criando um significado que se conecta a rede de saberes previamente existentes, “como as práticas são múltiplas, elas geram múltiplos objetos, múltiplos ‘rostos’ e ‘fisionomias’ ao longo da história: múltiplas objetivações” (Coimbra, 2001b, p.38-39).

É nessa dinâmica que a compreensão dos processos de ancoragem e objetivação nos auxilia na aproximação desta rede de relações e significados que sustentam as representações sociais. Segundo Jodelet (2001) as pesquisas em representações sociais se interessam tanto pelos processos, quanto pelos conteúdos das RS, que são focalizados por diferentes métodos e

perspectivas. Andrade (2000) e Santos (2000) ampliam a discussão lembrando que mais que os conteúdos que compõem as representações, o pesquisador deve atentar-se para as relações entre os elementos do campo representacional, pois as diversas representações e mesmo as informações que compõem uma RS, tenderão a manter a coerência da rede de significados, reforçando conhecimentos construídos anteriormente. A fim de alcançar essa dinâmica das representações sociais é que Oliveira, Gomes e Marques (2005) acrescentam que a interpretação dos processos de ancoragem e objetivação, surge como importante guia de leitura e análise dos resultados da metodologia ALCESTE, o que favorece e propicia a possibilidade de análise que propomos neste trabalho.

Isto se dá na medida em que, ao trabalharmos com período de tempo superior a quatro décadas, assumimos o desafio de compreender as relações entre componentes inusitados da rede de significados sociais que se demarcaram e se associaram ao longo da história recente. A característica editorial do semanário em questão, a revista *Veja*, revelou um texto amplamente versado em diálogo com a pauta internacional de notícias, fator que representou importante desafio na leitura da lógica que perpassou a composição das representações sociais do fenômeno.

## 5.1 Os EUA e o perigo estrangeiro

Ao longo da história, o papel do Brasil no comércio internacional de drogas, foi se diversificando, passando de rota privilegiada<sup>40</sup> para o trânsito de substâncias ilícitas à um potente mercado consumidor de drogas (Rodrigues, 2002; Araújo, 2012). Esta mudança de perspectiva revela que até meados da década de 1980, o fenômeno tráfico de drogas encontrava seus principais atores e estruturas enraizadas em outros países, dando certa neutralidade ao território brasileiro. As matérias jornalísticas do período (1969-1989) noticiavam as dificuldades que outros países, principalmente os Estados Unidos da América (EUA), encontravam para conter os problemas decorrentes do uso e do tráfico de drogas, de maneira que os grupos inimigos se situavam em outros territórios, os países depositários.

---

<sup>40</sup> Temática enfatizada na matéria de capa da Edição 86 (29/04/1970) apresentada na Figura 1. Vide também as figuras dos Anexos A e B.

Deste modo, a escolha dos grupos que serão excluídos não é aleatória. “A violência se articula com inclusão/exclusão, e não se dirige a qualquer ser social. Exclusão social e violência são processos contra categorias sociais específicas, que também são construídas historicamente” (L. Souza, 2004, p.64). Neste sentido, a referência a países subdesenvolvidos, pobres e subversivos, revela traços considerados pelo grupo próprio, os EUA, como altamente ameaçadores ao seu modo de vida e a sua sociedade, que se configura historicamente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Com o final da Segunda Grande Guerra e o realinhamento político das nações do globo, despontaram duas super-potências EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), assim, instaurou-se o período da história conhecido como Guerra-Fria (1945-1991), etapa marcada por manobras políticas e militares, envolvendo a compra de armamentos bélicos, mas que não eclodiu em um franco combate armado. A oposição entre USA e URSS incluía seus territórios no ocidente e no oriente, e a disputa por influência levou a promoção de atributos negativos que seriam disseminados entre os integrantes do grupo rival. As drogas também passaram a se configurar em objeto de disputa, sua disseminação e malefícios foram inúmeras vezes, atribuídos por ambos os lados ao outro. Mesmo com diferenças ideológicas e econômicas, ambos os grupos “condenavam as drogas, e atribuíam mutuamente o seu uso como ‘arma’ para destruir o inimigo. Isso tinha a ver com o fato de que drogas estão, normalmente, associadas a uma atividade lúdica, sem nenhum compromisso com a produção ou com a indústria” (Arbex Jr. & Tognolli, 2004, p.210).

A sociedade americana condensou sob os efeitos nocivos causados pelas drogas (desde o álcool às drogas sintéticas) a ameaça à produção e ao lucro capitalistas, que seria mensurada a partir do desempenho dos jovens, estes últimos, o grupo social a quem se associava o uso da droga no período. Preceitos religiosos e a tradição econômica liberal levaram ao expurgo dos comportamentos de uso e abuso das drogas.

A droga do momento era o LSD ou LSD-25, símbolo da cultura *flower-power* e *hippie*, desencadeando o movimento paz e amor, e propiciando o surgimento de relações sociais que se propagaram pelo mundo, tendo como principal símbolo o combate a Guerra do Vietnã (1955-1975) (Araújo, 2012), possibilitando uma alternativa de vida social que favorecia uma realidade paralela à necessidade de posicionamentos políticos e econômicos orientados pela guerra fria.



A Unidade de Contexto Elementar (UCE)<sup>41</sup> a seguir apresenta o uso do LSD, demonstrando seus efeitos, capazes de produzir uma dimensão alternativa:

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 36,00 \*ed\_82 \*dec\_1 \*ano\_1970

a **#maconha**, tal como o **#alcool**, #pode #parecer reconfortante num mundo tao cheio de problemas. o **#lsd**, aparentemente, promete um paraíso: vivencias de cores, vivencias acusticas, formas geometricas belissimas, a vivencia do regresso ao confortavel utero materno, a #chamada consciencia oceanica \_ a consciencia da #grande unidade cosmica entre o homem e suas celulas, o homem e as #plantas,

Com as perdas americanas em decorrência da Guerra do Vietnã, o governo precisou encontrar uma forma de restabelecer o orgulho nacional (Araújo, 2012), reaquecer o mercado, incentivar a economia e buscar o apoio popular. É neste contexto, que durante um pronunciamento no ano de 1972, o presidente Richard Nixon (1969-1974) identifica um novo inimigo do Estado americano ao declarar “os psicoativos ilícitos como *inimigos nº 1 da América* e, em conseqüência declara *guerra às drogas*” (Rodrigues, 2003, p.42, grifos do autor). O Estado buscava um novo inimigo que externalizasse sua instabilidade (Feffermann, 2006) e ao destacar a existência de países produtores e consumidores de drogas, os EUA exteriorizam seus inimigos, países (asiáticos e latino-americanos) disseminadores de drogas,

[...] a terminologia classificatória “país produtor de droga/país consumidor de droga”, cunhada ainda no governo do republicano Richard Nixon, nos anos setenta, é de extrema eficácia. Um país seria, assim, responsabilizado pela produção do “mal”, enquanto outro, vitimizado pela afronta exógena, teria o direito de se defender atacando a “fonte”. (Rodrigues, 2002, p.68)

O movimento de identificação dos grupos sociais inimigos pode ser compreendido como um primeiro esforço de objetivação (nomeação e materialização), para um fenômeno que ameaçava a sociedade americana e precisava encontrar uma face, a fim de abandonar a dimensão de um inimigo abstratamente disseminado. Neste sentido, “objetivar significa resolver o excesso de significações pela materialização (e assim guardar distância em relação a elas). Também significa transplantar, no plano da observação, o que era só inferência ou símbolo” (Moscovici, 2012, p. 101).

Em nossos resultados (vide Figura 3), as classes 4 (Produto de importação e exportação) e 5 (Combate) apresentam prioritariamente discursos sobre o cenário

---

<sup>41</sup> Antes do texto da UCE aprestamos sua classe, o valor de qui-quadrado (Q<sup>2</sup>), o identificador da edição (\*ed), década (\*déc) e ano (\*ano) de publicação. O símbolo “#” que antecede algumas palavras indica que as mesmas apresentaram altos valores de Q<sup>2</sup>, sendo sua presença bastante significativa para a classe a que ser relacionam. Algumas das palavras estão destacadas com fonte em negrito, estas são as com os maiores valores de Q<sup>2</sup> dentre as palavras relacionadas a classe. A escrita das UCE não apresenta caracteres especiais (acentuação, símbolos etc.) conforme a padronização para análise do texto do *corpus* como descrito na sessão de Método. Este padrão de apresentação será utilizado em todos os exemplos desta sessão do texto.

internacional do tráfico de drogas, onde os EUA – país de tradição protestante e conservadora, forte incentivador de leis e políticas antidrogas – passam a eleger as drogas e seus depositários/responsáveis, países latino-americanos, como os principais inimigos da sociedade americana “vitimizada”, devendo ser, portanto, combatidos. Abaixo apresentamos alguns trechos de reportagens que apresentam esta situação:

Classe: 4 (Produto de importação e exportação) Q<sup>2</sup>: 46,99 \*ed\_631 \*dec\_2 \*ano\_1980

o **#peru**, **#maior** **#produtor** de **#folhas**, fornece ao trafico outros 25 **#por\_cento** da **#cocaina** e a **#bolivia**, pouco mais de 12 **#por\_cento**. a droga **#colombiana**, um sal refinado **#por** **#laboratorios** **#clandestinos** em bogota, medellin e outras cidades **#importantes** do pais, **#vale** **#cerca** de 1, 5 **#milhao** de **#cruzeiros** o **#quilo**.

Classe: 4 (Produto de importação e exportação) Q<sup>2</sup>: 45,00 \*ed\_631 \*dec\_2 \*ano\_1980

3\_a **#cocaina** a colombia, embora **#pequena** **#produtora** de **#coca**, **#fabrica** com a **#pasta** contrabandeada do **#peru** e da **#bolivia** mais de 40 **#por\_cento** da **#cocaina** comercializada ilegalmente **#no** mundo.

Classe: 5 (Combate) Q<sup>2</sup>: 42,00 \*ed\_940 \*dec\_2 \*ano\_1986

um **#acordo** de cooperacao entre os dois paises na prevencao e **#combate** **#ao** **#trafico** de drogas. se o **#governo** republicano dos **#estados\_unidos** apregoa **#forca** **#total** no **#combate** as drogas, a oposicao democrata nao faz por menos: **#nesta** quarta\_feira, a camara estara votando um pacote de **#recursos** de 3 **#bilhoes** de **#dolares** destinado a mesma causa.

Nestes trechos, vê-se o processo pelo qual o objeto social, tráfico de drogas, ganha materialidade e concretude, por exemplo, por meio do termo “droga colombiana”, que permite que se fale sobre o fenômeno e através dele, materializando um lugar destinado ao objeto dentro da visão de mundo daqueles que o percebem, e assim, os ameaçados podem se defender. Segundo Coimbra (2001b) e L. Souza (2005) as sociedades humanas em diferentes momentos, nomeiam grupos sociais considerados ameaçadores para garantir sua organização, proteção, ou para a manutenção do bem-estar das classes dominantes. Os grupos marginais são rechaçados a lugares de menor valor social, impedidos de acessarem seus direitos, sendo violentados, e em casos extremos, exterminados.

Em nossa análise, os países chamados na época de subdesenvolvidos, que eram dependentes economicamente do mercado americano, como Peru, Panamá, Bolívia, Colômbia e México, e em alguns momentos o próprio Brasil, tornaram-se lugares intensamente associados à produção e distribuição de drogas, legítimos representantes dos “subúrbios” do globo. Estes lugares passam a ser símbolos da produção e disseminação das drogas, sendo integralmente responsabilizados por estas. Nota-se que os termos mais importantes para a Classe 5 (Combate) são justamente “america” e “colombia” demarcando um embate entre

dois países politicamente, culturalmente e economicamente dissociados, que se destacam como francos adversários na lógica globalizada do tráfico de drogas.

Em todo o processo descrito, notamos a tendência dos grupos sociais à valorização dos atributos do grupo próprio (endogrupo) em detrimento do grupo de fora (exogrupo), esta tendência pode ser percebida pela análise dos processos de categorização e diferenciação grupal que organizam as relações de pertencimento dos indivíduos aos grupos, determinantes para a composição da identidade social (Tajfel, 1982, 1983). A compreensão da influência das relações identitárias na composição das RS, e também, da recíproca participação das RS na composição das identidades, mostrou-se crucial no exercício de discussão dos dados desta pesquisa, desta forma, enfatizamos que:

Os grupos desenvolvem formas específicas de produção de significados, ou seja, cada grupo social, dependendo da sua inserção no todo social, de suas relações com outros grupos, desenvolve formas específicas de estruturar suas representações sociais. *Cada grupo social tem sua forma específica de representação de mundo. Isto significa que podem ser estabelecidas clivagens entre os grupos sociais segundo as suas representações. Indivíduos e grupos expressam sua identidade através de suas representações* (Andrade, 2000, p.144, grifos do autor).

Portanto, nos EUA dos anos de 1980, com os governos de Ronald Reagan (1981-1984 e 1985-1989) o combate às drogas continuaria sendo potencializado, como podemos ver em um dos trechos reproduzidos abaixo destacados na análise ALCESTE. Os registros jornalísticos serviram de testemunha ativa no processo de construção social do lugar das drogas nas sociedades ocidentais, no século XX:

Classe: 6 (Drogas de Classe) Q2: 16,99 \*ed\_936 \*dec\_2 \*ano\_1986

tudo contra a **#droga** #reagan lança a maior campanha já #vista para combater o trafico e o **#uso de #drogas**, transformados em problema #numero 1 dos estados\_unidos a agenda da casa branca reservava para esta segunda-feira um #espaco importante e anunciado com #grande destaque para um compromisso insolito:

Nesta busca, por elementos que materializem idéias abstratas acerca do tráfico de drogas, alguns temas acessados e priorizados pela discussão são o terrorismo e a guerrilha armada<sup>42</sup>, fortemente associados ao contexto colombiano. A personificação é parte do processo de objetivação, presente na construção das representações pelos grupos sociais.

---

<sup>42</sup> A guerrilha armada comporta atividades de contestação política, desenvolvidas por jovens militantes principalmente nos período ditatoriais vividos pelos países da América latina. No Brasil, após o acirramento do regime militar com a promulgação do Ato Institucional n°.5, o AI-5 de 13 de dezembro de 1968, ocorreram dissidências nas organizações políticas contrárias ao regime, sendo que algumas passaram a promover atos de guerrilha/luta armada urbana ou rural (Wolff, 2007). Na Colômbia as atividades de guerrilha vinculam-se a grupos paramilitares que buscam a revolução política do país, a partir do controle militar de áreas civis, esta se estabeleceu desde 1966, mas teve seu maior desenvolvimento em número de combatentes na década de 1990 (Rodrigues, 2002b).

Nesta etapa através de protótipos ou exemplares uma idéia ganha um rosto material (Ordaz & Vala, 2000). Como podemos notar, alguns elementos são mantidos em discussões contemporâneas sobre o tema, não sendo restritos a períodos passados, são idéias que ressoam e retroalimentam as redes de significados em circulação. A Classe 3 (Leis e políticas de controle) apresenta uma longa descrição das atividades de grupos de guerrilheiros colombianos ligados as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e a outras organizações paramilitares. A ênfase dada às FARC ganha as páginas de duas matérias de capa da revista *Veja* durante o período investigado, que reproduzimos a seguir (Figura 4).



Figura 4. Matérias de Capa. Edição 1896 (16/05/2005) e Edição 2051 (12/03/2008).

Na rede de significados onde se insere a representação social do tráfico de drogas, a referência colombiana para a discussão ganha contornos de organização militar, onde se associam terrorismo, guerrilha revolucionária e narcotráfico. Os textos trazem uma tentativa de distinção entre atividades das FARC como sendo de revolucionários, diferenciando o caráter político das ações destes, e destacando as atividades terroristas /criminosas que seriam financiadas pelo narcotráfico.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 42,00 \*ed\_1811 \*dec\_4 \*ano\_2003

o que o #senhor #tem a #dizer #para quem pensa #assim? uribe \_ o presidente lula compreendeu #muito bem #nosso #problema e nos ajuda #bastante #para que a comunidade #internacional #entenda #nossa #luta, que e combater o #terrorismo.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 35,00 \*ed\_1811 \*dec\_4 \*ano\_2003

#mas aqui eles #sao #simplesmente pistoleiros. e #muita hipocrisia #alguem no #exterior defender a guerrilha e esquecer #os milhares de vitimas dos #guerrilheiros. felizmente, #essa percepcao erronea #esta mudando. #mesmo na europa #ja #nao se #defende #tanto a guerrilha. #os europeus #estao entendendo que aqui #nao #ocorre um conflito #social, e #sim acoes de #terrorismo sistematico contra o povo colombiano.

### 5.1.1 A difusão de teorias sobre o mal e seus antígenos

Considerando o cenário de segregação imposto pelos americanos, o governo Bush (1989-1993) seria marcado por tentativas de militarização do combate ao tráfico de drogas na América Latina, que pela dificuldade em serem impostas, acabaram dando lugar a ajuda financeira, ofertada pelos EUA aos países produtores de drogas, para que estes combatam a origem do problema. Em defesa dos princípios morais da América e “[...] escorando-se também em saberes médicosanitários, a luta contra o narcotráfico é acionada politicamente quando o próprio tráfico de drogas é içado ao posto de maior antígeno a ‘infectar’ e ‘corromper’ a vida social e institucional dos Estados neodemocráticos”. (Rodrigues, 2002a, p.102).

Assim como a proibição do álcool na década de 1920, o combate à cocaína durante a década de 1990 serviu para constituir algumas facetas da dimensão imagética do fenômeno tráfico de drogas. Em termos de materialização ou condensação do mal relacionado às drogas e ao tráfico, o lugar da cocaína merece destaque<sup>43</sup>.

Não é tanto o crime em geral que aparece, na mídia e no imaginário coletivo, como face do mal, mas muito mais uma de suas práticas, o tráfico de drogas; mais especificamente o de cocaína. A associação entre máfia, crime, terrorismo, narcotráfico e cocaína é intensa e imediata, e a cocaína o signo mais visível e emblemático dessa rede de relações (Arbex Jr. & Tognolli, 2004, p.196).

Tal como descrito por Arbex Jr. e Tognolli (2004), a substância tornou-se “ícone do mal”, ao ter seu poderio comparado ao da bomba atômica, uma “metáfora da destruição”, signo que aciona o poder e a possibilidade de aniquilação da humanidade (Arbex Jr. & Tognolli, 2004, p.195-196). A metáfora<sup>44</sup> da bomba atômica teria sido proferida por um traficante Lehder Rivas, durante o julgamento de Manoel Antônio Noriega – ditador

<sup>43</sup> Este destaque é afirmado pela publicação de chamadas e matérias de capa que destacam a substância, tais como a Edição 946 de 22 de outubro de 1986 (Figura 1) e as edições 1188 (26/06/1991) e 1627 (08/12/1999) apresentadas na Figura 2.

<sup>44</sup> A metaforização representa um processo que compõe a objetivação, e atua na facilitação da comunicação social, ao fornecer o essencial para a caracterização do objeto de maneira acessível ao grupo social (Vala, 2004).

panamenho, personagem citado no conteúdo da Classe 5 (Combate) – a analogia ganhou registro e destaque na mídia.

A análise de Arbex Jr. e Tognolli (2004) sobre o lugar da cocaína na década de 1990, revela ainda que os mecanismos de diferenciação entre os grupos sociais favoreceriam as associações entre atributos negativos e os grupos externos, as drogas seriam, portanto, sempre responsabilidade ou ameaça vinda do meio externo<sup>45</sup>, e a metáfora da bomba atômica estaria amplamente relacionada ao período da guerra fria.

Ainda que os índices de consumo de drogas fossem alarmantes na sociedade americana, e que comportamentos desviantes não fossem tolerados, por ferirem a lógica capitalista de produção, isto não parece ter produzido uma ascensão da condição de jovem em associação às categorias de drogado ou de traficante no contexto americano. O consumo de drogas pelos jovens americanos, não entra no rol dos principais inimigos do Estado, esta ameaça é direcionada aos estrangeiros representantes do problema, indivíduos de países produtores e comerciantes de drogas. Diante da ameaça à identidade social do grupo americano, constrói-se uma narrativa que aniquila alguns aspectos do fenômeno<sup>46</sup>, negligenciando-se condições sociais e históricas que envolvem os mecanismos do tráfico de drogas e consumo, mas que colocavam em risco a identidade do endogrupo (Tajfel, 1983). Quando desaparecem as análises referentes às características da sociedade americana, é favorecido o suposto perfil da mesma como consumidora de drogas, tendo em vista que os países que produzem a matéria prima, ou a cocaína, não eram seus maiores consumidores, como destacado pela matéria “Para americanos, tóxicos são o problema maior” da Edição 940 de 10 de setembro de 1986:

[...] a imprensa divulgou amplamente, em tom de alerta, o surgimento de uma variação da cocaína excepcionalmente poderosa, barata e propensa a viciar seu usuário — o crack —, e, em poucas, semanas, o problema das drogas assumiria proporções de catástrofe nacional.... Os números são, de fato, impressionantes, Os Estados Unidos consomem hoje 60% de toda a droga vendida no mundo, e só a cocaína é usada regularmente por 4 a 5 milhões de pessoas — número que com o consumo do crack, quase dez vezes mais barato e de fácil acesso, pode aumentar muito.

Os argumentos apresentados nas matérias que compõem o *corpus*, em sua maioria fortalecem elementos representacionais onde a ameaça do tráfico de drogas é mantido fora da sociedade americana.

---

<sup>45</sup> Mecanismo semelhante ao encontrado por Joffe (2009) em seu estudo sobre a AIDS, onde a doença sempre era atribuída ao grupo externo, exacerbando oposições entre brancos e negros, homossexuais e heterossexuais.

<sup>46</sup> Operação descrita por Vala (2004) como parte da construção seletiva, própria ao mecanismo de objetivação.

As classes 3 (Leis e políticas de controle) e 6 (“Drogas de classe”) são compostas basicamente por discursos de especialistas sobre as drogas. Durante o processo de investigação científica dos efeitos de drogas novas, muitos profissionais de saúde encontraram usos terapêuticos para algumas substâncias, posteriormente, com a proibição estas descobertas foram substituídas por outros achados farmacológicos.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 27,99 \*ed\_75 \*dec\_1 \*ano\_1970

o **#lsd** nao tem odor ou sabor, os **#psiquiatras** **#tambem** encontraram **#grandes** virtudes na **#nova** maravilha quimica. Segundo **#psiquiatras** americanos, o **#lsd**, como complemento nos tratamentos psiquiatricos, l \_ ajuda o paciente a se lembrar e a superar traumatismos **#recentes** e de infancia:

Os aspectos benéficos das drogas são, por vezes, apresentados pelos traficantes que escondem os malefícios também denunciados pelos especialistas. Encontramos UCE com conteúdos que enfatizam o perigo representado pelas drogas, para viciados, traficantes e sociedade em geral. O uso de falas de especialistas foi enfatizado por Moscovici (2012) em sua descrição do sistema de comunicação<sup>47</sup> por difusão<sup>48</sup>.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 19,99 \*ed\_102 \*dec\_1 \*ano\_1970

de **#qualquer** **#forma**, **#mesmo** com o atual endurecimento americano, a solucao do **#problema** parece **#muito** distante: ainda que **#seja** reduzida a producao de opio da turquia, restarao **#os** incontrolaveis celeiros da india e do **#ira**, de menor\_qualidade, **#mas** suficientes **#para** abastecer as **#necessidades** do mercado.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 30,99 \*ed\_1261 \*dec\_3 \*ano\_1992

o estado nao **#pode** estimular o **#uso** de **#drogas**, porque elas prejudicam a **#saude** e atrapalham a percepcao das **#pessoas**, diz charles rangel, **#parlamentar** nova\_iorquino que estuda o problema das **#drogas**.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 86,99 \*ed\_1758 \*dec\_4 \*ano\_2002

o **#numero** de **#viciados** e relativamente pequeno, mas preocupa as autoridades **#medicas**. nao existe **#droga** mais **#perigosa** do que a **#heroína**. fabricada a-partir-do **#opio**, **#causa** **#dependencia** depois de **#poucas** **#doses**, provoca sintomas de abstinência terríveis, e e dificilimo abandona\_la.

Palavras como dependência e perigo acionam conteúdos e valores negativos para a composição da representação social. As afirmações listadas são ricas em informações sobre o funcionamento das drogas no organismo humano e sobre seus malefícios:

<sup>47</sup> A leitura de Moscovici (2012), Vala (2004) e Ordaz e Vala (2000) indicam a investigação dos sistemas de comunicação (difusão, propagação e propaganda) como meio de acessar a dinâmica do processo de ancoragem das RS presente nos meios de comunicação de massa. Tal qual no estudo de Ordaz e Vala (2000) buscamos, neste trabalho, os elementos de análise que associam as ancoragens aos sistemas de comunicação.

<sup>48</sup> Na difusão a figura do especialista fornece ao jornalista um dado técnico-científico a ser comunicado ao leitor, de forma simples e acessível, assim, o emissor da mensagem encontrar-se-á na mesma posição de “não-saber” compartilhada pelo leitor, ou seja, ambos serão orientados por alguém que detém a “verdade”.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 33,99 \*ed\_82 \*dec\_1 \*ano\_1970

a-partir-de um certo ponto, a **#maconha** #deixa de ter os **#efeitos** sensacionais dela esperados. e a #pessoa passa a procurar **#drogas** mais violentas \_ essas sim. perigosissimas. nos estados\_unidos, calcula\_se que 20por\_cento das #pessoas que fumaram mais de #dez **#cigarros** de **#maconha** passaram a associa\_la com barbituricos, anfetaminas \_ e, depois, com cocaína, morfina e **#heroína**.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 33,99 \*ed\_1175 \*dec\_3 \*ano\_1991

cola de sapateiro e benzina deixam a #pessoa desinibida e agressiva por um curto #espaco de tempo. em #seguida, o **#usuario** fica sonolento e depressivo. a **#maconha** #produz um **#efeito** relaxante. apos o **#uso**, a #pessoa costuma ter fome e sede. A cocaína e um estimulante, capaz de acelerar o raciocinio dos iniciantes, produzindo sensacoes de poder e euforia.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 42,00 \*ed\_1870 \*dec\_4 \*ano\_2004

**#ecstasy** #mata #especialista em **#dependencia** diz que e tolice acreditar que **#drogas** **#sinteticas** sejam menos letais veja \_ qual sua opiniao sobre a legalizacao do **#maconha**? levounis \_ a legalizacao #pode ate reduzir o #numero de crimes associados ao **#uso** e ao trafico de **#drogas** mas esse e so um #aspecto dentro de uma sociedade em que a **#dependencia** e um problema de #grande extensao,

Os aspectos benéficos das drogas são descritos como passageiros, e sobrepostos por seus malefícios, argumento que está na base da idéia de “ilusão das drogas” problematizada em algumas campanhas divulgadas pelos meios de comunicação de massa, que visam proteger as classes dominantes da atração que as drogas podem provocar, em nome de um prazer fugaz. O sistema de difusão seleciona a informação que não vai priorizar de acordo com a rede de significados que busca atingir ou reforçar. No caso das drogas de classe média (LSD, maconha, cocaína, álcool, heroína etc.) associadas a certo *glamour*<sup>49</sup>, presente nos universos artísticos e festivos (desde os movimentos *hippie*, *rock'n roll*, chegando as festas raves etc.) a difusão do conhecimento técnico-científico sobre as drogas usadas nas classes médias, tira de cena seu cunho criminal e marginal, tratando-o como problema de saúde que deve ser tratado.

Segundo Moscovici (2012) a difusão como sistema de comunicação predominante nos meios de comunicação de massa, baseia-se em uma relação entre emissor da mensagem e receptor que busca a unidade, uma relação de igualdade ou horizontalidade, ou seja, o veículo de comunicação faria apenas o papel de compartilhar um conhecimento novo. Segundo Doise (2011) a difusão caracteriza-se pela

indiferenciação entre a fonte e o receber da comunicação. Os autores de artigos de imprensa de grande difusão transmitem a informação que eles frequentemente receberam de parte de especialistas. Como resultado, de alguma forma eles são, como seus leitores, antes de tudo

---

<sup>49</sup> Interessante notar a exploração desta questão nas edições da revista, em que encontramos uma Chamada de capa, “Drogas: o fim do glamour” na Edição 1251 (11/11/1992), Figura 1.



recebedores de informação. Seu objetivo principal é, ao mesmo tempo, criar um conhecimento comum e se adaptar aos interesses de seu público (pp.126-127).

Desta forma, podemos compreender a função do espaço dado pelo semanário à fala de especialistas (conteúdos principais das classes 3 e 6; que se opõe a fala de atores envolvidos no tráfico de drogas, classes 1, 2 e 7). Quando a revista obtém de fontes externas as informações que repassa ao leitor, ela acaba por igualar-se a ele enquanto um outro leitor de dados, dando ao receptor da mensagem a impressão de liberdade de interpretação do conteúdo. Estes veículos de comunicação priorizam um estilo jornalístico resumido e fragmentado, amplamente submetido à satisfação de seu leitor plural.

Tanto na Classe 3 (Leis e políticas de controle) quanto na Classe 6 (Drogas de classe) vemos a presença de termos como consumo e consumidor, palavras que expressam a posição social daqueles que acessam as drogas, neste caso, não se tratam de quaisquer pessoas ou drogas, são indivíduos com condições financeiras que possibilitam a aquisição de substâncias ilícitas caras, em comparação com drogas como o crack ou os inalantes (que apresentam menores índices de uso associados a classe média). Os efeitos destas drogas são descritos enfatizando-se a possibilidade ou risco de desenvolvimento de dependência por parte do usuário.

Neste sentido, chama atenção a utilização dos verbos **achar** (Q<sup>2</sup>: 80,01) e **dever** (Q<sup>2</sup>: 48,24), entre os termos mais significativos da classe, demonstrando o conteúdo prescritivo contido na Classe 3 (Leis e políticas de controle). Segundo Jodelet (2001, p.21) as “definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas”. As narrativas indicam posicionamentos de fundo moral frente ao problema das drogas, apontando o que se deve ou não fazer diante de seus usuários. Assim, a questão deixa de ser pensada como problema de Estado/sociedade para ser representada como problema individualizado, próprio à grupos vulneráveis como os jovens (Tavares & Menandro, 2004) e a suas famílias, estas últimas de moral ou estrutura questionáveis.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 21,99 \*ed\_706 \*dec\_2 \*ano\_1982  
#acho que, quando #os #jovens #**nao** #tem mais nocao de disciplina, nocao do que #**deve** ou #**nao** #**deve** ser #feito, nocao de #regras a serem seguidas, a familia desaparece.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 24,99 \*ed\_936 \*dec\_2 \*ano\_1986  
a ambiciosa meta do presidente e promover uma #mudanca de mentalidade, de #forma a ampliar drasticamente a condenacao da #**sociedade** ao consumo de drogas. #para #**isso**, reagan #**nao** poupou

#palavras #fortes. #os #consumidores e traficantes, comparou ele na semana passada, #sao #tao perigosos #para #nossa seguranca #nacional #quanto #os terroristas.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 29,99 \*ed\_1894 \*dec\_4 \*ano\_2005

se #nao me apegar a #essa ideia, entro em desespero. ha #alguma coisa que a #senhora #acha que #poderia ter #feito #para #evitar a #situacao em que ele se encontra hoje? #acho que eu #deveria ter acreditado menos #nele.

Abric (2000) concebe a predição da ação como uma das funções das RS, que possuem indicações de comportamentos ou condutas frente a objetos específicos de nossa sociedade. Esta posição de Abric (2000) não é consenso entre os pesquisadores de RS, muitos consideram o argumento determinista e indicam outros fatores que estariam implicados nos comportamentos (Andrade, 2000). Moscovici (2012) acessou essa discussão, quando apontara que a “opinião, enquanto atitude, é considerada unicamente do lado da resposta e enquanto ‘preparação da ação’, é considerada comportamento em miniatura” (p.44).

Em uma análise comparativa dos sistemas de comunicação, Moscovici (2012, p.444) afirma que “as relações entre comunicação e conduta são dessa forma bastante diversificadas: necessárias e explícitas na propaganda, necessárias e implícitas na propagação, elas são opcionais, fragmentárias e locais na difusão”. Neste ponto, as características de nossos dados parecem revelar não somente elementos da modalidade de comunicação difusão, mas fatores associados à propaganda, que se caracterizam pela delimitação de grupos que se opõe de forma radical frente ao objeto social, sustentando posições que levariam a eliminação do objeto de conflito, impactando as relações sociais entre os grupos envolvidos. Estas características são próprias da propaganda, e parecem estar na base de alguns dos textos analisados. Este sistema de comunicação apresenta uma visão binária da realidade, associada à disputa entre grupos, onde a valorização de características e apresentação de um quadro conceitual definido se dá necessariamente em oposição ao conjunto de pressupostos de outro grupo. Reforça, portanto, a separação entre o “nós” e o “eles”, radicalizando os processos de diferenciação intergrupos (Tajfel, 1982, 1983).

Estes aspectos podem ser exemplificados pelo trecho a seguir, onde o presidente colombiano Álvaro Uribe (2002-2010), relata que o grupo guerrilheiro FARC não estaria aberto a uma negociação pacífica, sendo o uso da força militar, o único caminho para sua eliminação, que também representaria o combate ao narcotráfico financiador da guerrilha.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 29,00 \*ed\_1811 \*dec\_4 \*ano\_2003

fez pouco\_caso de #todos #aqueles que tentaram o #dialogo #como meio de pacificacao, nunca cessaram as hostilidades nem a violencia. #nao me atrevo a #dar #conselhos ao brasil. #mas #nao se

#deve deixar #crescer a industria do narcotrafico. e #preciso vontade #politica #para derrotar #esse mal.

Em consonância com a análise empreendida por Moscovici (2012), a análise dos dados que compuseram o *corpus* desta pesquisa revelou características preponderantes da difusão, como forma de comunicação amplamente utilizada em veículos de mídia de ampla divulgação. No entanto, como apresentado por Moscovici (2012) as mesmas publicações podem fazer uso de mais de um sistema de comunicação. Encontramos aspectos da difusão (fala de especialistas, indiferenciação em relação ao público, leitura descritiva da realidade etc.), mas também, elementos peculiares do sistema de propaganda, que revelam mecanismos de exclusão do objeto ameaçador, colocando-o na fronteira externa do grupo social, em um cenário fortemente cindido, marcado por contrários excludentes, tais como: rico-pobre, desenvolvido-subdesenvolvido, central-periférico, usuário-traficante, interno-externo.

A importância em compreender a dinâmica do cenário americano, também está no fato de que o movimento americano de combate às drogas influenciou outros países que passaram a ampliar medidas de controle. A perseguição imposta pela política americana, frente a países e culturas consideradas ameaçadoras, não se restringiu apenas aos anos de 1980. Reportagens de diferentes períodos, inclusive atuais, revelam elementos semelhantes:

Classe: 5 (Combate) Q2: 66,99 \*ed\_1498 \*dec\_3 \*ano\_1997

hoje, 70 por\_cento da cocaina #consumida pelos #americanos passa pelo #mexico. os #carteis #mexicanos ofuscaram o crime organizado da #colombia, diz thomas constantine, diretor da #dea, #orgao #encarregado do #combate #ao #trafico nos #estados\_unidos.

Classe: 5 (Combate) Q2: 74,99 \*ed\_2011 \*dec\_4 \*ano\_2007

auto\_retrato: anne w. patterson como #embaixadora #americana em #bogota entre 2000 e 2003, anne w. patterson ajudou a articular a mais ambiciosa #campanha de #combate #ao #narcotrafico, o #plano #colombia.

O consumo (Escohotado, 1998) e a comercialização de drogas (Rodrigues, 2003; Araújo, 2012) encontraram múltiplos espaços entre as civilizações, sendo em alguns momentos, importante objeto de disputa econômica, inclusive através de guerras (Guerras do Ópio, entre China e Inglaterra, 1839-1842 e 1856-1860). O processo de proibição ensejado no século XX e encabeça pelos EUA, é visto, por estes mesmos estudiosos, como propulsor para o fenômeno do tráfico de drogas nos moldes que conhecemos, tendo reflexos inclusive no Brasil.

## 5.2 Contexto nacional e inimigos internos

Em meados da década de 1980 a apreensão de drogas, cada vez mais expressiva, denunciou a presença de seu comércio no Brasil<sup>50</sup>. As reportagens corroboram as mudanças apontadas por Procópio filho e Vaz (1997), Feffermann (2006) e Rodrigues (2002a) na descrição da participação brasileira no cenário internacional do tráfico de drogas. Os brasileiros começam a se tornar agentes de conexões internacionais para o transporte de drogas, além de ter desenvolvido sua produção e consumo.

Classe: 4 (Produto de importação e exportação) Q<sup>2</sup>: 36,00 \*ed\_779 \*dec\_2 \*ano\_1983  
#viagem perdida #apreendidos 194 #quilos de #cocaina #pura os agentes da #policia\_federal em mato grosso do sul ficaram 24 horas a espreita, escondidos #no matagal que circunda o #aeroporto de teruel, a 10 #quilometros do #centro de #campo grande,

Classe: 4 (Produto de importação e exportação) Q<sup>2</sup>: 35,00 \*ed\_876 \*dec\_2 \*ano\_1985  
#segundo a #policia\_federal, lord juan e proprietario de destilarias na #bolivia que produzem #cerca de 1 #tonelada de #coca #por mes. a presenca do lord juan em barretos, mostra a #importancia da #conexao caipira, afirma bellini.

Classe: 4 (Produto de importação e exportação) Q<sup>2</sup>: 30,99 \*ed\_925 \*dec\_2 \*ano\_1986  
de um simples pais de transito, o #brasil esta passando a #maior #produtor #mundial de #cocaina, atesta. #alem disso, #segundo admite a propria delegacia de repressao e #entorpecentes da #policia\_federal de #sao\_paulo,

Classe: 4 (Produto de importação e exportação) Q<sup>2</sup>: 39,00 \*ed\_967 \*dec\_2 \*ano\_1987  
julio viajava mes a #bolivia ou a colombia, com #malas recheadas de milhares de dolares, para #comprar a #pasta de #coca. embarcados em #avioes particulares fretados pelos traficantes, os #carregamentos chegavam a #clandestinos na #regiao de bauru, onde petenucci estava a espera para o #transporte ate a destilaria #montada #no #sitio.

O conteúdo da Classe 4 (Produto de importação e exportação) de nosso dendrograma, apresenta a dinâmica de produção e distribuição das drogas, e agora entre os países mencionados encontramos o Brasil, diferentemente do ocorrido na Classe 5 (Combate). Segundo as reportagens, nos anos 1980, a principal substância comercializada nas operações do tráfico internacional de drogas é a cocaína, termo mais significativo da classe 4 (Produto

---

<sup>50</sup> Como destacado na chamada de capa da Edição 946 (22/10/1986), consulte Figura 1. Em relação à quantidade de drogas traficadas e ao perfil dos usuários e traficantes de drogas no Brasil, é importante frisar que apesar de ser um fenômeno em desenvolvimento do século XX, são poucos os dados oficiais que documentam essa trajetória. A partir dos anos de 1980 algumas iniciativas do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), merecem destaque (<http://www.cebrid.epm.br/index.php>).

de importação e exportação). Outros termos como “polícia\_federal”, “pam” “am”, “aeroporto”, “rot+er” (rota), “producao”, “refino” e “apreendida” são, também, bastante importantes.

Classe: 4 (Produtos de importação e exportação) Q<sup>2</sup>: 42,00 \*ed\_540 \*dec\_1 \*ano\_1979  
ali, entao, foi #encontrada a #maior #quantidade de #cocaina jamais #apreendida de uma so vez #no #brasil \_ o #recorde #anterior era de 10 #quilos \_ e avaliada em 36 #milhoes de #cruzeiros.

Classe: 4 (Produtos de importação e exportação) Q<sup>2</sup>: 33,99 \*ed\_1261 \*dec\_3 \*ano\_1992  
o #volume de maconha #apreendida #atualmente #no #brasil #caiu para #menos da metade das 23 #toneladas de 1988. ja a #quantidade de #cocaina confiscada nao para de crescer.

O novo papel de destaque do Brasil no comércio internacional de drogas seria oficializado pelo Relatório Anual sobre Controle Internacional de Narcóticos apresentado no Congresso americano pelo então presidente Bill Clinton em 1993, onde o país fora apresentado como maior canal de distribuição de drogas colombianas (Arbex Jr. & Tognolli, 2004). Tal cenário faz com que o processo de preservação da identidade social brasileira seja revisto neste ponto, na medida em que, o agente negativo/ameaçador não tem mais como estar presente apenas fora do grupo, não podem mais ser representadas como externas ao Brasil, presentes em outros países. Assim, o mecanismo de proteção grupal, se volta para os grupos internos. Em nosso país, a ameaça provocada pelas drogas encontra receptáculos em grupos sociais componentes da própria sociedade, o risco inicialmente relegado ao meio externo, como observado na manobra americana de externalização<sup>51</sup> do problema, aos poucos vai encontrando receptáculos internos ao Brasil<sup>52</sup>.

Como os processos de comparação e diferenciação social (Tajfel, 1983) se desenvolvem no contato entre determinados grupos, em tempos e espaço peculiares, na sociedade brasileira estes levaram a definição de novos grupos sociais como responsáveis pela disseminação e pelos riscos ocasionados pelo tráfico de drogas. É importante ressaltar que nossos resultados descrevem, também, elementos representacionais compartilhados entre os contextos brasileiro e americano. A ênfase dada pelas notícias do período (1969-1989) remete a dinâmica social presente na sociedade americana, sem descolá-la da realidade brasileira, e busca aproximar o leitor de um cenário novo e ameaçador. É no cenário estrangeiro que as notícias da época encontraram elementos representacionais para ancorar explicações para o

<sup>51</sup> Cabe mencionar que compreender as dinâmicas intergrupos presentes no interior da sociedade americana, não foram nossos objetivos, portanto, nos detivemos a discutir os elementos representacionais apresentados no conteúdo das reportagens analisadas, cabendo outras investigações para elucidar lacunas sobre o cenário americano.

<sup>52</sup> A construção de um “outro” ou o destaque a condição de “estrangeiro” como *locus* do perigo, também é determinante no cenário descrito na pesquisa de Joffe (2009).

fenômeno das drogas e seu comércio no Brasil, de maneira que são os estrangeiros os primeiros a trazer as drogas para o país, tanto em nível literal como simbólico.

O conjunto formado por Classe 3 (Leis e políticas de controle) e Classe 6 (“Drogas de classe”); Classe 4 (Produto de importação e exportação) e Classe 5 (Combate), apresentam tensões suscitadas entre diversos grupos sociais frente ao tráfico de drogas. Assim, não somente os americanos buscariam formas de lidar com o problema, o mesmo se daria no contexto nacional a partir da ativação tanto de elementos compartilhados, como de novos itens para a composição da representação social. Deste modo, podemos associar as classes acima como conjunto de classes denominadas “Drogas na fronteira”, contendo elementos sobre as relações internacionais do comércio e combate as drogas, mas também sobre o contato de grupos sociais brasileiros (principalmente atores da classe média, médicos e estudantes) com este fenômeno. A organização apresentada no dendrograma pode representar tanto a dicotomia de territórios internos e externos à sociedade brasileira, como também, a oposição entre classes pobres x classes médio-altas. Neste sentido, aplicamos aos grupos internos a mesma ordem excludente/violenta a qual fomos submetidos pelos EUA no cenário apresentado anteriormente, onde nos tornamos, junto a outros países latinos, os depositários das mazelas do tráfico de drogas para aquele país.

Partindo da principal clivagem presente em nosso *corpus* (Problema doméstico x Drogas na Fronteira, Figura 3) podemos identificar alguns dos mecanismos pelos quais determinados grupos, locais e comportamentos passam a representar o tráfico de drogas no Brasil. Inicialmente, a produção, a distribuição e o consumo de drogas foram claramente associados a dinâmicas observadas em realidades estrangeiras, mas a análise do conjunto de classes “Problema Doméstico” forneceu elementos para a compreensão de como os atores brasileiros lidaram com o fenômeno. Diante dos elementos ou grupos que foram *demonizados* (Arbex Jr. & Tognolli, 2004; Wacquant, 2008) ou responsabilizados pelo avanço do tráfico de drogas a nível global, veremos quais itens são negociados e destacados na construção do fenômeno na sociedade brasileira.

O problema aqui é o de como uma sociedade representa a si mesma e descobre em sua própria imagem uma fonte de ameaça, de contaminação e perigo. O problema então é de como a alteridade, na maior parte das vezes cuidadosamente mantida à distância, torna-se o centro das representações que uma sociedade desenvolve sobre si mesma (Jovchelovitch, 2000, p.136).

Certamente, os posicionamentos americanos influenciaram as discussões, como acentuado pelo próprio conteúdo da revista *Veja* (1969-2010), ainda assim, algumas diferenças podem ser observadas nas dinâmicas que tem por referência o cenário brasileiro, a

partir do momento em que o objeto social não pôde mais ser negado, ou atribuído ao estrangeiro. Os grupos sociais teriam de negociar as respostas às perguntas: Quem usa drogas no Brasil? Quem trafica drogas? Onde? Por quê?

Apresentar o panorama americano se fez necessário, porque este se impõe de forma marcante nos textos analisados, que se configuram a partir do diálogo com a pauta internacional de notícias, e desta forma, a apreensão destes contornos ajuda-nos a compreender os mecanismos pelos quais, a sociedade brasileira pôde elaborar um novo fenômeno. A diferenciação dos territórios interno e externo se deu de forma a organizar a interpretação dos dados que compõe o campo representacional, não tendo sido planejada anteriormente. A construção seletiva e a focalização de determinados elementos que circulam nas conversações do senso comum fazem parte do processo de construção das RS e são nítidos na análise dos dados no decorrer da história. Ao mesmo tempo, que priorizar a pauta internacional, contribuiu para o reforçamento de idéias de distância e proteção em relação à ameaça (drogas/tráfico), a construção de narrativas sobre a aproximação e em alguns casos, a invasão de nossas fronteiras, fomenta novas negociações simbólicas acerca do objeto social.

Também na descrição da realidade brasileira os discursos autorizados de especialistas, nacionais ou não, se unem para dar respostas à sociedade. São leituras da realidade que não partem da experiência vivida, mas da investigação criteriosa e científica, e, portanto, conhecimentos valorizados e dominantes (Coimbra, 2001b).

A transformação de um conhecimento científico (universo reificado) para o universo do senso comum foi umas das principais preocupações de Moscovici, em sua obra inaugural. No entanto, como comentado por Clémence, Green e Courvoisier (2012) esta operação de ajustamento entre os campos de saber científico e popular, não é priorizada pelas pesquisas atuais de representações sociais. A maioria dos trabalhos enfoca outros objetos sociais, que não as descobertas científicas. Apesar disso, o valor da reflexão sobre a relação entre os universos consensual e reificado, pode ser prontamente resgatado quando retomamos os mecanismos de ancoragem dos objetos sociais.

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição. [...] Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação à prévios encontros e paradigmas. (Moscovici, 2009, pp.54-55)

Coimbra (2001b, pp.46-47) situa a presença de especialistas nos meios de comunicação de massa, desde o século XIX, produzindo “falas autorizadas” ou “falas

competentes” sobre inúmeros assuntos. Estes representantes do saber técnico-científico são convidados a prescrever condutas sociais, impactando a todos, mas principalmente as classes subalternas que não si reconhecem nestes conhecimentos, e passam a menosprezar a capacidade própria de decisão, tendo suas vozes silenciadas no registro da história oficial<sup>53</sup>.

### 5.2.1 Teorias sobre o risco: juventude, vício e subversão

A ampliação das pesquisas e a acumulação de conhecimentos técnico-científicos sobre os efeitos das drogas e suas repercussões sociais e econômicas, são apresentadas em matérias, cada vez mais detalhadas, e contribuem na construção de estereótipos e grupos marginalizados ao longo da história brasileira. A comunicação social é uma amálgama de saberes em constante negociação, conhecimentos são valorizados e ignorados pelos grupos sociais em diferentes momentos, e assim, o universo científico e o senso comum se retroalimentam. Neste sentido, segundo Jodelet (2001) as representações sociais encontram-se “ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e a esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos” (p.21). O risco provocado pelas drogas, cientificamente conhecidas por seus malefícios, seria o primeiro elemento a aproximar a realidade do tráfico de drogas ao contexto brasileiro.

Classe: 6 (Drogas de Classe) Q<sup>2</sup>: 33,99 \*ed\_1175 \*dec\_3 \*ano\_1991

e comum um #viciado em cocaína ficar noites #seguidas sem dormir. amizades quando um #adolescente começa a #usar #**drogas**, ele se afasta dos antigos amigos e passa a cultivar #novas amizades, com #pessoas que #tambem #usam #drogas.

A figura do drogado, imagem que materializa a submissão e marginalidade frente às drogas, não é nova para a humanidade, seu lugar existe desde a antiguidade, sendo inclusive valorizado em algumas sociedades (Escohotado, 1998), ou também, como símbolo de uma cultura alternativa (Araújo, 2012). A Classe 6 (“Drogas de classe”) apresenta trechos de reportagens que tratam do uso, consumo ou vício das drogas, nota-se que nem sempre o lugar

---

<sup>53</sup> Chauí (1980) situa os processos pelos quais a história é contada pela ótica dos vencedores, ou seja, grupos dominantes que acabam por impor sua versão dos fatos, silenciando os demais.



de drogado ou “viciado” era facilmente categorizado pelo grupo social, e em alguns momentos não são encontrados substratos consensuais na comparação social:

Classe: 6 (Drogas de Classe) Q<sup>2</sup>: 40,99 \*ed\_82 \*dec\_1 \*ano\_1970

foi a #grande moda dos barbituricos, as pilulas para dormir que ate 1961 podiam ser #vendidos sem receita #medica. #embora possa ate matar e crie #dependencia, o barbiturico comparado a #heroína, por #exemplo, tem #efeitos muito menos deleterios e \_ quem dele fazia #uso constante nem era #considerado como #viciado.

Diferentemente do ocorrido nos EUA, Velho (1999) pontua que no Brasil, a imagem do drogado é içada do imaginário social durante a ditadura militar (1964-1985) e em associação com atitudes de contestação política e revolta juvenil frente ao regime, associando e metaforizando o comunismo com as drogas, numa tentativa de marginalizar a ação política contestadora ao regime .

Classe : 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 24,99 \*ed\_82 \*dec\_1 \*ano\_1970

que superam no terreno da toxicologia, com #enorme eficacia, #toda a pejorativa riqueza da dialetica hegeliano\_marxista. assim como marx e lenin chamaram a #religio de o #opio do povo, por desvia\_lo das lutas de #classe, o comunismo estaria usando as #drogas como #opios da #classe media.

A partir do conceito de “categoria de acusação”, Velho (1999, p.57) revela como as dimensões do drogado e do subversivo formam uma amálgama que encontra na doença mental seu aporte explicativo. A função destas categorias de acusação seriam demarcar as fronteiras entre os grupos e diminuir as dificuldades no contato social, fornecendo explicações ou visões de mundo sobre determinados elementos. Segundo Velho (1999) subversivos e drogados são em conjunto, indivíduos desviantes das normas sociais, “[...] a existência de uma ordem moral identificadora de determinada sociedade faz com que o desviante *funcione* como marco delimitador de fronteiras, símbolo diferenciador de identidade, permitindo que a sociedade se descubra, se perceba pelo que não é ou pelo que não quer ser” (p.59).

No Brasil, a categoria “subversivo” esteve fortemente associada às classes médias (Almeida e Weis, 1998), jovens estudantes que se configurariam como grupos opositores do regime militar brasileiro, caracterizados como rebeldes, influenciados por idéias estrangeiras de inspiração socialista, violentos e contestadores (Velho, 1999), portanto, traidores de moral questionável, capazes de contaminar outros jovens. Nota-se, neste caso, uma desumanização da categoria, que de lócus de contestação política passa a foco de contaminação, a ser erradicado em uma alusão higienista. Em relação ao drogado, Velho (1999) aponta o caminho oposto, uma categoria basicamente moral e médica é elevada à dimensão política. “O fato de

os acusados serem *moralmente nocivos* segundo o discurso oficial, pois têm hábitos e costumes desviantes, acaba por transformá-los em ameaça ao *status quo*, logo em problema político” (Velho, 1999, p.60).

A droga deixa a juventude vulnerável a ideologias externas e por isso, se torna possível a associação entre drogados e subversivos. Enquanto o primeiro traz a dimensão da doença como definição, no segundo caso, a justificativa da patologia pode ser utilizada ou não a partir de diferentes contextos, em alguns casos como elemento de diminuição da responsabilidade do jovem sobre seus atos. Os drogados são perigosos, pois, possuem um estilo de vida que vai contra os valores sociais tradicionais, eles ameaçam a lógica produtivista, pois se encontram incapacitados ou debilitados pelas drogas. O subversivo questiona a lógica produtiva, as normas opressoras, as regras do trabalho e as desigualdades sociais. Em ambos os casos, seja atacando diretamente ou indiretamente o sistema de produção estes atores interrogam a ordem estabelecida e, portanto, são perigosos e devem ser eliminados (Velho, 1999).

Os drogados seriam donos de um estilo de vida peculiar, fortemente ligado aos movimentos *hippie* e a ideologias estrangeiras de cunho hedonista (Velho, 1999; Menandro, Trindade & Almeida, 2010). A partir de então, os atributos característicos dos drogados passariam a ser definidos, uma vez que, o usuário ou consumidor de drogas não é qualquer um, possui características comportamentais que sustentem sua categorização. As UCE apresentadas abaixo, revelam alguns dos traços sutis do refinado processo de objetivação que materializou idéias antes abstratas sobre os grupos vulneráveis aos riscos das drogas:

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 24,99 \*ed\_82 \*dec\_1 \*ano\_1970

#tambem #perigosa e a #maconha, pelas mesmas razoes. diz clovis martins: a gravidade do abuso de #drogas pela juventude esta justamente nisso: o #crescimento mental e sumamente comprometido.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 39,00 \*ed\_1175 \*dec\_3 \*ano\_1991

escola a maioria dos #usuarios de #drogas tem #notas #baixas. o desinteresse pelos #estudos #pode ser um sintoma de #perigo, mas e preciso cautela. diante da chatice de muitas escolas, os #estudantes nao tem a menor #vontade de cumprir os deveres de casa \_ sem estar sob #efeito de nenhum #tipo de #droga.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 27,99 \*ed\_2140 \*dec\_4 \*ano\_2009

o #perigo ronda a escola os #professores cio pais alertam: #cada vez mais, o #consumo e ate o ira fico de #drogas se #dao dentro dos muros da escola.

Os trechos acima demonstram como a categoria jovens/estudantes foi sendo, ao longo das décadas, identificada como grupo representante do uso das drogas, que em casos

específicos, como nas classes pobres, pode inclusive introduzir as atividades de tráfico. Na década de 1970, o uso associa-se a categoria estudante, pois a representação social deste grupo (Menandro, Trindade & Almeida, 2010) trazia elementos ligados ao uso, tais como rebeldia, contestação da ordem política, insubordinação. Na descrição de Menandro, Trindade e Almeida (2010) sobre as idéias de juventude no período de 1968 a 1974, apresentadas em reportagens da revista *Veja*, as autoras apresentaram a forte associação entre estudantes e militância política, que se opõe a conteúdos que descrevem os jovens como descompromissados. Os estudantes da época, vindos das classes médias, lutavam pela mudança social e questionavam o regime político autoritário que governava o país através de ações públicas e protestos, devido a este poder de transformação os jovens são encarados como a esperança para o futuro do país.

Nos trechos referentes aos anos de 1991 e 2009, apresentados acima, notamos que o perigo das drogas passa a localizar-se na instituição/local escola, o que é favorecido pela associação com a representação de adolescente, ou seja, aquele em crise identitária, em desenvolvimento, inacabado, que precisa de reconhecimento e pode ser influenciado. Estes elementos foram apontados por Menandro, Trindade e Almeida (2010) em sua descrição da representação social de adolescente/juventude, estando fortemente associados às reportagens do período de 1996 a 2002, onde a temática do consumo de drogas aparece vinculado à estes seres vulneráveis, que encontram-se perdidos em sua transição para a vida adulta, cabendo a família controlá-los e orientando-os. Os adolescentes<sup>54</sup> são encarados como seres estranhos aos adultos, sujeitos em construção, com potencial para o desenvolvimento, mas também influenciáveis e em risco, e diante deste desconhecimento, os pais buscam o auxílio de saberes psicológicos e pedagógicos sobre esta etapa da vida, de forma a facilitar o convívio com os adolescentes, e assim, conhecimentos que naturalizam características negativas dos mesmos são propagados. Neste período histórico, portanto, aos poucos foi sendo delimitado um conjunto de práticas vinculadas, de forma especial, à juventude e aos estudantes que apontariam um risco potencial frente às drogas. Em 1991 encontramos inclusive uma matéria de capa da revista *Veja* que enfoca esta temática (Figura 5).

---

<sup>54</sup> Vários estudos no campo da Psicologia o adolescente como ser em crise, em período de moratória psicossocial, sendo um ser em potencial, mas obrigado a esperar a idade adulta, onde conquistará recursos para usufruir dos bens da sociedade de consumo capitalistas. Para uma revisão, consultar Cuvello (2004).



Figura 5. Matéria de Capa da Edição 1175 (27/03/1991)

Quando os estudantes/juventude passaram a ser identificados como fonte do perigo das drogas estava instalada uma primeira feição para os traficantes de drogas em potencial.

Classe: 6 (Drogas de classe) Q<sup>2</sup>: 14,00 \*ed\_1175 \*dec\_3 \*ano\_1991

sao raros, mas #existem casos de pequenos traficantes que sao otimos #alunos. habitos o #uso de #drogas provoca repentinas mudancas na rotina do #adolescente. se ele era caseiro, por #exemplo, toma\_se distante da familia. frequentemente #chega em casa levemente embriagado \_ uma estrategia para disfarcar os sintomas provocados pela #droga \_ e costuma trocar o dia pela noite.

Neste sentido, em sua pesquisa com estudantes de escolas públicas e privadas, Cuvello (2004) encontrou alguns elementos compartilhados entre os grupos sobre a representação social do “viciado” em drogas, como responsável individual pelo uso, pessoas que buscam fugir dos problemas por serem fracas. Há, no entanto, uma diferenciação entre as classes pobres e médias, em que o usuário de drogas das classes pobres é visto como violento e causador de violência, já os jovens de classe média são vistos como pessoas que se excederam e por isso, merecem cuidado ou tratamento. Nossos resultados corroboram os aspectos levantados por Cuvello (2004), uma vez que o drogado apresentado na Classe 6 (“Drogas de Classe”) está submetido ao **perigo** (Q<sup>2</sup>: 71,79) da **dependência** (Q<sup>2</sup>: 129,88), por isso, enquanto usuário deve ser tratado e protegido, ao contrário do traficante que deve ser exterminado, uma vez que é o responsável por influenciar a classe média juvenil ao consumo.

Além disso, o jovem da classe média é apresentado pelas reportagens como consumidor ou usuário de drogas, em detrimento de termos com maior carga negativa como

“viciado” apresentado por Cuvello (2004). Desta forma, este grupo de jovens dispõe de recursos financeiros para a compra de determinadas substâncias entorpecentes, que se diferenciam das utilizadas entre as classes desfavorecidas. Como mencionado anteriormente, o próprio nome atribuído a classe 6 (Drogas de classe), revela esta condição peculiar à classe média. As drogas consumidas por esse grupo possuem preços considerados inacessíveis às pessoas de baixa renda. O fator socioeconômico parece, portanto, ser um dos mais importantes, na separação entre as categorias de: consumidores de drogas; consumidores que traficam drogas; e traficantes de drogas.

Assim, não seriam todos os estudantes de classe média àqueles que passariam do consumo ao comércio de drogas, havia outros atributos a serem destacados na composição da representação social do traficante de drogas na sociedade brasileira. Estes atributos compõem principalmente a Classe 1 (“Envolvidos”), a Classe 2 (Depoimentos vividos) e a Classe 7 (Favelas e prisões). Neste sentido, é importante observar que apesar de alguns relatos de usuários que também traficam, a ênfase dada está nos relatos sobre o comércio de drogas.

De forma semelhante ao contexto americano, onde os jovens das classes favorecidas, usuários de drogas, não foram identificados como grupos perigos para a sociedade, as classes médias brasileiras, apesar de terem tido contato com estas substâncias ao longo da história, como destacado por Velho (1999) e Menandro, Trindade e Almeida (2010), os jovens das classes médias não são apresentados pelas reportagens como responsáveis pelo perigo do tráfico de drogas. Como mencionamos anteriormente, a revista *Veja* apresenta conteúdos produzidos e em circulação nas classes dominantes, e neste sentido, como mecanismo de proteção para a identidade do grupo, o perigo do tráfico de drogas deve ser depositado em grupos externos. Nossos resultados apontam um cenário onde os **perigos** das drogas, são trazidos por agentes externos para a classe média, vitimizada neste processo. Neste sentido, fatores positivos para a identidade social das classes pobres, tais como, o menor número de usuários, não encontram espaço pra serem difundidos, uma vez que os saberes dominantes são construídos por atores das classes favorecidas. São pouquíssimos os exemplos de reportagens que trazem elementos contrastantes, que criticam a vitimização da classe média e apontam para sua participação ativa no panorama das drogas no Brasil, onde o consumo possa ser encarado como parte da engrenagem que movimenta o tráfico de drogas:

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 21,99 \*ed\_1602 \*dec\_3 \*ano\_1999

**#mas** e importante tambem que se deixe de **#lado** a hipocrisia. o **#consumidor** macico de droga **#nao** **#esta** no morro. e **#preciso** que a **#sociedade** que se inquieta com o traficante **#entenda** que, quando **#teme** o traficante **#mas** **#quer** a droga, **#esta** criando urna relacao impossivel.

O trecho acima representa as poucas passagens do *corpus* onde há uma tentativa de adequação do novo objeto a realidade do grupo social, sendo que o grupo próprio também recebe alguma responsabilidade no contato com as drogas. Este tipo de comunicação pode ser associada ao sistema de propagação, onde a mensagem prioriza a harmonização ou adaptação de um novo objeto ao conjunto de valores estruturados de um determinado grupo social, “mensagens produzidas por membros de um grupo se dirigem ao seu próprio grupo” (Vala, 2004, p.476), transmitindo informações claras que possam ser utilizadas por outros membros.

As dicotomias observadas revelaram oposições econômicas e comportamentais, diferenciando agentes e vítimas do tráfico de drogas. O conteúdo da Classe 3 (Leis e políticas de controle) nos fornece alguns elementos sobre as objetivações que materializaram o fenômeno ameaçador no Brasil, e que garantem a proteção das classes dominantes, frente ao perigo do tráfico de drogas. Trazer elementos de contraste para a discussão, revelando aspectos críticos ou negativos para o grupo próprio, são passagens que vão contra o princípio de valorização endogrupal (Tajfel, 1983), e desta forma, ocorrem em número reduzido, pois testam a visão de mundo do grupo próprio:

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 18,00 \*ed\_1435 \*dec\_3 \*ano\_1996

a-partir-da tipificacao americana, dividiu\_se o #mundo em maus e #bons. maus #sao #os traficantes. #bons #os #**consumidores**, vitimas indefesas. e por que #essa divisao? eis a #resposta: #porque a #**politica** vigente de combate as, drogas #esta impregnada de preconceitos de classe e de raca.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 16,99 \*ed\_1435 \*dec\_3 \*ano\_1996

agora se #quer anular as penas #para #os #**consumidores**, conservando\_as #para #os traficantes. traduzido em miudos, #isso #quer #dizer: pau no criouleu, #**mas** nos #**nossos** amigos, parentes ou filhos #**nao** ousem tocar.

Classe: 3 (Leis e políticas de controle) Q<sup>2</sup>: 19,99\*ed\_1778 \*dec\_4 \*ano\_2002

mais #simples #porque #**nao** e #tao poderoso. e mais complicada #porque e #muito difundido e se dissemina entre #os pobres.

Se o tráfico de drogas é o catalisador do perigo potencial das drogas, seus mensageiros são grupos específicos, repetindo-se uma visão dicotômica já observada no âmbito internacional da questão: de um lado estão pobres, negros e traficantes; e de outro, ricos, brancos e consumidores. Estamos no Brasil acostumados a estabelecer para as diferenças sociais, substratos impregnados de preconceitos de classe/raça, mascarados por mecanismos ideológicos que invisibilizam sua presença e mantém a aparência de unidade social (Chauí, 1980). Desta forma, o pobre (malandro, ladrão, marginal, sujo etc.) carrega a culpa e a responsabilidade pelas mazelas sociais que acometem a classe média, constituindo uma

categoria segregada, mas integrada e funcional para a dinâmica social (L. Souza, 2004; Sawaia, 2008). Esta é a violência moral que a categoria vivencia, pois é colocada no lugar de total exclusão do reconhecimento de seu pertencimento social, sendo assim, incluídos em ações de cidadania ou políticas assistenciais que pretendem na maior parte das vezes, ensinar aos pobres como “podem” ser incluídos. De maneira que, as políticas públicas acabam por voltar-se contra os pobres, potencialmente ou diretamente, vinculados ao tráfico e aos traficantes de drogas, sob os quais as práticas violentas de coação são autorizadas em nome da ordem social (Chauí, 1980; Coimbra, 2001b).

L. Souza (2005) descreve as categorias sociais que no decorrer da história da sociedade brasileira foram sendo associadas a atributos negativos e que representariam um perigo a identidade dos grupos sociais privilegiados ou dominantes. Neste sentido, um grupo só pode se constituir diante da oposição a outra categoria que represente o “não-ser”, o outro. Um exemplo desta dinâmica se dá durante os anos 1970, quando o Estado repressivo encontrou justificativas para utilizar de força e violência no combate aos grupos “subversivos”, em sua maioria estudantes, representantes da ameaça comunista à ordem política estabelecida, tais ações instrumentalizaram as práticas que se mantiveram após regime autoritário.

Durante a década de 1970, as matérias jornalísticas destacam a atuação paralela de grupos de militares, tendo ou não a anuência do Estado, que configuraram ações de extermínio a criminosos, delinquentes e perseguidos políticos, em vários pontos do território nacional. Ações essas instituídas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), na qual vários grupos de militares e/ou civis, por meio dos “esquadrões da morte” atuaram em importantes capitais do país, promovendo o extermínio de cidadãos, em uma caçada “higienista”, pela eliminação de indesejáveis (políticos ou criminosos que naquele momento não eram considerados como iguais) (Guerra, 2012).

Em depoimento aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, o ex-delegado civil do Departamento de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS-ES), Cláudio Guerra, agente destacado nas ações de extermínio ocorridas durante a ditadura militar, revelou detalhes da estrutura organizacional do Estado repressivo, que levaram a morte de grande número de pessoas “indesejáveis” social e/ou politicamente. Demonstra assim, que sua função era a de eliminar subversivos, ao contrário de outros militares cujas práticas eram a

tortura ou mesmo os atentados<sup>55</sup>. Guerra foi responsável direto por grande número de mortes, que segundo ele, substituíam as práticas de tortura fortemente atacadas pela mídia, e não deixavam rastros (Guerra, 2012). No que tange ao período de ditadura, somente agora, mais de quinze anos após a reabertura democrática, depoimentos como esse começam a dar dimensão ao cenário de morte durante o regime militar que permaneceram invisibilizadas na história oficial (Chauí, 1980).

As reportagens do período (1969-1985) apresentam depoimentos de policiais civis e militares que relatam as ligações entre o Esquadrão da Morte e autoridades judiciais, que ordenariam a morte de indesejáveis, perseguidos políticos ou bandidos, com destaque para os envolvidos com o tráfico de tóxicos e o jogo do bicho.

Classe : 1 (Envolvidos) Q<sup>2</sup>: 7,99 \*ed\_68 \*dec\_1 \*ano\_1969

hoje apenas mais #um #morto #na lista do que se convencionou chamar #**esquadrao\_da\_morte**. uma entidade abstrata como instituicao, mas concreta #em #suas acoes que se traduziram nos #corpos de marginais picotados pelas balas e #depois abandonados a beira de uma #estrada, #num matagal.

Na busca por matérias de capa, detalhada na sessão Resultados, encontramos dois exemplares que mencionavam o Esquadrão da Morte (Figura 6), em ambos os casos, o esquadrão da morte e o contexto da justiça se encontram. No contexto da ditadura militar, com a sociedade ainda sob os fortes efeitos do Ato Institucional N.5, o trabalho de investigação e condenação de militares, foi amplamente dificultado. Neste cenário, destaca-se a atuação do promotor Hélio Bicudo (Matéria de capa Edição 152 de 04/08/1971), que empreendeu investigações sobre o esquadrão e seus líderes.

---

<sup>55</sup> Os atentados foram práticas cometidas pelos militares para incriminar como terroristas, os integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pretendendo desmoralizá-los e prolongar a vida do regime ditatorial (Guerra, 2012).





Figura 6. Matérias de Capa. Edição 99 (29/07/1970) e Edição 152 (04/08/1971).

Logo após o fim da ditadura militar, algumas reportagens destacaram a figura do delegado civil do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, Sérgio Fernando Paranhos Fleury, este “chegou a receber a medalha do pacificador, dada pelo exército, e um diploma de amigo da marinha, condecoração da pasta naval. Herói do regime do AI-5, Fleury<sup>56</sup> ganhou a condição de personalidade inatacável, graças a seu empenho na caça de opositores do governo, que eram submetidos a torturas nos porões do aparelho de repressão.” (Edição 1030, de 01 de junho de 1988). Tido como um dos principais líderes do Esquadrão da Morte promovia a proteção de traficantes nos conflitos entre grupos rivais. Condecorado e acusado de crimes, as reportagens apontam a situação inusitada na qual se encontrava o agente do Estado:

Classe: 1 (Envolvidos) Q2: 9,00\*ed\_1030 \*dec\_2 \*ano\_1988

**#acusado** de **#envolvimento** com quadrilhas que promoviam o tráfico de drogas, fleury **#parecia** ostentar uma situação privilegiada, daquelas que transformam uma pessoa **#numa** fortaleza de impunidade. **#foi** entao que, no rastro de **#investigacoes** a respeito do **#esquadrao da #morte**, o procurador helio bicudo deu com o **#assassinato** de **#um** bandido **#chamado** nego **#sete \_ dali**, chegou **#em** fleury.

<sup>56</sup> Guerra (2012) revela em seu depoimento que a trajetória de Fleury acabou tornando-o um perigo para a comunidade de militares. Fleury não respeitava ordens de seus superiores e agia autonomamente nas práticas de tortura e extermínio, de maneira que se tornou um homem rico e famoso que lucrava com as ações criminosas. Deste modo, o grupo de militares ao qual Fleury pertencia, acabou planejando e executando sua morte, ocorrida em 1º de maio de 1979. Tendo sido dopado, os militares forjaram seu afogamento. A revista *Veja* de 9 de maio de 1979 apresenta a morte de Fleury como acidental, fato que apesar das suspeitas e dúvidas dos familiares, mantinha-se como versão oficial do acontecido, modificando-se apenas com o depoimento de Cláudio Guerra.

Como destacado por Coimbra (2001a) o Esquadrão da Morte possuía estreita ligação com a polícia política, muitas vezes suas ações se associavam na eliminação dos perseguidos políticos que eram contestadores da ordem política. Algumas lideranças de esquadrão da morte e polícia política eram compartilhadas, como no caso do Delegado Fleury em São Paulo, ou associadas como no caso do Delegado do DOPS do Espírito Santo, Cláudio Guerra, que além de ligações com a Scuderie Le cocq, protegia, favorecia e se beneficiava com o jogo do bicho (Guerra, 2012).

A Scuderie Le Cocq objetivava eliminar bandidos, iniciando suas atividades com a perseguição ao assassino do detetive Milton Lecocq, morto em uma troca de tiros quando dava proteção a um ponto de jogo do bicho. O grupo espalhou-se pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, com destacada atuação no período do regime Militar, mas que instrumentalizou a atuação dos grupos de milícias<sup>57</sup> que surgiram posteriormente. Seu surgimento é narrado em um dos trechos das reportagens analisadas:

**Classe: 1 (Envolvidos) Q<sup>2</sup>: 7,99 \*ed\_1038 \*dec\_2 \*ano\_1988**

a #morte do detetive inspirou a criação da scuderie le\_cocq, que traria as letras e. m. no #seu emblema. mais tarde, se entenderia que e. m. #eram iniciais carregadas de significado, quando o #esquadrão da #morte #começou a deixar #mortos pelas vizinhanças do rio\_de\_janeiro.

Ao longo das décadas vários grupos são nomeados nas reportagens como braços do Esquadrão da Morte em diferentes estados e regiões. Uma das reportagens sobre o **Esquadrão da Morte** (Q<sup>2</sup>do termo: 37,66), trazia o título de “Esquadrão do tóxico” (Edição 585, de 21 de novembro de 1979), em alusão ao vínculo entre traficantes e policiais. A atuação de policiais estaria ligada aos traficantes, na oferta de “serviços” de proteção e execução, na eliminação de concorrentes no comércio de drogas na cidade; e também, na cobrança de propinas que aliviariam a fiscalização de pontos de comercialização. A Classe 1 (Envolvidos) exemplifica a situação descrevendo o caso de **Vianinha** (Q<sup>2</sup>: 39,52), detetive da polícia civil, vinculado diretamente a Fleury (Guerra, 2012) e parte do esquadrão da morte fluminense, que segundo as reportagens analisadas, associou-se ao traficante **Cabeção** (Q<sup>2</sup>: 66,16), recebendo honorários em troca da eliminação de outros traficantes.

Classe : 1 Q<sup>2</sup>: 11,00 \*ed\_391 \*dec\_1 \*ano\_1976

#numa média de #um a cada dois #dias, #pelo menos quinze #cadáveres de traficantes de #tóxicos #foram #encontrados #em lugares ermos do rio. aparentemente, #um trabalho inútil, pois os

---

<sup>57</sup> Ainda hoje, as milícias (grupos de policiais corruptos) atuam de forma expressiva no universo da criminalidade violenta no Brasil: no extermínio de grupos indesejados, cobrando propinas e encobrindo atividades criminosas e traficantes, oferecendo segurança privada a moradores e comerciantes etc.

#documentos reunidos no **#inquerito** conseguiram apurar, entre outras coisas, que **#cabecao** gastava #em media 100 000 cruzeiros mensais #na distribuicao de propinas a **#policiais** coniventes.

Classe : 1 Q<sup>2</sup>: 9,00 \*ed\_585 \*dec\_1 \*ano\_1979

#esquadrao do #toxico mais #um #homem de ouro #condenado. se houver interesse, nao sera dificil punir outros por apenas #um dos quase 200 crimes de #morte #em que se envolveu #durante escassos tres #anos de chefia #na #delegacia de #toxicos do rio\_de\_janeiro, de 1972 a 1975, o **#policia**l ivonio de andrade vianna ferraz,

Classe : 1 Q<sup>2</sup>: 3,99 \*ed\_585 \*dec\_1 \*ano\_1979

sobre corrupcao e #envolvimento do **#esquadrao\_da\_morte** com o trafico de #toxicos. #em #seu #depoimento #foram denunciados 33 **#policiais** civis e **#oito** militares. entre os civis, estavam os homens de ouro lincoln monteiro e **#vianinha**, este encarregado de eliminar os desafetos do chefe da zona norte.

Os meandros dos processos de apuração e justiça são descritos no conteúdo da Classe 1 (“Envolvidos”), no entanto, o rigor da lei não incide de forma homogenia sobre todos (criminosos e policiais). As reportagens revelam que a prisão não é destinada a qualquer um, algumas pessoas encontram formas de driblar as punições da lei, denunciando o caráter ambíguo da figura do policial no sistema de justiça brasileiro. Mesmo em meio à descrição dos mecanismos de denúncia, investigação, inquérito, acusação, condenação e prisão, alguns policiais conseguem escapar de seus julgamentos. A corrupção e associação dos agentes do Estado com a criminalidade caracterizam a história do combate ao tráfico no Brasil, como apresentado por Guerra (2012). Não são raras na história recente do país, as incursões de agentes da lei no universo da criminalidade.

Em nome do combate a violência e a criminalidade, diversos inocentes que viviam nas periferias acabariam mortos em operações destes grupos de extermínio, formados por agentes do Estado, e muitas vezes com a anuência de autoridades do poder público. Segundo Evangelista (2003), em muitos casos, trocas de tiros entre policiais corruptos, milícias cobrando propinas aos bandidos, são descritas pela mídia como legítimos combates ao crime em nossas metrópoles.

Inicialmente, voltado para a perseguição de grupos subversivos, que em sua maioria vinculavam-se as classes médias, o Estado autoritário passaria a perseguir os grupos de operários que passariam a reivindicar direitos sociais e políticos, durante a década de 1980 (L. Souza, 2005). Aos poucos a ameaça foi encontrando novos depositários, que por suas características ameaçadoras (seja na esfera política, com grupos ideologicamente dissonantes; ou mesmo no cenário social, com bandidos e traficantes) permanecem sendo içados,

fomentando o surgimento de representações sociais que garantem a proteção às identidades sociais em risco, e legitimam ou autorizam práticas violentas com os grupos externos.

### 5.2.2 Teorias sobre a ameaça: pobres, favelados e subversivos

Durante o período ditatorial no Brasil podemos observar um deslocamento dos mecanismos repressivos do Estado, que com a reabertura democrática no final nos anos de 1980 encontraram na baixa criminalidade (L. Souza, 2005) os exemplares ideais para novas medidas de controle, tortura e punição, que por serem considerados socialmente como violentos e moralmente corrompidos, poderiam estar entregues aos mais variados mecanismos de violência.

Neste sentido, Zaluar (1994a) descreve em suas pesquisas, durante os anos de 1980, que era comum os relatos dos jovens, que não transitavam pela cidade sem portar a carteira de trabalho. Este documento era a única garantia que poderia inibir a violência policial durante as “revistas” nas ruas. Em meio às classes pobres, o abuso dos agentes de segurança do Estado levou a desconfiança e ao desprezo das forças policiais (Zaluar, 1994b). Já as relações com o tráfico, ainda na década 1980, transcorriam de forma quase sempre pacífica, e em alguns casos, benéfica para a comunidade, o que favoreceu o processo de construção de representações positivas para os traficantes.

As reportagens, por vezes, associam a figura de traficantes com a de Hobbin Hood, personagem mítico da cultura inglesa, que fazia justiça ao roubar dos ricos e doar aos pobres. Zaluar (1994a) descreve que em meados da década de 1980, nas favelas cariocas, o bandido possuía muitas vezes o papel de defensor ou justiceiro de seu povo, chegando a ocupar lugares legalmente eleitos em associações de moradores.

Classe : 7 (Favelas e Prisões) Q2: 36,00 \*ed\_905 \*dec\_2 \*ano\_1986

a reuniao do #bando durou o dia inteiro. a policia nao apareceu. o reino dividido #dos robin\_hood #cariocas a solidariedade #dos #moradores do #morro do juramento ao #traficante escadinha e apenas uma amostra #das aliancas entre os reis do #crime no #rio e #parte #dos #habitantes #das 410 #favelas da #cidade.

A sociedade brasileira, como fora noticiado, difundido e fomentado pela mídia de massa, produziu um abismo que separa classes abastadas e subalternas, em um processo de

segregação de grupos tidos como perigosos. Como afirma Zaluar (1994a) “Duplamente excluídos por serem ‘outros’ e por serem ‘incultos’ e ‘perigosos’, os pobres urbanos vivem, neste olhar etnocêntrico e homogeneizador, o avesso da civilização” (p.12).

Assim, a tradição pacifista e negociadora da sociedade brasileira destacada nas análises internacionais (J. Souza, 2009a; Chauí, 1980; Zaluar, 2007) não revelou grupos estrangeiros para serem segregados e responsabilizados pelo tráfico de drogas. Aqui, a exclusão se processou por outros mecanismos. “Nossos outros, os ‘pobres’, parecem ter sido vítimas da nossa pressa de marcar posições e nos distinguirmos, como elite, com marcas já purificadas do que rejeitamos como menor, inferior, inculto, tradicional e atrasado” (Zaluar, 1994a, p.35). Esta pressa é explícita pelo conteúdo da Classe 1 (Envolvidos), onde apesar da descrição do contexto da justiça, as referências à oportunidade de defesa são mínimas, não parece haver uma mobilização por julgamentos justos, mas por condenações.

As falas apresentam mudanças nas rotinas familiares, bem como, a tentativa de alguns parentes próximos, principalmente, as mães, de defender ou ajudar o envolvido. A dimensão familiar apresentada na Classe 2 (Depoimentos vividos) descreve elementos que humanizam a figura dos envolvidos com o crime e com o tráfico de drogas.

Classe: 2 (Depoimentos vividos) Q<sup>2</sup>: 32,00 \*ed\_1030 \*dec\_2 \*ano\_1988

#so voltava para #**casa** para #conseguir dinheiro. nossa #vida #virou um inferno, lembra\_se marina, sua #**mae**. eu via #meu #**filho** morrendo e nao #conseguia #fazer #nada por #**ele**.

Classe: 2 (Depoimentos vividos) Q<sup>2</sup>: 42,99\*ed\_1894 \*dec\_4 \*ano\_2005

#tentou varios negocios e fechou todos. a #**familia** dizia; #**ele** #nunca #vai dar #certo, #so da preocupacao. mas eu falava: #gente, #**voce**s nao acham que, se #ele pudesse, tambem gostaria de ter #uma profissao, uma #**mulher**, #**filhos**.

Nos trechos apresentados vemos que os filhos, maridos e amigos são identificados na posição de traficantes, e não apenas na de usuários, como ocorre nos trechos associados à Classe 6 (Drogas de Classes)<sup>58</sup>, apontando que os traficantes sofrem e causam sofrimento em função dos efeitos de suas atividades. Assim, a aproximação da figura do traficante com o uso de drogas, surge como mecanismo para diminuir a responsabilidade dos indivíduos sob seus atos, tal qual descrito por Velho (1999).

---

<sup>58</sup> Como descrito por Velho (1999) em meio às classes médias o apelo para a patologia implícita na condição de drogado, pode ou não ser acionada diante de uma situação. A identificação como usuário de drogas leva a um abrandamento da pena, mas esta opção não é apresentada a todos. Muitas vezes o direito de defesa não é considerado quanto ao jovem pobre, a autoridade policial julga o destino da substância ilícita, não pela quantidade apreendida, mas pelo conjunto dos atributos sociais e econômicos do denunciado) (Zaluar, 2004).

Classe : 2 Q<sup>2</sup>: 19,99 \*ed\_1859 \*dec\_4 \*ano\_2004

**#voce #tinha #uma #familia** estruturada e um bom padrao de #vida. por que #virou traficante? quando as coisas comecaram a acontecer, #era o #fim da decada de 80 e o uso de drogas #era quase #uma moda.

O conteúdo das Classes 1 (Envolvidos) e 2 (Depoimentos vividos) apresentam respectivamente os atores e as falas dos “envolvidos” com o tráfico de drogas, ou pessoas próximas a estes, passando por policiais e criminosos, cenário onde o tráfico parece estabelecer rotinas cotidianas de ação. A associação entre as dimensões do uso de drogas e da criminalidade são acessadas para enlaçar novos elementos representacionais sobre o tráfico de drogas.

Se os laços familiares parecem humanizar os criminosos, amenizando os processos de “demonização” e “desumanização” (Wacquant, 2008), próprios da construção seletiva implicada na objetivação dos fenômenos; ocorre também a naturalização da associação do contexto de pobreza com a criminalidade. Em suas pesquisas realizadas na década de 1980 em uma favela carioca, Zaluar (1994a) constata:

O noticiário policial, então já não comportava todas as notícias sobre a crescente criminalidade na cidade do Rio de Janeiro se espalhava por outras folhas, anunciando-se às vezes em manchetes de primeira página. O teor dessas notícias era claramente sensacionalista: a criminalidade incontida, a violência cada vez maior cometida durante os assaltos, o clima de guerra em que estavam envolvidos os bairros pobres onde atuavam quadrilhas de traficantes de tóxicos. (Zaluar, 1994a, p. 13)

Cada vez mais a associação entre criminalidade e pobreza é afirmada, construindo preconceitos e estereótipos. Assim, segundo Zaluar (1994a), a favela passa a representar o protótipo da desorganização, descivilização e criminalidade, considerado pela opinião pública e meios de comunicação como “antro de perigosos criminosos, assassinos em potencial, traficantes de tóxicos, etc.” (Zaluar, 1994a, p.10).

Classe : 7 (Favelas e prisões) Q<sup>2</sup>: 33,99 \*ed\_1850 \*dec\_4 \*ano\_2004

o adensamento #das #favelas e atualmente um #dos maiores problemas com os quais deparam os #moradores #das #capitais brasileiras. ele provoca a piora #das #condicoes sanitarias, a #dificuldade na realizacao #dos #servicos #publicos e a impossibilidade de garantir a #seguranca diante da #presenca de #grupos #armados.

Da mesma forma que o conteúdo da Classe 3 (Leis e políticas de controle), na Classe 7 (Favelas e Prisões) o conteúdo das reportagens utilizam a modalidade de comunicação propaganda (Moscovici, 2012), para descrever a relação entre os grupos sociais, fortalecendo a lógica de conflito e uma visão clivada da realidade (Ordaz e Vala, 2000), protegendo o grupo próprio e fomentando a intolerância do grupo de fora (Tajfel, 1982).

Neste sentido, a reflexão de Wacquant (2008) sobre a composição dos guetos americanos, “aparelho socioespacial de segmentação e de controle social” (p.9) parece ser relevante para compreendermos a função desempenhada por segmentos segregados dentro da organização social brasileira. Os processos de “demonização” e “descivilização” dos guetos (Wacquant, 2008, p.33) surgem como mecanismos interligados que legitimam o “abandono urbano” e a “contenção penal” dos negros americanos. Neste sentido, o autor conclui que a composição dos guetos tem por função a manutenção da ordem social, sendo legitimada pelo Estado, quando este diminui sua atuação nestes contextos, deixando de caracterizar-se como Estado Providência e reafirmando-se como Estado Penal.

A proposição do conceito de gueto implica que a pobreza pode ou não estar presente em sua constituição. Apesar de ser uma característica freqüente, não é determinante para a caracterização. Além disso, nem todo processo de segregação é visto pelo autor como fruto de uma guetoização – criação de um gueto –, pois nem todo gueto é segregado. Desta forma, Wacquant (2008) critica a associação entre favela e gueto, citando o caso brasileiro. O argumento do autor revela as vicissitudes da composição dos guetos, que não se ligam exclusivamente a condição socioeconômica, tal qual podemos ver no exemplo americano a questão racial é basilar para as relações que se estabelecem entre seus atores e também em relação a sociedade mais ampla. Diante deste exemplo, uma leitura superficial poderia recair na associação entre guetos e bairros étnicos, mas o autor esclarece:

o bairro de imigrantes e o gueto exercem duas funções diametralmente opostas: o primeiro é um trampolim para *assimilação* por meio do aprendizado cultural e da mobilidade sócioespacial; o segundo é um “pavilhão” de isolamento material e simbólico, direcionado para a *dissimilação*. O primeiro pode ser representado pela figura da ponte, o segundo pela do muro. (Wacquant, 2008, p.88)

As diferenciações propostas por Wacquant (2008), no sentido, de caracterizar o conceito de gueto, nos ajudam a compreender que os processos de exclusão ou segregação impostos nestes cenários, revelam relações intergrupos, que como apresentado nos trabalhos de Tajfel (1982, 1983), representam o alicerce da definição de identidades sociais. Neste sentido, apesar da crítica de Wacquant (2008) à associação entre guetos e favelas no Brasil, os elementos representacionais vislumbrados na análise do conteúdo da revista *Veja* parecem fornecer substrato para embasar a associação entre as favelas brasileiras e o termo gueto. A favela brasileira, e em especial, a favela carioca, representa em nossa análise o principal termo associado à Classe 7 (Favelas e prisões) sendo a mais expressivas entre as palavras plenas indicadas na metodologia ALCESTE, se compararmos os valores de  $\chi^2$ . Os textos

jornalísticos dão conta de modos de vida diferenciados que se fortalecem e criam um espaço paralelo, regido por leis peculiares/particulares e dotado de manifestações culturais e comportamentais específicas, há um afastamento e enrijecimento das fronteiras da sociedade mais ampla, que parece remeter a dimensão de separação implicada no conceito de gueto, uma separação que ao mesmo tempo restringe o contato social, mas preserva a existência do grupo segregado.

No imaginário nacional a condição de pobreza foi aos poucos sendo associada a criminalidade, que encontrou seu protótipo<sup>59</sup> na **favela** (Q<sup>2</sup>: 540,79) **carioca** (Q<sup>2</sup>: 99,68). Os principais termos reduzidos associados à Classe 7 (Favelas e Prisões) são: **favela**, **morro** (Q<sup>2</sup>: 225,65), **morador** (Q<sup>2</sup>: 220,35) e **bandido** (Q<sup>2</sup>: 216,84). Sabendo que a medida de qui-quadrado (Khi<sup>2</sup>) refere-se à ocorrência diferenciada daquela palavra naquele contexto, podemos inferir que este grupo de palavras é bastante representativo de um aspecto importante da representação social do tráfico no Brasil.

Classe : 7 (Favelas e prisões) Q<sup>2</sup>: 36,00 \*ed\_905 \*dec\_2 \*ano\_1986

a reuniao do #bando durou o dia inteiro. a policia nao apareceu. o reino dividido #dos robin\_hood #cariocas a solidariedade #dos #moradores do #morro do juramento ao #traficante escadinha e apenas uma amostra #das aliancas entre os reis do #crime no #rio e #parte #dos #habitantes #das 410 #favelas da #cidade.

Os mundos lexicais<sup>60</sup> apontados na análise ALCESTE, não escolhidos aleatoriamente, são embasados no fundamento teórico de que diferentes representações apresentam formas distintas de comunicação e, portanto, universos lexicais díspares (Oliveira, Gomes & Marques, 2005). Se a favela foi eleita o *locus* da pobreza, e seus moradores considerados bandidos de fato ou em potencial, os depositários do crime foram localizados, e a representação pode justificar as medidas de controle e violência as quais os pobres devem estar submetidos em prol do bem-estar social e do combate ao tráfico no Brasil.

Jovchelovitch (2000) destaca que com o fim do regime militar no Brasil, aos poucos o envolvimento com tóxicos foi ganhando cada vez mais espaço na pauta jornalística, assim, com um novo elemento de risco no cenário social, os militares puderam manter seu lugar social, como os guardiões da ordem, que passava na década de 1990, a ser ameaçada pela crescente violência e criminalidade.

<sup>59</sup> São citados vários exemplares de favelas cariocas: Rocinha, Dona Marta, Alemão, Borel.

<sup>60</sup> Conceito criado por Reinert como parte da base teórica que subsidia a metodologia ALCESTE (Oliveira, Gomes & Marques, 2005).



Nas páginas de reportagens da década de 1990 e 2000 são encontrados variados registros de operações militares nas favelas, os “territórios da pobreza” (Coimbra, 2001b, p.82), antros de miseráveis e signatários de mazelas sociais. No Brasil, estes territórios encontram-se profundamente associados ao contexto urbano, reflexo de cidades que cresceram desordenadamente, e passaram a não oferecer aos seus moradores recursos para a manutenção da qualidade de vida, estando submetidos a condições degradantes (Coimbra, 2001b). Estas baixas condições de vida não são peculiaridades das cidades brasileiras, sendo apontadas pela autora como efeito do próprio sistema econômico capitalista que concentra a riqueza em uma minoria, enquanto submete grandes contingências de pessoas a miséria.

Além dos territórios da pobreza também eram configuradas as “classes perigosas” (Coimbra, 2001b, p.88) formada por todos aqueles que estivessem fora do mercado de trabalho.

[...] considerados "viciosos", por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecida pelo capitalismo – e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais, vadios. Representam um "perigo social" que deve ser erradicado; justificam-se, assim, as medidas coercitivas, já que são criminosos em potencial. (Coimbra, 2001b, p. 91)

Em nota a edição brasileira de uma de suas obras, Wacquant (2001) descreve a influência do período da ditadura militar como etapa de nossa história que logrou o surgimento de uma “ditadura sobre os pobres” (p.10), ou seja, uma organização social que mina o acesso do sujeito aos direitos sociais básicos e acaba por contê-lo com o uso da força policial. O período de ditadura vivenciado no Brasil disseminou valores autoritários, influenciando as coletividades a associarem o respeito e a defesa dos direitos humanos como “tolerância à *bandidagem*” (p.10). Neste sentido, Caldeira (1991) situa que com a redemocratização os direitos humanos sofreram uma valorização negativa, estando na discussão pós-ditadura identificados como “privilégios de bandidos” (p.162), sendo combatidos pelos cidadãos de bem, assim, em sua pesquisa realizada no estado de São Paulo, foi possível verificar uma transformação na noção de direitos que antes se estendia a todos os direitos básicos da sociedade em geral, e que nos últimos anos passou a remeter exclusivamente ao contexto prisional, tendo em vista sua utilização nas reivindicações por direitos humanos para presos comuns em condições precárias, como a sociedade em geral desumaniza os presos comuns (pobres e bandidos), logo a noção de direitos humanos passou a ser combatida como privilégio à infratores.

Classe: 7 (Favelas e Prisões) Q2: 36,00 \*ed\_2163 \*dec\_4 \*ano\_2010

a decisao do #estado de retomar o #controle #das #favelas #cariocas rompe com a logica da complacencia e da frouxidado com a bandidagem, que contaminou as politicas de #seguranca #publica do #rio #nas ultimas decadas.

Neste sentido, estaria neste período da história do Brasil (o regime militar) a centelha para a atuação covarde de nossos militares frente às classes pobres? Segundo Coimbra (2001a) as raízes da tortura e da atuação violenta do Estado, frente às classes subalternas, não nascem no período de ditadura militar, mas nesta etapa encontram um cenário propício a sua exacerbação. A autora resgata as origens da atuação violenta do Estado brasileiro na sociedade escravocrata, que fundamentada no pensamento científico da época, justificava a inferioridade do negro e os riscos da miscigenação, tais como os argumentos encontrados na obra de Nina Ribeiro e no próprio darwinismo, em sua vertente social.

Coimbra (2001b) descreve o processo de criminalização da pobreza, citando as teses científicas eugênicas e higienistas que a partir do século XIX, começam a embasar a discriminação das classes subalternas, tais como: Paul Broca (1824-1880) e Cesare Lombroso (1835-1909), que através da antropomorfia encontraram “substratos” para a criminalização de alguns estratos da população, os chamados “bandidos de nascença” (p.85). Estes pressupostos também embasaram práticas higienistas, principalmente nos contextos urbanos. Durante o século XX foram implantadas na cidade do Rio de Janeiro políticas de urbanização que visavam a extirpação dos territórios de pobres, com a realocação das populações dos morros cariocas (Coimbra 2001b; Zaluar, 1994a). Estes conhecimentos, ainda hoje<sup>61</sup>, participam do processo de ancoragem de novos saberes estando na base de representações atuais sobre a inferioridade de alguns grupos sociais, que por isso são desumanizados, devendo ser eliminados. Muitos destes argumentos permanecem sendo atualizados no campo da ciência (Tavares & Menandro, 2004) ganhando novas roupagens, no campo da neurogenética com o determinismo de cromossomos e genes, por exemplo.

As classes dominantes produziram ao longo da história representações sociais sobre a pobreza que acabaram sendo aceitas pelos pobres, que passaram a se reconhecerem como inferiores por serem incapazes de se inserirem no mercado de trabalho (Coimbra, 2001b), afinal na sociedade capitalista, apenas os que obtêm êxito na negociação de sua força de trabalho merecem o respeito enquanto cidadãos.

Na medida em que a “construção social”, diferenciada por classes sociais, dos requisitos e pressuposto do mérito individual é tornada “invisível” [...] a dominação social moderna, tão injusta

---

<sup>61</sup> Vide Anexo C.

nesse aspecto quanto as dominações pré-modernas baseadas no sangue, pode se legitimar precisamente pela “aparência” de justiça. Esse padrão de legitimação da dominação social e política modernas não afeta apenas a “ralé” brasileira [...]. Ela abrange todas as classes sociais, inclusive as privilegiadas [...] sofrem os efeitos de uma dominação impessoal e sem sujeito que envolve a todos (J. Souza, 2009b, p.388-389).

Segundo J. Souza (2009a, 2009b) o esforço próprio é disseminado pelo capitalismo, a fim de que todos confiem na lógica liberalista de oportunidades iguais, que acaba por responsabilizar a cada indivíduo por seu sucesso, desta forma, mascaram-se as desigualdades sociais e mantém-se a motivação das massas no esforço de inserção na lógica de trabalho dominante.

Neste sentido, Chauí (1980) apresenta os mecanismos ideológicos que camuflam a violência cometida pelo estado frente aos indesejáveis. Defendida pelas classes dominantes, a violência cometida em nome da manutenção da ordem social, implantou-se como forma de perseguição aos “indesejáveis”. Esta violência, não deixaria mais de se impor nas práticas policiais no Brasil, mesmo com o fim da ditadura militar. Ainda hoje, muitos dos policiais condenados por crimes de violência e abusos, alegam estar agindo em defesa do estrito cumprimento do dever, em nome dos bons costumes e da proteção dos valores de nossa sociedade. Desta forma, a violência policial contra os pobres é fortalecida pelo autoritarismo de base, e

inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a "subversão interna" se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apóia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os "selvagens" e os "cultos", que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem (Wacquant, 2001, p.9)

Seguindo este mesmo enfoque Coimbra (2001b) problematiza como a Doutrina de Segurança Nacional<sup>62</sup> vigente no período de ditadura militar, deixaria reflexos que continuam a tipificar a atuação policial frente às classes pobres. Em nome da seguridade e segurança dos cidadãos das classes dominantes o uso da força é legitimado e usado indiscriminadamente, levando por vezes a ações militarizadas em prol da soberania nacional:

Classe: 7 (Favelas e Prisões) Q2: 29,00 \*ed\_2163 \*dec\_4 \*ano\_2010

---

<sup>62</sup> Segundo Coimbra (2001b) a partir de 1950 a Doutrina de Segurança Nacional que até então primava pela proteção de nossas fronteiras territoriais, ganha uma releitura que passaria a vigorar durante o regime militar brasileiro. Assim, focaliza os “inimigos internos” (p.202) ou “forças internas de agitação” (p.205), grupos ideologicamente contrários ao Regime.

a liberdade chega aos **#morros** a conquista do território. as bandeiras hasteadas no **#borel**: vitória contra a tirania do tráfico. a maior operação já feita pela polícia do **#rio** para tirar **#favelas** do **#controle #dos #bandidos** mostra o valor da **#inteligencia** e do método no combate ao **#crime** ao fincar a bandeira do Brasil e a do **#batalhao** de **#operacoes #especiais**, **#bope**,

### 5.2.3 Teorias sobre o terror: as prisões e o crime organizado

O panorama atual do tráfico de drogas no Brasil, com altos índices de crimes violentos vinculados a essa realidade, serve de justificativa para estruturação de verdadeiras operações de guerra contra o tráfico, como é destacado em uma matéria de capa da revista *Veja*, Edição 2193 (01/12/2010) (Figura 2). Os morros estariam, portanto, dominados por forças contrárias ao Estado, em poder de agentes do crime organizado. A existência de organizações criminosas em atividade no Brasil não é consensual entre os estudiosos de criminologia (Zaffaroni, 1996; Karam, 1996), apesar de ser amplamente divulgada pela mídia de massa.

Trabalhando com esses fantasmas do mal definido fenômeno da chamada criminalidade organizada, estes setores da esquerda apressam-se em identificá-lo – como o discurso dominante – na atuação dos varejistas do comércio das drogas ilícitas estabelecidos nas favelas cariocas, embora quem foi acostumado a ter na prática o critério da verdade talvez devesse prestar mais atenção a sinalização que vem da realidade, dando conta das constantes disputas por pontos de venda, a melhor sugerir uma certa desorganização em tal atividade (Karam, 1996, p.84).

Os conteúdos vinculados a Classe 7 (Favelas e prisões), fortemente característicos da última década que compõe a análise, os anos 2000, apresentam estruturas bastante complexas da realidade do tráfico de drogas no Brasil. Fala-se em facções e organizações criminosas que controlam as atividades do tráfico de drogas para além das favelas, emanado seu poder de dentro dos presídios (Khi2:85,17). Nos presídios a lógica de corrupção policial, que associa agentes da lei e do crime, utiliza as mesmas dinâmicas de relações do lado externo (Tavares, 2006), “a prisão consegue a ordem tolerando a desordem” (Tavares e Menandro, 2004, p.92).

Classe: 7 (Favelas e prisões) Q2: 26,00\* ed\_1965 \*dec\_4 \*ano\_2006

quando a **#corrupcao** não **#funciona**, os **#lideres** do **#pcc** recorrem a **#intimidacao** e a **#violencia**. **#funcionarios #dos #presidios** e até **#detentos** que se recusam a colaborar com a **#faccão** **#criminosa** passam a ser perseguidos.

Classe: 7 (Favelas e prisões) Q2: 24,00 \*ed\_1957 \*dec\_4 \*ano\_2006

no início, os paulistas estabeleceram uma joint venture com os **#cariocas** do **#comando** **#vermelho**, **#faccão** que domina a maior **#parte** **#dos** **#pontos\_de\_venda** de drogas **#nas** **#favelas** do **#rio**.

Classe: 7 (Favelas e prisões) Q2: 24,00 \*ed\_1957 \*dec\_4 \*ano\_2006

quem **#faz** **#parte** dele: **#criminosos** presos e libertos. especialistas afirmam que a **#faccão** conta **#hoje** com 6000 associados \_ **#bandidos** que pagam a **#organizacao** mensalidades que variam de 50 a 500 **#reais**.

Do contexto do banditismo (Zaluar, 1994a, 1994b) para o crime organizado transcorreram poucos anos da história recente do país<sup>63</sup>. O bandido carioca aos poucos se desprende da figura do malandro pobre e passou a estar mais próximo do traficante internacional. Essa passagem é ilustrada na Figura 2. A imagem do grande traficante de drogas primeiramente é forjada fora do cenário brasileiro com o traficante colombiano Pablo Escobar, sua rendição é matéria de capa da Edição 1188 (26/06/1991). Já no contexto brasileiro, outra matéria de capa (Edição 1769, de 18/09/2002) revela a insubordinação do traficante Fernando Beira-Mar, que mantém o comando de atividades criminosas mesmo estando dentro do sistema prisional, inclusive negociações internacionais de carregamentos de drogas (Araújo, 2012).

Mais uma vez o caráter prescritivo, próprio dos sistemas de comunicação de propaganda, que focaliza a influência sob as condutas, ganha as páginas do semanário analisado na Matéria de Capa da Edição 1965 (19/06/2006) (Figura 7).



Figura 7. Matéria de Capa da Edição 1965 (19/06/2006)

<sup>63</sup> No anexo A são apresentados mapas de rotas e atividades do tráfico de drogas no Brasil, com exemplos do período inicial da análise (1970) até a década de 2000. Onde se observou a inexistência de grandes variações na delimitação dos territórios de risco, aqueles habitados por classes perigosas, antes dominados pela baixa criminalidade e agora sob domínio de facções criminosas.

Tanto o Primeiro Comando da Capital (PCC)<sup>64</sup> originado em São Paulo; quanto o Comando Vermelho do Rio de Janeiro, atuam segundo as reportagens, com influência em âmbito nacional, e “entranhados” no sistema penitenciário brasileiro. Além das favelas, as penitenciárias surgem como *locus* para os “perigosos”. A organização dos grupos de criminosos materializa o medo da população, que passa a ter motivos para duvidar do poder do Estado em coibir as ações criminosas. Ao caracterizar as lideranças e entrevistá-las a mídia fornece mais elementos para a construção de verdadeiros monstros. Fala-se da crueldade dos julgamentos impostos pelos chefões do crime e de seu poder que emana de dentro das prisões, corrompendo agentes da lei, em uma dinâmica que está na sociedade brasileira de forma vertical e horizontal (Chauí, 1980). Com isso fomenta-se o desrespeito aos direitos humanos e a configuração de prisões punitivas, assim atualiza-se a lógica de extermínio, onde “bandido bom é bandido morto<sup>65</sup>” (Guerra, 2012, p.128). “Os meios de comunicação apresentam à população o risco ao qual está sujeita, emanado da instituição prisional, uma vez que ela não cumpre eficazmente seu desejado papel de formar um cordão de isolamento em torno da ‘anomalias sociais’” (Tavares & Menandro, 2004, p.90).

Neste caso, como exposto por Wacquant (2008) as prisões devem cumprir o papel de materializar a metáfora imposta pelos guetos, segregando atrás de muros reais as populações indesejadas. Por isso, a prisão é vista como continuidade do gueto, sua população é uma extensão do primeiro. A prisão não apenas contém a miséria, mas é um aparelho de regulação da mesma. A função das prisões é “substituir o gueto como instrumento de encerramento de uma população considerada tanto desviante e perigosa como supérflua, no plano econômico” Wacquant (2001, p.98). No entanto, segundo as reportagens, esta função das prisões não é cumprida, pelo contrário, são os “escritórios” para a articulação de crimes que serão cometidos por outros no meio externo. As facções criminosas encontraram nas prisões formas de ampliar sua influência sobre o contingente de criminosos, e também, mecanismos para manter sua influência sobre o meio externo. São os chefões que mandam prender, matar e negociar. Algumas reportagens incluem: fugas de líderes destes grupos organizados; descrição da execução de inimigos; mortes de cidadãos comuns; e também, a necessidade de ampliação das medidas de segurança para o isolamento de lideranças.

---

<sup>64</sup> O Anexo A traz um mapa de atuação da facção criminosa, Edição 1976 - 04/10/2006, “Franquias do crime”. Acionando a imagem do cenário corporativo ou empresarial como elemento que compõe a representação social. As estruturas organizacionais/empresariais do tráfico de drogas são apresentadas por autores como Araújo (2012), Rodrigues (2002a), Zaluar (1998) e Lessing (2008).

<sup>65</sup> Lema da Scuderie Le Cocq, grupo de policiais e civis que promoveram o extermínio dos grupos considerados indesejáveis pelo regime militar brasileiro (Guerra, 2001).

Neste sentido, Coimbra (2001b), Wacquant (1999), L. Souza (2004) e Sawaia (2008) destacam as formas pelas quais a organização social é mantida, conservando as parcelas segregadas integradas ao funcionamento da sociedade. A prisão é um importante exemplo deste mecanismo de integração perversa, uma vez que é mantida enquanto reservatório de criminosos, “apartados” temporariamente da sociedade (Wacquant, 2001). Apenas os bandidos pobres com baixa hierarquia nas organizações criminosas (Lessing, 2008) são os que sofrem os efeitos negativos deste afastamento da sociedade, pois não gozam de influência para corromper agentes de segurança e garantir regalias, estando submetidos a condições precárias de sobrevivência.

Ainda assim, essas condições precárias não são estranhas à grande maioria dos usuários do sistema. As classes pobres estariam constantemente submetidas às mazelas sociais e a toda sorte de condições precárias de vida. Deste modo, estariam mais ajustadas ao cotidiano prisional. Quando a mídia divulga este perfil dos presidiários contribui para a propagação de estereótipos de criminosos, como vinculados às classes pobres. Através das representações sociais de criminoso são justificadas práticas de violência e desumanização, uma vez que por serem bandidos não há nada o que se possa fazer a não ser trancafiá-los, preferencialmente em um ambiente que detenha condições piores do que a vida em liberdade (Tavares & Menandro, 2004; Tavares, 2006).

Historicamente, é durante o século XVI que a prisão ganha seu espaço nas sociedades ocidentais, quando não era mais possível exterminar ou punir fisicamente seus infratores. Ideologicamente, buscava além da punição ou penitência pela falta cometida, a possibilidade de arrependimento e reintegração do infrator, “a punição é legítima para o próprio bem do réu, para que ele possa se curar. Houve, por assim dizer, uma união do ato que pune com aquele que trata, como se fossem duas faces de uma moeda” (Tavares, 2006, p.39). No entanto, as precárias condições de higiene e lotação das penitenciárias brasileiras são apontadas pelos estudiosos como principal impedimento para o processo educativo que a reclusão de liberdade poderia significar.

Quando o Estado e o sistema de justiça se fazem incisivos sob os grupos de criminosos (factualmente ou potencialmente) levando-os à inserção no sistema carcerário, as condições sociais são mantidas (Tavares & Menandro, 2004; Wacquant, 2001), ou seja, as massas delinquentes são invisibilizadas pelo encarceramento, e a sensação de segurança pode ser mantida entre as classes favorecidas. A falta de perspectivas de reinserção garante que a condição de presidiário seja uma marca permanente, que apenas intensificará a precariedade das condições sociais vivenciadas, ou seja, as mesmas condições excludentes da sociedade

acompanham toda a trajetória do sujeito, mantendo-se intactas e precárias antes, durante e após a experiência de cárcere (Tavares, 2006). Desta forma,

As prisões brasileiras funcionam como mecanismo de oficialização da exclusão que já paira sobre os detentos, como um atestado de exclusão com firma reconhecida. Dizemos isso não só considerando o estado de precariedade atual das prisões, mas também o estado de precariedade em que se encontram os indivíduos antes do encarceramento – em sua maioria, provenientes de grupos marcados pela exclusão (Tavares & Menandro, 2004, p.86).

Neste sentido, as motivações que produzem a exclusão de determinados grupos em meio à sociedade, não são aleatórias (L. Souza, 2005). “Os grupos já excluídos, em função de etnia, sexualidade ou situação econômica, por exemplo, são candidatos potenciais, e serão “escolhidos” dependendo do jogo de interesses sociais circulantes” (L. Souza, 2005, p.134). No entanto, como mencionado por J. Souza (2009b), as classes dominantes, em nossa sociedade as classes médias e altas, não compõem um grupo maquiavélico que se reúne para tramar o mal-estar das classes subalternas, todos os grupos estão de alguma forma submetidos às ideologias que circulam na realidade. Estas ideologias, por sua vez, naturalizam representações, práticas e condutas que deixam de ser questionadas levando a manutenção do *status quo* (Chauí, 1980).

### **5.3 A ciência psicológica e os processos de exclusão social**

Diante das questões tratadas, cabe refletir sobre o papel que a ciência psicológica exerce na manutenção das ideologias dominantes, que impactam os conhecimentos produzidos, ocupando um papel de retro-alimentação do senso comum. Bock (2009); Camino e Ismael (2004) refletem sobre o papel ambíguo da psicologia na naturalização de concepções sobre o ser humano e nas relações de exclusão estabelecidas entre os grupos sociais. Estes autores denunciam o conhecimento psicológico como historicamente submetido aos interesses dominantes, contribuindo para a ocultação das desigualdades sociais e de acesso à oportunidades. Quando a psicologia aceita o discurso liberal, que é base da economia capitalista, acaba postulando justificativas científicas que embasam a “ideologia do esforço próprio” (Bock, 2009, p.25), grande responsável pela assimilação por parte da classe trabalhadora de princípios em que o sucesso ou fracasso profissional, por exemplo, é de responsabilidade individual, nada tendo a ver com as condições sociais.



Nas sociedades pós-modernas o conhecimento científico é valorizado enquanto fonte de explicações gerais sobre os objetos sociais, formulando saberes reconhecidos enquanto verdade (Coimbra, 2001b). São estes conhecimentos, inclusive os resultados de investigações no campo da psicologia, que alimentaram e novamente levam a construção de saberes populares e científicos. Nossos resultados revelam que a construção das representações sociais sobre o tráfico de drogas, encontram-se em constante negociação com os saberes científicos sobre o uso e os efeitos das drogas. O objeto tráfico de drogas tornou-se relevante socialmente, na medida em que os efeitos nocivos das drogas (tanto em relação à saúde individual, como em termos de economia paralela, insubordinada às leis e impostos) passam a ser conhecidos, e o tráfico começou a ser encarado como amplo catalisador dos males produzidos pela disseminação das drogas em nossa sociedade.

Como destacado por De Alba (2004) o conceito de mundo lexical, permite o resgate da dimensão das ancoragens e objetivações, cruciais para compreendermos como os pressupostos do ALCESTE são coerentes com a pesquisa de RS. A dimensão dos mundos lexicais se encontra entranhada nas experiências individuais dos sujeitos, e também nas formas de conhecimento tradicionais e científicas presentes em uma sociedade. As sete classes apontadas na análise do *corpus* desta pesquisa revelaram que conteúdos lexicais fortemente significativos para determinadas décadas, encontram-se fortemente relacionados com outros conteúdos característicos de períodos anteriores, fornecendo elementos essenciais para o quadro geral que apresentamos, e revelando as negociações que se dão entre a esfera científica e do senso comum na construção da realidade social.

Cada uma das classes apresentadas em nosso dendrograma dá conta de mundos lexicais que expressam diferentes aspectos das representações sociais que se organizam ao longo de mais de quarenta anos de construção. Ainda que nossa metodologia não possibilite o mapeamento de conteúdos nucleares ou periféricos (Abric, 2000) da representação social, os conteúdos apresentados, estão em constante negociação com a realidade social, revelando a flexibilidade e adaptabilidade própria às RS. Através deste estudo, pudemos conhecer mais que o conteúdo de uma representação social, nós nos aproximamos das formas como grupos sociais organizam suas visões de mundo, lidando com o desconhecido e com o medo provocado por fenômenos ameaçadores.

Desta forma, através da apresentação dos conteúdos das classes e de suas relações, nossa pesquisa pôde descrever diferentes aspectos de um mesmo fenômeno, o tráfico de drogas. Os elementos que compõem as RS bordejam o consumo de drogas; os efeitos individuais e sociais das drogas; a violência, a ameaça e o combate ao tráfico de drogas; e

seus contextos e personagens. Estes elementos irão se organizar em torno de dois eixos estruturais, que organizam e apresentam dinâmicas identitárias próprias das relações intergrupais que negociam a construção da RS.

A composição do campo representacional denuncia a repetição de padrões de segregação entre grupos dominantes e subalternos, em que se destacam: norte-americanos e latino-americanos; consumidores e traficantes; vítimas e bandidos; classes médias e classes baixas. Estas separações, fruto dos processos de categorização, comparação e diferenciação social (Tajfel, 1982, 1983) podem conduzir a relações intergrupais de solidariedade, mas também de violência. Esta ambigüidade se deve a dimensão de grupo – enquanto pertencimento psicológico, representado por múltiplas pertenças em constante mutação (Tajfel, 1983) – que abrirá brechas para identificações com grupos marginais. Portanto, as relações de categorização não necessariamente são separatistas ou excludentes, o reconhecimento da alteridade é próprio da dinâmica psicossocial, sem a qual seríamos apenas uma massa indiferenciada de indivíduos (L. Souza, 2004).

Para o enriquecimento do campo representacional foram necessários fundamentos do conhecimento científico, político e histórico acumulados no senso comum, que serviram como base para o processo de ancoragem dos saberes populares produzidos acerca do consumo e comércio de drogas ao longo da história, e apresentados no conteúdo da revista *Veja*. Desta forma, o novo objeto social precisou ser objetivado em determinados grupos sociais da realidade social brasileira, como forma de proteger os grupos sociais dominantes. “A grande novidade, o assustador, é a vizinhança, é a proximidade de *nós* - habitantes de zonas ‘nobres’ - desses ‘perigosos’. É a sua presença tão perto das elites” (Coimbra, 2001b, p.128, grifo da autora).

Quando o tráfico de drogas é concebido como “coisa de pobre” – classe social que é ao mesmo tempo integrada e segregada da dinâmica social mais ampla (L. Souza, 2004; Sawaia, 2008) – os consumidores da classe média e alta se mantêm a salvo da crítica social. São os pobres, porque “perigosos” (Coimbra, 2001b), que podem e precisam ser exterminados, e, neste sentido, o papel dos meios de comunicação no surgimento e na disseminação de estereótipos merece destaque. Assim, ao longo das décadas o processo de objetivação possibilitou a construção de um núcleo figurativo, que fornece ícones sobre o tráfico de drogas, materializando-o e tornando-o natural em nosso cotidiano. Este processo deixa claro que há grupos, locais e personagens específicos vinculados a realidade do tráfico de drogas.

O conhecimento que as pessoas têm sobre grupos que podem ser alvo de projeção é construído tanto por memórias coletivas, como pelas teorias que circulam na comunidade científica, nos meios de comunicação de massa e nas conversações do dia-a-dia. [...] Ainda que diferentes grupos, em uma sociedade, tenham diferentes ‘depositários’ para acusar, a ideologia dominante da sociedade tende a propagar imagens de alguns grupos específicos como seu ‘outro’ total (Joffe, 1994/2009, pp.315-316).

Desta forma, o conhecimento social produzido sobre o tráfico de drogas parece compor dois conjuntos de elementos em constante negociação, que reproduzem a mesma lógica de organização. Assim, o tráfico é a nível global um fenômeno vinculado às regiões periféricas do mundo e a nível local é representado como “coisa de pobre”, das periferias das grandes cidades. Com certeza, a proibição do uso de drogas e conseqüente, definição do comércio de drogas ilícitas como atividade criminosa, é elemento básico para a representação, pois possibilita a aproximação desta atividade ao conjunto de crimes já conhecidos. Ainda assim, não se trata de um crime qualquer, envolve mercadorias específicas capazes de “corromper”, e por isso, é uma fonte de risco social e à saúde da população. Seu consumo é, portanto, atividade arriscada/prejudicial, podendo levar ao prazer ou a dependência, e neste sentido, o uso de drogas é o primeiro universo que negocia a composição de idéias sobre o tráfico de drogas. Quando o uso é diferenciado do tráfico de drogas, são sustentados mecanismos de proteção do grupo próprio, uma vez que nossa sociedade propõe o tratamento aos usuários e prisão aos traficantes. Por isso o número de reportagens que implicam as classes dominantes no processo de contato com as drogas é mínimo, pois revela uma zona de contraste que testa a estrutura da representação social. Neste sentido, compreendemos que a mídia é importante instrumento de disseminação de versões dos fatos sociais, contribuindo para a construção do reservatório de significados atribuídos ao fenômeno, materializando personagens marginalizados e sem controle, que assolam o imaginário social e se tornam elementos fundamentais para a construção, manutenção e difusão de representações sociais sobre o tráfico de drogas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao problematizar o papel da mídia como construtor e difusor de representações sociais, nos deparamos com estereótipos fortemente difundidos, que cristalizam importantes idéias sobre fenômenos da dinâmica social. Quando a mídia testemunha e participa da construção social dos objetos, estes são documentados e tornam-se reais, na medida em que, um objeto social não existe sem a presença de um observador, e a mídia efetua este papel, muitas vezes, modificando a relação dos indivíduos com a realidade, transformando, por exemplo, as percepções de tempo e espaço. Assim, podemos afirmar que os elementos destacados em nossa pesquisa são amplamente difundidos a partir da perspectiva de grupo social específico, as classes favorecidas, e, portanto, trata-se de saberes amplamente valorizados pelo senso comum.

Assim, é importante reconhecer que o material analisado por esta pesquisa sofre influências políticas, ideológicas, históricas e econômicas, que marcam sua produção, e desta forma, esta pesquisa não revela saberes absolutos. O que identificamos através deste estudo são conhecimentos localizados em um grupo social específico, que apresenta sua versão da realidade e difunde idéias. Mesmo que os veículos de massa não sejam direcionados a um grupo social claramente delimitado, com certeza, sua estrutura não concebe espaço equivalente a manifestação de todos os grupos sociais de forma igualitária, e neste caso, o conhecimento é produzido a partir da perspectiva das classes dominantes.

A leitura dos resultados aponta importantes dicotomias que marcam as relações intergrupais presentes na composição das RS, diferenciando-se os contextos interno e externo às fronteiras brasileiras, caracterizando pobres e ricos; subdesenvolvidos e desenvolvidos; traficantes e usuários. O consumo e a proibição/criminalização das drogas são idéias que parecem estar na base das discussões sobre o tráfico de drogas, que se tornam socialmente relevantes apenas quando o tráfico passa a representar um catalisador dos males individuais e sociais das drogas. Foi possível compreender alguns dos mecanismos que contribuem para o surgimento e manutenção do processo de criminalização da pobreza, principal núcleo figurativo responsável pela materialização do tráfico de drogas, em um processo que busca no universo técnico-científico, elementos de sustentação para representação, e acaba por justificar as desigualdades sociais, camuflando os processos de segregação.

Neste sentido, durante o período da ditadura militar e no início da reabertura democrática, observamos que o aparato estatal que institucionalizou práticas de tortura e

perseguição contra os subversivos, distanciou-se dos movimentos de perseguição aos jovens da classe média, passando a eleger novos alvos internos para a segregação, em manobras de combate as classes subalternas. Estes mecanismos de exclusão, que integram perversamente o segregado, encontram-se encobertos por discursos e mecanismos ideológicos que visam à manutenção da organização social vigente. Ainda assim, acreditamos que este trabalho permitiu a aproximação de cenários pouco investigados, dando conta de dimensões invisibilizadas no registro da história oficial e sinalizando novos problemas de pesquisa intrinsecamente relacionados à construção da criminalização da pobreza durante o regime militar brasileiro.

O desenho metodológico utilizado possibilitou a investigação/visualização de importantes elementos das representações sociais do tráfico de drogas, revelando atravessamentos das relações intergrupos que influenciaram em sua construção ao longo das décadas. Como nosso olhar deteve-se aos principais elementos apontados pela metodologia ALCESTE, cabe frisar que o uso de outras metodologias pode revelar aspectos pouco enfatizados nesta oportunidade. Além disso, foi possível observar que cada uma das quatro décadas analisadas, possui uma configuração peculiar de elementos e relações simbólicas que podem ser aprofundados em outras investigações, ampliando o conhecimento de cenários específicos. Sendo assim, acreditamos ter contribuído para a discussão do tema, inovando em seu tratamento teórico dentro do campo da psicologia, ao utilizar a teoria das representações sociais, mas, entendemos serem necessários novos esforços de pesquisa para o enriquecimento do quadro apresentado.

## REFERÊNCIAS

- Abric, J. (2000). A abordagem Estrutural das Representações Sociais. In A. S. P. Moreira; D. C. Oliveira. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. (2a ed., pp.27-49) Goiânia: AB.
- Almeida, M. F. L. (2009). *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba.
- Almeida, M. H. T & Weis, L. (1998). Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In F. A. Novais. (Coord.). L. M. Schwarcz. (Org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (Vol. 4, pp. 320-408). São Paulo: Companhia das Letras.
- Andrade, M. A. A. (2000). A identidade como representação e a representação da identidade. In A. S. P. Moreira; D. C. Oliveira. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. (2a ed., pp.141-149) Goiânia: AB.
- Araújo, T. (2012). *Almanaque das drogas*. São Paulo: Leya.
- Arbex, J., Jr., & Tognolli, C. J. (2004). *O século do crime*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Athaíde, C., Bill, MV. (2006). *Falcão - Meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Avelino, V. P. (2010). A evolução da legislação brasileira sobre drogas. *Jus Navigandi*, 2440, 1-4. Recuperado em 20 de janeiro de 2013, de <<http://jus.com.br/revista/texto/14470>>.
- Barcinski, M. (2009). Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e Saúde coletiva*. 14(5), 1843-1853. Recuperado em 12 de novembro de 2012, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000500026&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000500026&lng=en&nrm=iso).
- Bardin, L. (2009) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Bauer, M. W. (2008) Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp.189-217). Petrópolis: Vozes.
- Bauer, M. W. & Aarts, B. (2002) A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (2. ed., pp.39-63). Petrópolis: Vozes.
- Bauer, M. W., Gaskell, G. & Allum, N. C. (2008) Qualidade, Quantidade e interesses do conhecimento. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp.17-36). Petrópolis: Vozes.

Bock, A. M. B. (2009) A psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In A. M. B. Bock, M. G. Marchina & O. Furtado (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. (4a. ed., pp.15-35).São Paulo: Cortez.

Brasil (2008). *Sistema penitenciário no Brasil – Dados Consolidados*. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Recuperado em 07 de novembro de 2012, de <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJC4D50EDBPTBRNN.htm>.

Brasil (2009). *Relatório brasileiro sobre drogas*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/ IME USP. P. C. A. V. Duarte, V. A. Stempluk & L. P. B. (Orgs.) Brasília: SENAD.

Caldeira, T. P. R. (1991, julho). Direitos humanos ou "privilégios de bandidos"? Desventuras da democratização brasileira. *Novos Estudos*. 30, 162-174.

Camino, L. & Ismael, E. (2004). A psicologia social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. In L. Souza & Z. A. Trindade (orgs). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. (pp. 43-54). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Carmo, P. S. (2001). *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

Chauí, M. (1980) A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. *Almanaque: Cadernos de literatura e Ensaio Brasiliense*. 11, 16-24.

Clémence, A., Green, E. G. T. & Courvoisier, N. (2011). Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. In A. M. O Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. (pp. 179-194). Brasília: Technopolitik.

Coimbra, C. B. M. (2001a). *A Denúncia de Tortura da Perspectiva da Pessoa Afetada*. Recuperado em 05 de fevereiro de 2013, de <<http://www.slab.uff.br/textos/texto43.pdf>>.

Coimbra, C. B. M. (2001b). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. Niterói: Intertexto.

Cruz Neto, O., Moreira, M. R. & Sucena, L. F. M. (2001). *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Cuvello, S. T. V. (2004). *Representação social de adolescentes sobre o “viciado em drogas”*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DaMatta, R. (1994). *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.

Doise, W. (2011). Sistema e Metassistema. In A. M. O Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. (pp. 123-156). Brasília: Technopolitik.

Escohotado, A. (1998). *Historia General de Las Drogas*. Madri: Editorial Espasa Calpe.

Evangelista, H. A. (2003). *Rio de Janeiro: violência, jogo do bicho e narcotráfico segundo uma interpretação*. Rio de Janeiro: Revan.

Farr, R. M. (2009). *As raízes da psicologia social moderna*. (Pedrinho Guareschi e Paulo V. Maya, trads., 8.ed., Coleção Psicologia Social). Petrópolis: Vozes.

Feffermann, M. (2006). *Vidas arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes.

França, R. O. (2011). *40 anos em revista: representações e memória social nas capas de Veja*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Fraga, P. C. P (2003). Da favela ao sertão: juventude, narcotráfico e institucionalidade. In P. C. P Fraga; J. A. S. Iulianelli. *Jovens em tempo real*. (pp.117-147). Rio de Janeiro: DP&A.

Guerra, C. (2012). *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks. (Em depoimento a M. Netto & R. Medeiros)

Grupo Abril (2011). *Perfil de leitores*. Recuperado em 6 de novembro de 2011, de <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/perfil-dos-leitores/>.

Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet. *As Representações Sociais*. (pp.17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Joffe, H. (1994/2009). “Eu não”, “o meu grupo não”: representações sociais transculturais da AIDS. In P. Guareschi; S. Jovchelovitch. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. (Coleção Psicologia Social, pp. 297-323). Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. (Coleção Psicologia Social) Petrópolis: Vozes.

Karam, M. L. (1996, 1º semestre). A esquerda punitiva. *Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1(1), 79-92.

Kronberguer, N. & Wagner, W (2008) Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp.416-441). Petrópolis: Vozes.



*Lei nº 11.343*, de 23 de agosto de 2006. (2006, 23 de agosto). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad e dá outras providências. Recuperado em 6 de novembro de 2011, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)

Lessing, B. (2008, março) As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos estudos - CEBRAP*, 80, 43-62. Recuperado em 19 de outubro de 2009, de <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100004&lng=pt&nrm=iso)>.

Menandro, M. C. S.; Trindade, Z. A. & Almeida, A. M. O. (2010). *Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos*. Vitória: GM Gráfica e Editora.

Mira, M. C. (1997). *O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril*. Tese de Doutorado, Departamento de Doutorado em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1961).

Moscovici, S. (2009). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. (Coleção Psicologia Social) Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. (Sônia Fuhrmann, trad., Coleção Psicologia Social). Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1961).

Noto, A. R. & Galduróz, J. C. F. (1999). O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. *Ciência & Saúde coletiva*, 4(1), 145-151. Recuperado em 12 de junho de 2009, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100012&lng=en&nrm=iso).

Oliveira, D. C.; Gomes, A. M. T. & Marques, S. C. (2005) Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In M. S. S. Menin & A. M. Shimizu. (Orgs.) *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas* (pp. 157-199). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Olson, D. R. (1997). *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática.

Ordaz, O. & Vala, J. (2000) Objetivação e Ancoragem das Representações Sociais do Suicídio na Imprensa Escrita. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira. *Estudos Interdisciplinares de representação social*. (pp. 87-114). Goiânia: AB.

Pedrosa, R. M. (2012). *Mulheres criminosas: representações sociais sobre mulher e crime em dois jornais populares*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Procópio Filho, A. & Vaz, A. C. (1997). O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. *Revista brasileira de política internacional*. 40 (1), 75-122. Recuperado em 11 de novembro de 2011, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291997000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100004&lng=pt&nrm=iso).

Ramos, S. & Paiva, A. (2007). *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

Rodrigues, T. (2002a) A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. *São Paulo em Perspectiva*, 16(2), 102-111. Recuperado em 11 de novembro de 2011, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392002000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000200012&lng=en&nrm=iso)>

Rodrigues, T. (2002b) Limiares. *VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais*, maio 2002 (1), 65-74. São Paulo: O Programa.

Rodrigues, T. (2003). *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo: Desatino.

Sá, C. P. (1998) *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Santana, A. (1999) A globalização do narcotráfico. *Revista brasileira de política internacional*. 42 (2), pp.99-116. Recuperado em 11 de novembro de 2011, em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291999000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000200006&lng=pt&nrm=iso)>.

Santos, M. F. S. (2000). Representação Social e Identidade. In A. S. P. Moreira; D. C. Oliveira. (orgs). *Estudos interdisciplinares de representação social*. (pp. 151-159) 2. ed. Goiânia: AB.

Sawaia. B. (2008a) Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp.7-13). Petrópolis: Vozes.

Sawaia. B. (2008b) O sofrimento ético-político como categoria da análise da dialética da exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp.99-119). Petrópolis: Vozes.

Souza, J. (2009a). A construção do mito da “brasilidade”. In J. Souza (Org.) *A ralé brasileira: quem é e como vive*. (pp.29-39, Coleção Humanistas). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Souza, J. (2009b). Conclusão - A má-fé da sociedade e a naturalização da ralé. In J. Souza (Org.) *A ralé brasileira: quem é e como vive*. (pp.385-431, Coleção Humanistas). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, Z. A. Trindade. (Orgs.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. (pp.57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Souza, L. (2005). *Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária*. In Z. Trindade & L. Souza (Eds), Anais do Simpósio Nacional de psicologia social e do desenvolvimento humano - X Encontro Nacional do PROCAD/Psicologia-CAPES. Vitória/ES. Recuperado em 19 de dezembro de 2012, de [www.simpsoedes.pro.br](http://www.simpsoedes.pro.br).

Souza, L. & Menandro, P. R. M. (2007). Pesquisa documental em psicologia: a máquina do tempo. In M. M. P. Rodrigues & P. R. M. Menandro. (Orgs.) *Lógicas Metodológicas: trajetórias de pesquisa em psicologia*. (pp. 151-174). Vitória: UFES – Programa de Pós-Graduação em Psicologia / GM Gráfica Editora.

Tajfel, H.(1982) *Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança*. In: Knoke, A, et al. *Mudança social e psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 13-24.

Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*. (Lígia Amâncio, trad., Vol. II, Coleção Horizonte de Psicologia). Lisboa: Livros Horizonte.

Takahashi, F. (2013, 06 de fevereiro). *Ex-policial torturador deu aulas por 24 anos com identidade falsa*. Folha de São Paulo [on-line]. Recuperado em 07 de fevereiro de 2013, de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/92530-ex-policial-torturador-deu-aulas-por-24-anos-com-identidade-falsa.shtml>

Tavares, G.M. (2006). *Trajetórias de vida de internos do sistema carcerário capixaba: um estudo da rede de significações do processo de encarceramento a partir de práticas discursivas*. Tese de Doutorado, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Tavares, G.M. & Menandro, P. R. M. (2004) *Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro*. *Psicologia, ciência e profissão*. 24 (2), 86-99. Recuperado em 11 de novembro de 2011, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000200010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200010&lng=pt&nrm=iso).

Trindade, Z. A, Santos, M. F. S. & Arruda, A. M. O. (2011). *Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos*. In A. M. O Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. (pp. 101-121). Brasília: Technopolitik.

Vala, J. (1996) *Representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social*. In L. Camino (org.). *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social*. (Série de Monografias em Psicologia Social). (pp. 120-159). João Pessoa: Editora Universitária.

Vala, J. (2004) *Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano*. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coord.) *Psicologia Social*. (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vargas, E. V. (2008). *Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas*. In B. C. Labate, S. Goulart, M. Fiore, E. MacRae & H. Carneiro. (Orgs.) *Drogas e cultura: novas perspectivas*. (pp. 41-54). Salvador: EDUFBA.

Velho, G. (1994) A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In A. Zaluar (org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de danos*. (pp.23-29). São Paulo: Editora Brasiliense.

Velho, G. (1999). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. (5a ed.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Zaffaroni, E. R. (1996, 1º semestre) Crime organizado: uma categorização frustrada. *Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1(1), 45-68.

Zaluar, A. (1994a). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Zaluar, A. (1994b). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan - EdUERJ.

Zaluar, A. (1998). Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In F. A. Novais. (Coord.). L. M. Schwarcz. (Org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (Vol. 4, pp. 246-318). São Paulo: Companhia das Letras.

Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Zaluar, A.(2007) Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos avançados*. 21 (61), 31-49. Recuperado em 11 de novembro de 2011, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142007000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300003&lng=en&nrm=iso).

Wagner, W. (2000) Sócio-gênese e características das Representações Sociais. In A. S. P. Moreira & D.C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. (p. 3-25). Goiânia: AB.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. (André Telles, trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Wacquant, L. (2008). *As duas faces do gueto* (P. C. Castanheira, trad.) São Paulo: Boitempo.

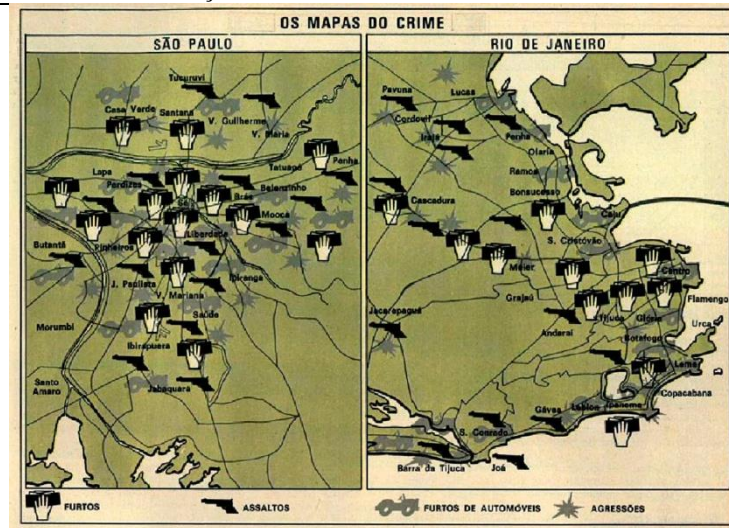
Wolff, C. S. (2007, dezembro). Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. 27(54), 19-38.

**ANEXOS**

ANEXO A – Rotas do tráfico internacional de drogas e mapas das atividades internas ao Brasil.



Edição 177 - 26/01/1972, A rota do Sul

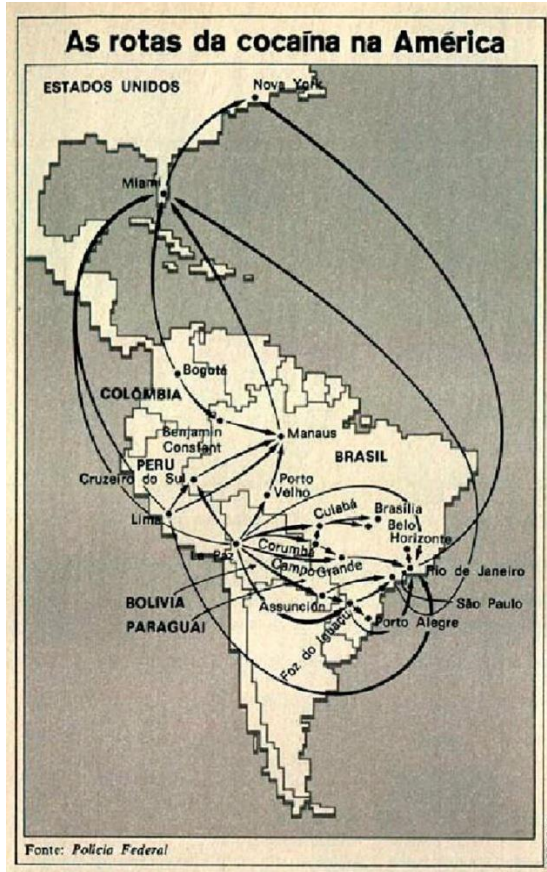


Edição 340 - 12/03/1975, Grandes cidades inseguras

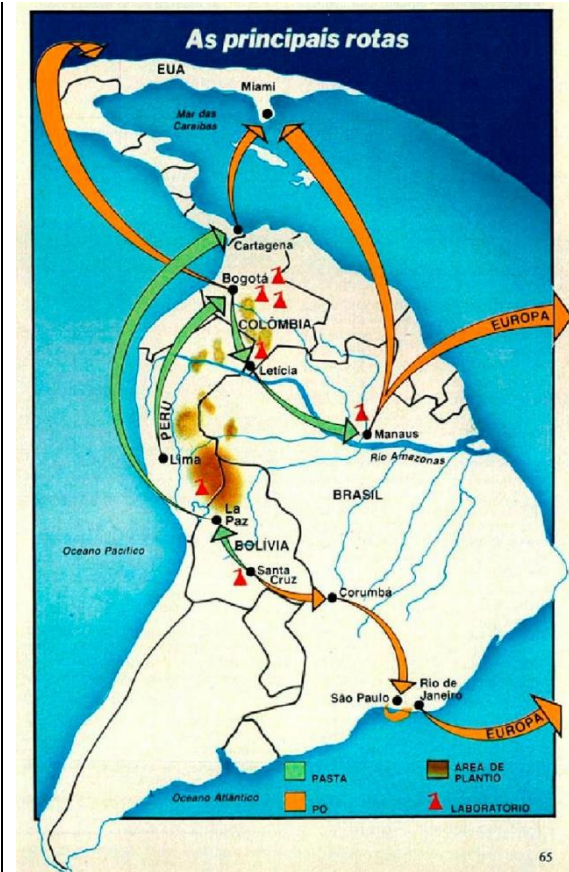


Edição 685 - 21/10/1981, Uma semana de zebras

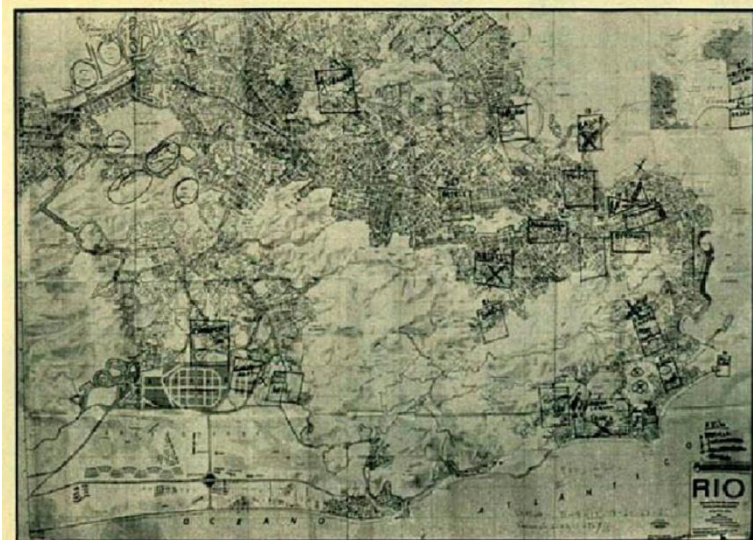




Edição 470 - 07/09/1977, A ascensão da cocaína



Edição 631 - 08/10/1980, A frente ampla do pó



No mapa desenhado por Lívio, os espaços com "X" mostram os pontos de distribuição de drogas que ele já dominava, e os quadrados em branco, os pontos que pretendia dominar

Edição 823 - 13/06/1984, O gângster da cocaína





Edição 892 - 09/10/1985, De volta á mata



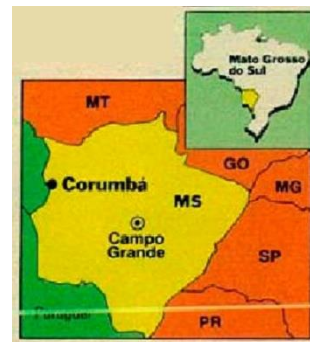
Edição 990 - 26/08/1987, A república da Rocinha



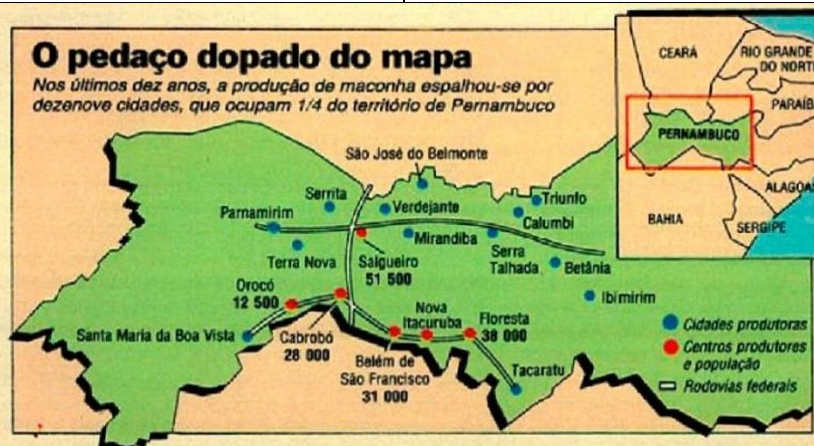
Edição 1086 - 05/07/1989, A conexão socialista



Edição 991 - 02/09/1987, A TV sobe o morro

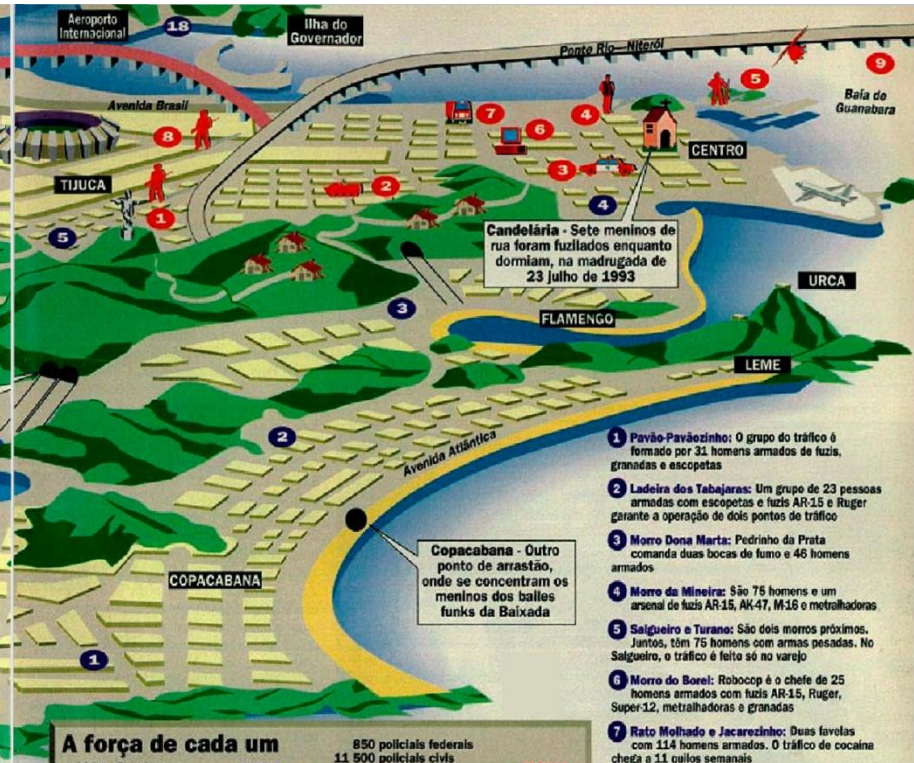
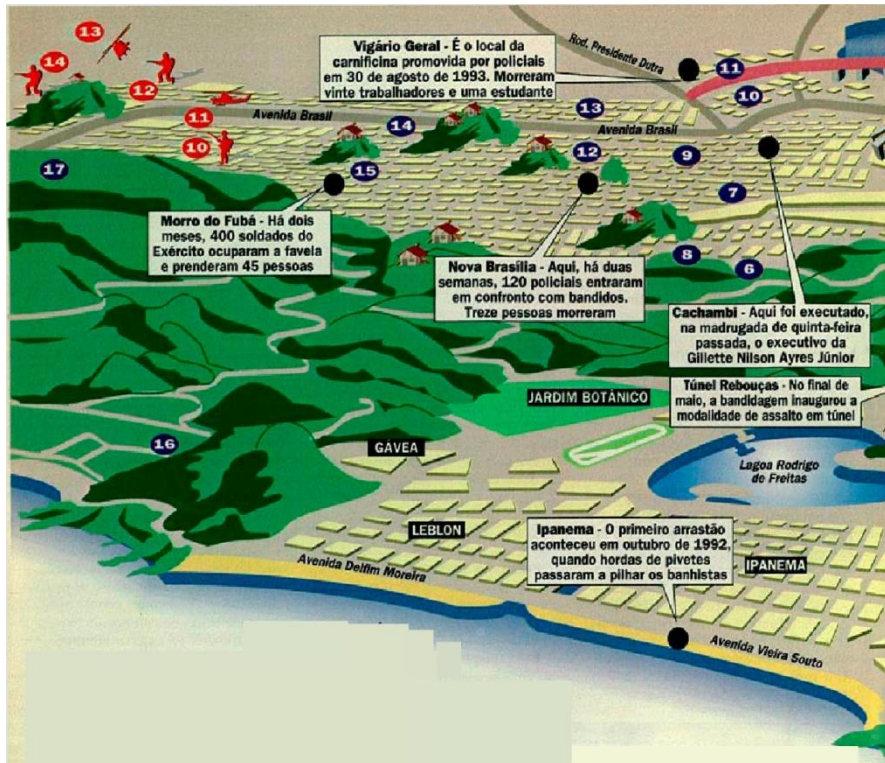


Edição 1160 - 12/12/1990, Mangas arregaçadas



Edição 1203 - 09/10/1991, O sertão virou fumo





Edição 1364 - 02/12/1992, O próximo passo

**A força de cada um**

4 800 traficantes	<b>TOTAL</b>	850 policiais federais	<b>TOTAL</b>
4 400 homens armados	<b>11 340</b>	11 500 policiais civis	<b>125 850</b>
1 400 fiscais do tráfico		28 500 policiais militares	
740 vendedores de droga		30 000 homens do Exército	
		40 000 homens da Marinha	
		15 000 homens da Aeronáutica	


*Cálculos estimados pela 2ª Seção de Polícia Militar do Rio de Janeiro*

Contingentes estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro	<b>TOTAL</b>
850 policiais federais	<b>125 850</b>
11 500 policiais civis	
28 500 policiais militares	
30 000 homens do Exército	
40 000 homens da Marinha	
15 000 homens da Aeronáutica	

- 1 **Polícia do Exército:** É a unidade do Exército mais bem preparada para enfrentar os traficantes. Tem 800 homens
- 2 **Batalhão de Operações e Batalhão de Choque da PM:** Reúnem 1 500 homens que aparecem nas ruas quando há conflitos urbanos
- 3 **PM-2:** É o serviço de inteligência da Polícia Militar, com 300 homens. É o órgão que elaborou o mapa do tráfico
- 4 **Polícia Federal:** Das 850 pessoas, só 23 trabalham no combate ao tráfico
- 5 **Fuzileiros Navais:** É uma das tropas da Marinha mais bem preparadas para uma operação de combate ao narcotráfico
- 6 **Comando Militar do Leste:** Seus computadores armazenam o mais completo arquivo de informações sobre as quadrilhas de traficantes
- 7 **Delegacia de Repressão a Entorpecentes:** São 120 homens fortemente armados. Na última operação, na favela Nova Brasília, deixaram um rastro de treze mortos
- 8 **Batalhão de Guardas:** Unidade do Exército com 600 homens, que cuidam de segurança de imóveis e autoridades
- 9 **Base Naval de Helicópteros:** Unidade da Marinha, no litoral do Estado. Tem vinte aparelhos de ataque e 200 homens
- 10 **Parasas:** São 100 homens da Aeronáutica treinados para resgatar pessoas em matas. Poderão caçar traficantes
- 11 **Brigada Para-quadrista:** São 1 200 homens do Exército bem preparados para ações rápidas
- 12 **Batalhão de Forças Especiais:** São os 700 "rambros" do Exército. Mergulham, pilotam, escalam montanhas
- 13 **Batalhão de Helicópteros:** Unidade do Exército com trinta aeronaves e 300 homens. São bem treinados
- 14 **Tropa Especial:** É uma força especial da Marinha. Pode atuar no combate ao tráfico de armas e drogas pelo mar
- 1 **Pavão-Pavãozinho:** O grupo do tráfico é formado por 31 homens armados de fuzis, granadas e escopetas
- 2 **Ladeira dos Tabajaras:** Um grupo de 23 pessoas armadas com escopetas e fuzis AR-15 e Ruger garante a operação de dois pontos de tráfico
- 3 **Morro Dona Maria:** Pedrinho da Prata comanda duas bocas de fumo e 46 homens armados
- 4 **Morro da Mineira:** São 75 homens e um arsenal de fuzis AR-15, AK-47, M-16 e metralhadoras
- 5 **Salgueiro e Turano:** São dois morros próximos. Juntos, têm 75 homens com armas pesadas. No Salgueiro, o tráfico é feito só no varejo
- 6 **Morro do Borel:** Robocop é o chefe de 25 homens armados com fuzis AR-15, Ruger, Super-12, metralhadoras e granadas
- 7 **Rato Molhado e Jacarezinho:** Duas favelas com 114 homens armados. O tráfico de cocaína chega a 11 quilos semanais
- 8 **Morro do Andaraí:** São seis pontos de tráfico e um exército de 77 pessoas armadas
- 9 **Nova Holanda:** Os chefes do tráfico, Mutano e Gigante, comandam cinquenta homens
- 10 **Parada de Lucas e Dick:** Sob controle de um exército de 63 homens, 10 quilos de cocaína são vendidos no atacado por semana
- 11 **Vigário Geral:** Tem três pontos-de-venda de drogas e um arsenal na mão de 57 pessoas
- 12 **Complexo de Alemão:** É o maior conjunto de favelas do Rio. São catorze, ao todo. O tráfico é controlado por 130 homens armados
- 13 **Complexo do Acari:** Modernas armas pesadas estão sob o controle de 52 homens
- 14 **Pára-Pedro:** Tem duas bocas de fumo sob o controle de 23 homens
- 15 **Morro do Juramento:** O traficante Uê chefia 130 homens que utilizam fuzis, metralhadoras e granadas
- 16 **Rocinha:** A maior favela do Rio. Tem dez bocas de fumo, onde agem quarenta pessoas. O armamento mais comum são os fuzis
- 17 **Conjunto Cidade de Deus:** Um grupo de 36 homens usa fuzis, escopetas, metralhadoras, pistolas e revólvers
- 18 **Morro do Dendê:** Fica na Ilha do Governador. O grupo, com estoque de fuzis, metralhadoras e granadas, tem 100 pessoas



### Eirunepé



Apenas quinze famílias têm renda superior a vinte salários mínimos. Apesar de a cidade ser paupérrima, o banco do lugarejo compensou 1,3 milhão de reais em cheques no ano passado

### Brasileia



Na saída da maior rota de escoamento de cocaína da Bolívia, seus bancos compensaram 1,2 milhão de reais em cheques em 1995 e mantiveram um canal de satélite alugado 24 horas por dia para transferência de dinheiro

## Caminhos tortuosos

O Brasil é o maior corredor mundial de exportação de cocaína e um dos maiores produtores de maconha do planeta. A produção de cocaína da Colômbia é escoada pela Amazônia. O dinheiro, depois de lavado, vai para as grandes cidades. Veja o mapa das principais redes de tráfico no país:

### Cabrobó

Situada no polígono da maconha, em Pernambuco, é a saída dos carregamentos de droga — despachados pela estrada conhecida como “Transmaconheira”. Em toda a região, o plantio e o transporte da erva empregam 100 000 pessoas







### Cacoal

A renda média da população é inferior a três salários mínimos, mas seus bancos compensaram 1,3 bilhão de reais em cheques — valor equivalente a todo o PIB de Rondônia. Os bancos das seis cidades vizinhas alugam canais de satélite 24 horas por dia para transferir dinheiro para o sul do país



-  Plantações de papoula para produção de heroína
-  Plantações de coca
-  Laboratórios de refino de cocaína
-  Plantações de maconha
-  Rota de tráfico por via aérea
-  Rota de tráfico por via terrestre ou fluvial







## Os principais destinos dos colombianos no Brasil

**1 Tabatinga (AM)**  
 Recebe principalmente exilados urbanos que fugiram das regiões de conflito para Bogotá e, de lá, de avião, para Letícia, na Colômbia, de onde entram a pé no Brasil. A maioria desses colombianos vem das regiões de Putumayo, Nariño e Valle del Cauca

**2 São Gabriel da Cachoeira (AM)**  
 Atrai populações ribeirinhas e indígenas que fogem de guerrilheiros, paramilitares e traficantes que deixaram as grandes cidades colombianas rumo à selva. Chegam à cidade de barco, pelo Rio Negro e seus afluentes

**3 Manaus (AM)**  
 A capital do Amazonas recebe colombianos que chegam diretamente de barco ou de avião. Também recebe exilados que estavam em outras regiões do estado e vão à capital em busca de emprego e proteção

**4 São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte**  
 Estados onde estão os principais programas de reassentamento de colombianos que viviam no Equador e, como continuaram sendo perseguidos, chegaram ao Brasil com a proteção das Nações Unidas

### Os exilados colombianos no Brasil

**13 500** em cidades e em comunidades ribeirinhas da região amazônica

**2 500** indígenas nas áreas do Alto Solimões e Alto Rio Negro

**1 000** na área urbana de Tabatinga (AM)

Fontes: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e Comitê Nacional para Refugiados do Ministério da Justiça (Conare)

Edição 2047 - 13/02/2008, Fugindo do terrorismo



Edição 2077 - 10/09/2008, O triângulo do pó



# O PERIGO QUE RONDA O RIO

Antes de sediar a Olimpíada, o Rio precisa passar na prova da segurança. O mapa mostra como as instalações que abrigarão os Jogos estão próximas de locais onde ocorreram eventos violentos nos últimos anos. As favelas assinaladas concentram o maior potencial de periculosidade e estão situadas junto a algumas das principais vias da cidade

FOTOS: REPRODUÇÃO CARLOS VIANNA/AG. OCEBRIL; MARCELA HOEFT/AG. OCEBRIL; PABLO MACEDO/AG. OCEBRIL; E SEVERINO/AG. VIANNA/ OCEBRIL

**1 ACARI**  
Bandidos roubaram um carro e arrastaram por 7 quilômetros o menino João Hélio, de 6 anos, que estava preso ao cinto de segurança

Um helicóptero, com seis policiais a bordo, foi atingido enquanto sobrevoava morros em guerra. A aeronave explodiu ao pousar num campinho, matando três PMs

**BARRA**

Traficantes incendiaram dez ônibus para desviar a atenção da polícia e possibilitar a fuga de comparsas que estavam cercados no alto do Morro dos Macacos

**1 ACARI**  
Uma das primeiras favelas a se tornar fortaleza do tráfico, na década de 80, segue entre as mais bem armadas

**2 MORRO DOS TABAJARAS**  
Em março deste ano, uma disputa entre facções rivais numa das ruas mais movimentadas de Copacabana parou a Zona Sul do Rio

**3 PAVÃO-PAVÃOZINHO**  
Está situada numa das regiões mais densamente povoadas da cidade. É a base avançada da facção criminosa Comando Vermelho na Zona Sul do Rio

**4 VIDIGAL**  
O ponto de venda de drogas ali é alvo frequente de disputas. Quando ocorrem, elas interrompem um importante acesso à Barra

**5 ROCINHA**  
As guerras entre quadrilhas fecham a principal ligação da Barra da Tijuca com a Zona Sul. A polícia estima que haja 100 fuzis nas mãos dos bandidos locais

Em agosto passado, um arrastão fechou o Túnel Santa Bárbara, que desemboca quase no portão do Palácio Guanabara onde trabalha o governador do estado

Edição 2136 - 28/10/2009, Uma prova de fogo

ANEXO B – Capa e ilustração (“O mapa do crime no Brasil”) - Edição 1990, de 10 de janeiro de 2007, Especial *Veja* Crime.







# O MAPA DO CRIME NO BRASIL

Para combater as facções que brotaram nos presídios de São Paulo e nos morros do Rio de Janeiro, é preciso entender a sua dimensão. Esses grupos se movem dentro de uma estrutura gigantesca, cujo principal combustível é o tráfico de cocaína

**AS ROTAS DO PÓ**

- Plantações de coca
- Rota internacional do narcotráfico
- NO BRASIL
- Rota fluvial de transporte de cocaína
- Rota aérea de transporte de cocaína
- Rota terrestre de transporte de cocaína
- Portos e aeroportos usados para exportação de droga para a Europa e a África

**PIB do crime**  
Quanto a atividade criminosa movimentada por ano no Brasil

**TOTAL**  
**8,15 bilhões de reais por ano**

**150 milhões de reais ROUBO A BANCO**

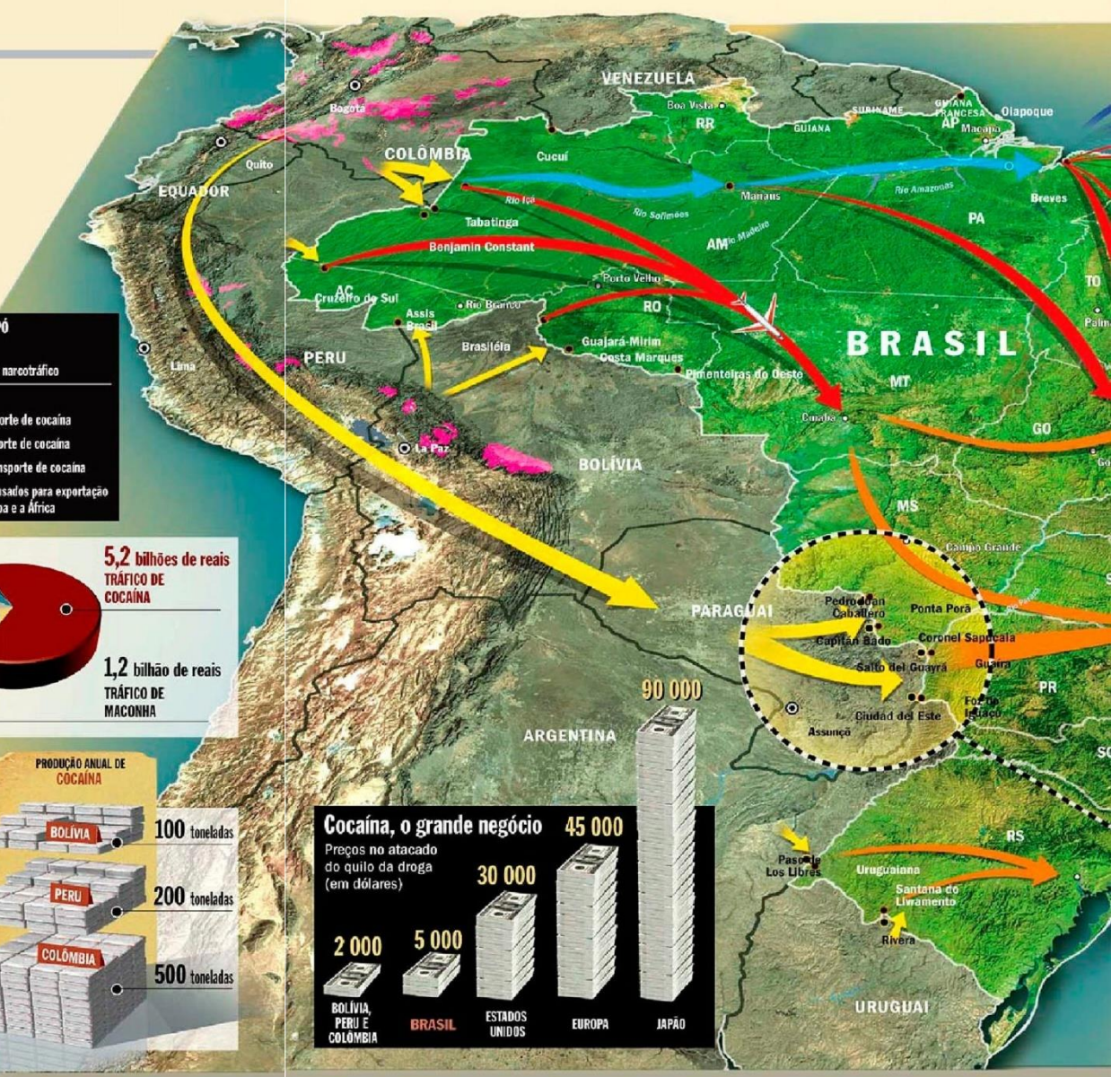
**600 milhões de reais ROUBO DE CARROS**

**1 bilhão de reais ROUBO DE CARGAS**

**5,2 bilhões de reais TRÁFICO DE COCAÍNA**

**1,2 bilhão de reais TRÁFICO DE MACONHA**

**Em escala industrial**  
Em todo o mundo, apenas três países produzem cocaína — e todos fazem fronteira com o Brasil. O Paraguai, que também é nosso vizinho, é o principal fornecedor mundial de maconha







### Geografia do tráfico no Rio de Janeiro

O mapa mostra as principais favelas do Rio e sua participação no mercado carioca de drogas



FAVELAS	FACÇÃO CRIMINOSA DOMINANTE	Volume mensal negociado (em quilos)	
		COCAÍNA	MACONHA
1 Mangueira	Comando Vermelho	300	800
2 Providência	Comando Vermelho	150	800
3 Taquaral	Terceiro Comando Puro	150	800
4 Rocinha	Amigos dos Amigos	150	500
5 Dendê	Terceiro Comando Puro	120	600
6 Complexo do Alemão	Comando Vermelho	120	400
7 Pavão-Pavãozinho	Comando Vermelho	90	600
8 São Carlos	Amigos dos Amigos	90	100
9 Acari	Terceiro Comando	60	400
10 Complexo da Maré	Amigos dos Amigos	60	300

\* Antes de ser revendido, cada quilo de cocaína é multiplicado por três a partir da mistura com outras substâncias

Fontes: IBGE, VPI, PCRU e PF

### Nós e os outros

Numa comparação internacional, o Brasil é o país com o maior índice de criminalidade. Ele lidera o ranking de ocorrências policiais em todos os quesitos, com exceção de furto e porte ou tráfico de drogas. Esses casos são os mais subnotificados no país

Fontes: Ministério da Justiça (2005), FBI (2005), governo da Itália (2005) e ONU (2002 e 2004)

TOTAL POR ANO	ÍNDICE DE OCORRÊNCIAS POR 100 000 HABITANTES					
	BRASIL	BRASIL	ESTADOS UNIDOS	ITÁLIA	MÉXICO	CHILE
HOMICÍDIOS	41 000	22,2	5,6	1	13	1,7
MORTES POR ARMA DE FOGO	36 000	20,3	3,38	0,1	2,6	0,06
ASSALTOS	942 000	510	140	78	146	22
FURTOS	2 150 000	1 170	4 300	2 560	112	374
SEQÜESTROS	650	0,4	0,03	0,2	0,3	0,4
DETENÇÃO POR PORTE OU TRÁFICO DE DROGAS	90 000	48,5	622	41	23,4	2,08

### O epicentro do tráfico e do contrabando

Quatro cidades gêmeas localizadas na fronteira com o Paraguai converteram-se nas maiores bases operacionais dos traficantes que atuam no Brasil, superando a Amazônia

**Pedro Juan Caballero (Paraguai) – Ponta Porã (Brasil)**  
É a principal porta de entrada de cocaína no Brasil. Pequenos aviões trazem a droga da Colômbia, do Peru e da Bolívia e pousam em pistas clandestinas na região. Depois, a cocaína segue por terra até São Paulo

**Capitán Bado (Paraguai) – Coronel Sapucaia (Brasil)**  
Tornou-se o maior pólo de cultivo de maconha do mundo. Abastece 80% do mercado brasileiro

**Salto del Guayrá (Paraguai) – Guaíra (Brasil)**  
É o maior centro de contrabando de cigarros do continente. Por lá também passam armas e drogas

**Ciudad del Este (Paraguai) – Foz do Iguaçu (Brasil)**  
É um dos mais movimentados centros de lavagem de dinheiro do planeta

### As rodovias do tráfico

A Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio, lidera o ranking de apreensão de cocaína nas estradas

	APREENSÕES EM 2005 (em quilos)	
	COCAÍNA	MACONHA
Dutra (Rio-São Paulo)	632	1 500
BR 163 (Entre Paraná e Mato Grosso)	88	3 800
BR 277 (Entrada no país por Foz de Iguaçu)	79,5	17 000
Régis Bittencourt (Entre São Paulo e Paraná)	52	113
Rio-Santos (Rio de Janeiro-Santos)	9,8	109
BR 040 (Entre Minas Gerais e Rio de Janeiro)	9,6	15

Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2005)

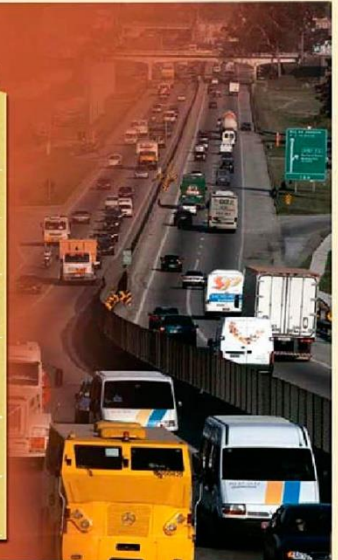



IMAGEM DE SATELITE: WOLFFKLOTZ INTERNATIONAL INC.




ANEXO C – Ilustração “Os ‘criminosos natos’ de Lombroso”, Edição 1990, de 10 de janeiro de 2007, Especial *Veja Crime*.

**OS “CRIMINOSOS NATOS” DE LOMBROSO**

Considerado um pioneiro da criminologia, o psiquiatra italiano Cesare Lombroso (1835-1909) acreditava que o crime era uma forma de atavismo – ou seja, o resultado de traços primitivos, simiescos, do passado evolutivo do homem. Hoje desacreditada mas muito influente no século XIX, a teoria preconizava que 40% dos criminosos praticavam seus atos por força de sua natureza primitiva. Esses criminosos natos poderiam ser identificados por uma série de estigmas – marcas físicas, como as mostradas ao lado, em retratos de seu livro *O Homem Delinqüente*, de 1876



**A testa é baixa e estreita, revelando um suposto déficit intelectual**



**Rugas faciais precoces**



**Nariz aquilino, “como o bico de uma ave de rapina”, ou “achatado como o dos macacos”**



**Orelhas de abano, em forma de asas, ou pontudas**



**Mandíbulas grandes**

REPRODUÇÕES DE ILUSTRAÇÕES DO LIVRO O UOMO DELINQUENTE